



Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em História

Rodrigo Machado da Silva

Nostalgia e História: Joaquim Nabuco e a reconfiguração do Romantismo no final do século XIX

Mariana • Minas Gerais • Brasil
Instituto de Ciências Humanas e Sociais / UFOP
2020

Rodrigo Machado da Silva

Nostalgia e História: Joaquim Nabuco e a reconfiguração do
Romantismo no final do século XIX

Tese de Doutorado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação
em História do Instituto de
Ciências Humanas e Sociais da
Universidade Federal de Ouro
Preto.

Linha de Pesquisa: Poder,
Linguagens e Instituições

Orientador: Prof. Dr. Marcelo
Santos de Abreu

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586n Silva, Rodrigo Machado da .
Nostalgia e História [manuscrito]: Joaquim Nabuco e a reconfiguração do Romantismo no final do século XIX. / Rodrigo Machado da Silva. - 2020.

161 f.: il.: color..

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu.
Tese (Doutorado). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.
Área de Concentração: História.

1. Joaquim Nabuco. 2. História & historiografia. 3. Romantismo. 4. Nostalgia. I. Abreu, Marcelo Santos de. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 93/94

Bibliotecário(a) Responsável: Edna Da Silva Angelo - CRB-6 2560



FOLHA DE APROVAÇÃO

Rodrigo Machado da Silva

Nostalgia e história:

Joaquim Nabuco e a reconfiguração do romantismo no final do século XIX

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de doutor

Aprovada em 30 de março de 2020

Membros da banca

Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profa. Dra. Helena Miranda Mollo - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Valdeir Lopes de Araujo - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Francisco Gouveia de Sousa - (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo (Universidade Estadual de Campinas)

Marcelo Santos de Abreu, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 22/09/2020



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Santos de Abreu, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 22/09/2021, às 21:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art.6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0224256** e o código CRC **29C83085**.

Aos meus sobrinhos Laura e João,
As joias raras do “Tio Dido”

AGRADECIMENTOS

A tese de doutorado não é o fim. Nenhum texto é. Quando organizamos as ideias e pintamos as letras no papel esboçamos juntos dúvidas. Dentre as principais está aquela que diz se o texto está realmente suficiente, se ele supre as expectativas do leitor. Difícil de responder, mas a verdade é que o ponto final é sempre necessário. O texto finalizado ganha o mundo, tem vida própria e foge completamente do controle de seu autor. Mas concomitantemente, ele é fruto de um tempo histórico. A sua feitura diz muito sobre seu processo de criação e também de quem o escreve. A tese finalizada é um “até logo”, uma etapa de uma pesquisa que não começa e nem acaba nela. E embora escrever seja um ato solitário, há toda uma rede de amizade e solidariedade que possibilitou toda a empreitada. Há muito o que agradecer, há muitos a quem agradecer, e é injustiça ter um espaço tão reduzido para agradecer todos que deveriam, e por isso reservo este espaço para aqueles que merecem ser agradecidos.

Esta tese faz parte de um conjunto de trabalhos que tive a honra e o prazer em desenvolver na Universidade Federal de Ouro Preto, instituição que me acolheu em 2006 e viabilizou toda minha formação. A UFOP foi a minha casa. E como toda casa, encontrei ali o meu conforto, incentivo e investimento. E sem o investimento necessário a produção dessa tese seria seriamente mais dificultosa. E por isso agradeço a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, o Programa de Pós-Graduação em História e, sobretudo, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

Ao meu magnífico, paciente e companheiro orientador, Marcelo Abreu, que confiou em mim todos esses anos. Mais do que supervisor do trabalho, foi um grande interlocutor, e com sua sensibilidade fez me sentir confortável para desenvolver meu trabalho e entender que a tese não é o trabalho da minha vida e que tenho um longo caminho a percorrer.

Aos professores Francisco Gouvea de Sousa, Thiago Lima Nicodemo e Valdei Lopes de Araujo que aceitaram prontamente em participar da minha banca de doutorado, que com seus olhares atentos contribuíram sobremaneira para eu compreender ainda mais meu objeto de estudo. Deixo um espaço em especial para a professora Helena Miranda

Mollo, não apenas pelo aceite em participar da banca, mas por e acompanhar em todas as fases de minha formação. Mais do que uma orientadora e interlocutora, foi também uma mentora e contribuiu para ser a pessoa que sou neste momento.

Ao Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM) e seus professores membros, em que tenho o prazer de fazer parte de sua construção ao longo desses anos. Desde de minhas atuações como bolsista do programa Pró-Ativa à secretaria do PRONEM - Historiografia e modernidade: variedades do discurso histórico, o NEHM se mostrou um forte espaço de diálogo e formação, fundamental para que eu pudesse propor a pesquisa ora em tela.

À revista *História da Historiografia*, em que estive como Secretário Executivo entre 2015 e 2018. Agradeço especialmente os editores Helena Miranda Mollo, Rodrigo Turin, Fabio Wasserman, Fernando Nicolazzi, Alejandro Eujanian, Arthur Lima de Avila, Fábio Franzini, Valdei Lopes de Araujo e Mateus Henrique Faria Pereira, e que tive o prazer de trabalhar diretamente e pude aprender mais sobre o dia-a-dia e o processo de editoração de uma revista de excelência.

Aos amigos e colegas do portal *HH Magazine: humanidade em rede*, em especial Thamara Rodrigues e Ilda Sesquim, por se juntarem a mim na construção desse periódico que tem crescido significativamente. Um projeto que cada vez mais tem se tornado um empreendimento existencial e que marca profundamente minha trajetória.

Ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais, o querido ICHS, e principalmente aos professores do Departamento de História, pelo carinho, amizade e formação. Agradeço também aos funcionários de todos os setores, mas em especial Janaína Tette. Janaína Tette, Luciana Nascimento, Kátia Damasceno e Marina Gomes Cota Magalhães, que sempre me atenderam com toda gentileza e máxima competência. Exemplos máximos da importância e qualidade do funcionalismo público.

Ao meu grande amigo e irmão João Paulo Martins, um grande parceiro de moradia, aventuras, confiança e inconfidências, como um bom mineiro. À minha eterna senhoria, Sueli Delamore, que com seu olhar afetivo e preocupado foi imprescindível para me manter são e confortável na minha “casinha” em Passagem de Mariana. À minha

amiga Márcia Bandeira, que de forma tímida e despretensiosa foi me conquistando com sua alegria, otimismo e divertidas noites culinárias do “Egg bomb” aos vinhos sofisticados (ou quase).

Aos moradores do Triunvirato, Mamede Queiroz, Allison Nascimento e Augusto Ramirez, que além de compartilharem o teto, compartilharam amizade e conhecimento, e acompanharam bem de perto todo o processo de construção desse texto. E não poderia deixar de mencionar aqui a minha amiga Natasha Castro, que com toda a sua sensibilidade, inteligência e carinho deixou os dias em Mariana muito mais leves. E por falar em casa, não pode faltar o agradecimento à Gloriosa Alvi-verde da “ufopa”, minha república Calangos, que foi e ainda é o meu porto seguro.

Deixo para o fim, pela máxima importância, o agradecimento à minha família: minha mãe Lourdes Machado, ao meu pai Joaquim Saturno, aos meus irmãos Giovani Machado e Lucielle Machado, e também aos meus sobrinhos Laura Machado e João Pedro Machado, para quem eu dedico essa tese. Sem o apoio familiar, manter a cabeça no lugar seria muito mais difícil. Tê-los perto de mim, fosse presencialmente ou não, foi revigorante e primordial.

RESUMO

A presente tese de doutorado como principal objetivo a investigação das possibilidades de reconfigurações da estética românticas nos ambientes políticos e sociais no Brasil na passagem do regime imperial para o republicano como resposta político-historiográfica para as transformações temporais daquele período. As múltiplas formas de ler e narrar o tempo, no último quartel do oitocentos, apontavam para o cenário de desordem, e a sua reorganização era matéria de disputa entre os intelectuais do período. A História apresentava-se como um dos instrumentos para a resolução de tal questão. O historiador via-se como um tradutor da temporalidade nacional, e a sua relação afetiva e subjetiva com o passado tonificava a missão de se narrar e reorganizar a História do Brasil. Dessa maneira, nossa pesquisa foca no estudo da obra Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910), e a partir de seus escritos compreender as formas que o repertório romântico fora mobilizado por uma camada da intelectualidade brasileira para o reestabelecimento da ordem política e temporal no momento imediato à proclamação da República.

PALAVRAS-CHAVE

Joaquim Nabuco; História da Historiografia; Romantismo; Distância Histórica; Nostalgia

ABSTRACT

This doctoral dissertation as a main goal the investigation of the possibilities of the rearrangement of romantic aesthetics in political and social environments in Brazil in the transition of imperial to republican period as a political-historiographic response to the temporal transformations of that period. The multiple forms of read and narrate time in the last quarter of the Nineteen Century, pointed to a disordered scenario and its reorganization was a matter of contest between the intellectuals of the period. The History presents itself as one of the instruments to solution of this question. The historian sees itself as a national temporality translator, and the affective and subjective relation with the past tones the mission of narrate and reorganize the History of Brazil. In this way, our research focus is in the study of Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910) work, and from his writings to comprehend the ways that the romantic repertoire had been mobilized by a thin layer of the Brazilian intellectuality to recovery of political and temporal order in the immediate moment of the Republic proclamation.

KEYWORDS

Joaquim Nabuco; History of Historiography; Romanticism; Historical Distance; Nostalgia

SUMÁRIO

1. Introdução	13
2. Distância Histórica e os Estratos do tempo	25
2.1.A cadeira vazia do Imperador: modulação do tempo nacional e produção de distâncias nas reconfigurações do passado brasileiro	25
2.2."Bando de Ideias Novas": A Geração de 1870 e as transformações das Humanidades no Brasil do final dos Oitocentos.....	49
2.3.O olhar ambivalente de Joaquim Nabuco para uma certa modernidade brasileira.....	60
3. Representação do passado e o entre lugares dos gêneros narrativos.....	72
3.1. A tênue fronteira entre Literatura e Historiografia no final do século XIX: possibilidades para interseção de gêneros	72
3.2. O Pós-Romantismo e as disputas pelos <i>Topoi</i> nacionais.....	92
4. Para além do sentimento: a nostalgia produtora de passados.....	114
4.1. Nostalgia como moduladora do tempo: intercâmbio entre as noções de nostalgia restauradora e a reflexiva.....	114
4.2. A última flor do império: Joaquim Nabuco e o fazer historiográfico no limiar do século XX	130
5. Considerações Finais	144
6. Referências Bibliográficas	152

1. INTRODUÇÃO

Não sem algum constrangimento os historiadores, ainda hoje, precisam responder a uma pergunta que nos parece bem capciosa e que muito provavelmente não possui uma resposta absolutamente satisfatória: o que é História? – Imediatamente nos vem à mente a clássica, didática e elegante definição de Marc Bloch, em que o medievalista francês propõe a História como a ciência dos homens no tempo. Amplamente a História é associada ao estudo do passado, mas pela definição de Bloch isso não é radicalmente possível. O tempo da História é muito mais amplo do que o passado, pois *“a própria ideia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto de ciência é absurda. Como, sem uma decantação prévia, poderíamos fazer, de fenômenos que não tem outra característica comum a não ser não terem sido contemporâneos, matéria de um conhecimento racional?”*.¹ Bloch, com essa proposição, convidava os historiadores do século XX a pensar a cientificidade da disciplina em um momento em que parecia cada vez mais clara a sua possibilidade. Essa clareza, destarte, não mais se configura com tanta propriedade no horizonte dos historiadores.

A História como ciência ou como representação, mais do que um produtor de conhecimento sobre a ação do homem na duração, é uma resposta ao ambiente discursivo de seu momento de elaboração. O historiador ao propor sua problemática carrega-se de propriedades políticas, ideológicas e subjetivas, que podem ir além da simples escolha de temas ou fontes. Surgem a partir de motivações sentimentais com o tempo e com aquilo que se pretende narrar. Astor Antonio Diehl identifica que a mera atividade científica no campo historiográfico, atualmente, não consegue mais dar respostas satisfatórias para todos os problemas colocados em pauta, uma vez que a própria História está bastante frágil e inflacionada frente a necessidade de buscar resoluções para tarefas epistemológicas intrínsecas a ela.² Diferentemente do tempo histórico próprio da modernidade, onde a História apresentava-se como um vetor de orientação, a crença positiva no devir através da História parece ter pouco efeito.

¹ BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou, o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 52.

² DIEHL, Astor Antonio. Teoria Historiográfica: Diálogo entre Tradição e Inovação. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: Jul/Dez 2006, p. 377.

A história é apenas uma textura de representações do passado, pois, metodologicamente falando, a história não é constituída como se faz na ciência formal, onde temos um corpo de proposições gerais que expressam somente fatos descobertos. A história seria muito mais a possibilidades de construirmos uma espécie de arquitetura das ideias de futuro que se tinha no passado através de intromissões no passado³.

Essas “intromissões no passado” dependem de inúmeros fatores que se desdobram a partir de modulações temporais dentro e fora do texto historiográfico. Suas composições se estabelecem em jogos entre memória – lembranças e esquecimentos -, distância – afastamentos e aproximações -, e a dimensão do tempo que se pretende narrar. O passado, seja ele presente ou remoto, é um elemento, mesmo abstrato, que exerce efeitos cognitivos no presente. As Histórias vividas e narradas coabitam espaços de experiência e reafirmações dos homens e mulheres na duração.

O problema que se levanta ao longo de nosso doutorado circula em torno das possibilidades de leitura da História a partir de múltiplas plataformas. A representação da história não se limita às formas tradicionais de se falar sobre a duração, bem como a relação dos historiadores com ela se apresenta de forma muito mais complexa do que a obsessão do século XX pela sua objetivação. Seja na historiografia ou na literatura, passando por experiências cotidianas e suas possibilidades de representação, percebemos que a temporalidade se projeta sobre linhas tênues a todo momento. Entre objetividade e sensibilidade a relação entre nós e tempo é tensionada por produções de presença, distanciamentos e engajamentos que dão a vivacidade necessária para a narrativa.

Como caso emblemático e norteador de grande parte de nossos esforços investigativos temos o projeto escriturário, sobretudo pós-1889, de um dos mais proeminentes intelectuais brasileiros do século XIX: Joaquim Nabuco. Nossa abordagem embora em hipótese alguma se afaste da leitura do sujeito e teórico político, tende a ressaltar aspectos caros aos problemas levantados pela História da Historiografia, tal quais, as formas de representação do tempo e construção de historicidades. Este trabalho trata-se de uma tese de historiografia e, por isso, o olhar direcionado a Joaquim Nabuco prepondera a tais questões.

Falar sobre o tempo não é simplesmente ordená-lo, mesmo que seja possível, em uma mera cronologia. Ela, a cronologia, por si só não representa de forma categórica as possibilidades de leitura do tempo próprio da duração. Falar sobre isso é reconhecer que embora haja inúmeras relações meta-históricas do tempo, ele não é algo

³ *Ibidem*, p. 378.

fundamentalmente dado. A primeira resposta possível a esta questão encaminha-se para a compreensão do posicionamento do historiador em relação ao mundo e a história. Há muito o profissional de História ocupou um lugar de distanciamento, ou melhor, de afastamento entre ele próprio e o objeto representado, assumindo uma postura de observador imparcial, o que gera certo artificialismo.

De alguma maneira isso ainda se configura como um problema para grande parte dos historiadores profissionais. Ao longo do processo de surgimento e consolidação da historiografia cientificamente conduzida centrou-se no cultivo da ideia ou do ideal de objetividade, que poderia simbolizar e legitimar a qualidade e assegurar o lugar de fala de um trabalho historiográfico. Esse olhar para a objetividade acaba por estabelecer uma relação entre o autor e seus leitores e pares que buscam tanto compreender o posicionamento do historiador frente ao objeto estudado, quanto entender as bases epistemológicas da pesquisa então desenvolvida. A “objetividade histórica” não é um elemento que se apresenta sozinho, mas que é composto por uma coleção de hipóteses, atitudes, aspirações e antipatias.⁴ Nessa leitura, as hipóteses possuem um comprometimento com a realidade do passado e a verdade aparece como correspondente dessa realidade.

Peter Novick para reforçar a leitura que faz sobre a objetividade na historiografia destaca um outro conceito que considera extremamente relevante para se pensar seu lugar no fazer historiográfico contemporâneo, e que em grande medida estará atrelada a nossa forma de compreender os usos do tempo em nossa pesquisa, qual seja, o conceito de “mito”. A sua operacionalidade teórica não se efetiva sobre o questionamento se aquilo que está sendo discutido é falso ou não. Para o autor, o “mito” é um mecanismo que clarifica importantes funções da “objetividade histórica” que sustenta o fazer historiográfico. O problema central para qualquer estrutura científica é legitimar suas fundações epistemológicas. Isso pode envolver o mito de um gênio individual ou herói que através de suas qualidades exemplifica os meios pelos quais o novo conhecimento é adquirido. De acordo com Novick, sem algum tipo de mito as estruturas cognitivas carecem de base e autoridade.⁵

⁴ NOVICK, Peter. **That Noble Dream**: The “Objectivity Question” and the American Historical Profession. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 1-2.

⁵ *Ibidem*, p. 3.

No entanto, essas fronteiras do mito nos parecem bem porosas. Diferentemente do que se pode imaginar a partir do conceito trabalhado pela antropologia, onde os mitos possuem uma característica praticamente atemporal, os mitos científicos, e em nosso caso os historiográficos, tendem a se transformar, ser questionados ou até mesmo abandonados de acordo com as necessidades e propósitos dos atores. Os mitos correm riscos quando suas “profecias” falham ao tentar se materializar. Esse é um dos motivos pelos quais certas doutrinas ou campos de pensamento necessitam de constantes manutenções ou atualizações para que o mito possa, então, se manter.⁶ Dessa maneira, compreendemos que a relação entre o historiador com o tempo, vivido e narrado, e a construção de distâncias, pautada pelo mito da objetividade que a historiografia moderna sustenta, parece não ser mais tão automático. Isso nos chama atenção por ressignificar a distância entre o “ator envolvido” e o “observador imparcial”.

Esse problema surge na medida em que fica cada vez mais comum os historiadores se engajarem em disputas abertas pela representação do passado. Há uma busca pela reaproximação do historiador com a história de si mesmo, que precisa ser articulada para além das operações cientificamente conduzidas.⁷ Isso não quer dizer, em absoluto, que a objetividade deve ser abandonada, pelo contrário. Nossa tese procura defender que o historiador deve se atentar para os limites que a própria objetividade enfrenta e despertar para outras possibilidades. Não há uma dicotomia entre a objetividade e a subjetividade, onde uma é positiva e a outra não. O historiador do século XXI precisa fugir essas premissas engessadas e compreender a necessidade de se pautar por sobreposições.

If readers want to know where an author stands with respect to the subject at hand, colleagues are equally interested in getting a fix on the author’s “school” – his or her methodological approach. In the history of science, and, by extension, the history of academic disciplines generally, there are “internalists” and “externalists”. As the name suggest, those in the former camp concern themselves with what goes on inside the discipline, slighting or ignoring its relationship with the surrounding environment; the latter focus on one or another aspect of that external relationship. Cutting across the division, there are “cognitivists”, who focus more or less exclusively on the substance of scientific or scholarly work and its rational development, and “noncognitivists”, who stress psychological, sociological, political, or other factors in the development of disciplinary communities and their work.⁸

⁶ *Ibidem*, p. 5.

⁷ BEVERNAGE, Berber; LORENZ, Chris. Breaking up time – Negotiating the borders between present, past and future. An introduction. *In*: _____ (orgs.). **Breaking up time: negotiating the borders between present, past and futures**. Göttingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 2013, p. 10.

⁸ NOVICK, Peter. *Op. Cit.*, p. 9.

Nos parece lícito afirmar que a disciplina histórica tem sistematicamente repensado o seu lugar epistemológico, bem como o papel do historiador como produtor de um conhecimento específico e atuante na sociedade. Esse movimento pode ser entendido por aqui que os historiadores têm chamado de “giro ético-político”. Valdeci Araujo e Marcelo Rangel atentam para a centralidade da linguagem na constituição da experiência do tempo na modernidade. A aceleração do tempo, que teve sua primeira grande manifestação entre os séculos XVIII e XIX, a experimentação de eventos transformadores e a consciência de seu ineditismo ampliava o repertório de orientações e referências, naquele momento, dando condições para o estabelecimento da tensão mais profunda entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa.⁹

O que se vê aqui, portanto, é a primeira possibilidade para a constituição de um giro linguístico. Colocava-se em questionamento a ideia de história mestra da vida e se imputava uma nova relação com o tempo e sua narrativa. Como afirma os autores, a escrita da História passava a se estabelecer a partir de uma responsabilidade de colocar em evidência os sentidos fundamentais da própria História. Isso possibilitaria a aceleração de sua realização e reduziria o sofrimento dos seres humanos em busca da felicidade.¹⁰ Essa é uma matéria que nos interessa sobremaneira, e destacaremos ao longo do terceiro capítulo de nossa tese, *Para além do sentimento: a nostalgia produtora de passados*. Nela destacaremos a nossa visão acerca do conceito de “Nostalgia”.

Optamos por dividir o capítulo em duas partes. Na primeira tratamos de apresentar nosso problema acerca do lugar que a sensibilidade tem ocupado hoje na historiografia. Discutimos brevemente sobre a História das Emoções, sobre a prática historiográfica que se modifica a partir do momento em que toma consciência de que a objetividade não precisa ser diametralmente oposta à sensibilidade, e que a mescla entre elas podemos extrair inúmeras possibilidades de modulações do tempo. Na segunda parte, vemos como esse caráter “sensível” pode ser visto na obra de Joaquim Nabuco. Percebemos que tanto nas suas obras de caráter biográfico, *Um Estadista no Império* e *Minha Formação*, quanto em seus manifestos monarquistas, o elemento nostálgico aparece forte tanto como

⁹ ARAUJO, Valdeci Lopes de; RANGEL, Marcelo de Mello. Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 17, abril 2015, p. 319-320.

¹⁰ *Ibidem*, p. 320.

discurso de identidade quanto estratégia retórica para a construção de um discurso político reacionário em meio a um momento de forte turbulência política, no final do século XIX.

Para o historiador alemão, Jörn Rüsen, o pensamento como procedimento difere-se dos sentimentos que o acompanha durante o processo de produção do conhecimento historiográfico. Os historiadores acadêmicos partem da premissa de que pensamentos, conceitos e ideias são possuidores de natureza cognitiva e as emoções que as acompanham são adicionais ou não-essenciais, não tendo função real na escrita. No entanto, essas duas dimensões do humano estão interligadas de uma maneira em que não estamos completamente cientes.¹¹ As emoções, segue, podem não apenas produzir cognição, como têm a capacidade de mostrar mais coisas que a própria cognição é capaz. As emoções ultrapassam a cognição ao apresentar possibilidades alternativas sobre a realidade mundana. As emoções não se restringem ao domínio da lógica, o que em absoluto quer dizer ser algo desprovido de racionalidade.

Nesse sentido, o que podemos extrair é a ideia de que esse é um ato de iluminação e fusão entre emoção e a consciência como unidade inseparável do mundo e do humano. Rüsen aponta a categoria livremente traduzida como "geração de sentido" como uma força movida pelos seres humanos que permite a interpretação de si mesmos e do mundo em que vive, bem como das relações construídas nele. A historiografia, a partir do momento em que se entende como uma operação científica molda tanto os elementos cognitivos quanto os emotivos através do método.¹² Nesse sentido há sempre um duplo e fundamental movimento de complemento entre cognição e emoção. Nenhuma das duas esferas possuem condições plenas de interpretar eventos históricos.

Quando discutirmos a possível isenção do historiador em relação àquilo que descreve em seus estudos geralmente se cria uma ilusão de que há um distanciamento total entre o objeto e o pesquisador. Essa distância pode ser observada em dois movimentos. O primeiro é o *afastamento* temporal, do historiador em seu ato de escrita e do objeto então representado; o segundo é a *aproximação* – afetiva e ideológica – que faz com que aquele objeto estudado seja factível em sua representação para o historiador. Cabe a este, portanto, realizar modulações para produzir outros efeitos de distanciamento para incluir o leitor nesse jogo temporal. Podemos condensar essa proposição em uma

¹¹ RÜSEN, Jörn. Emotional Forces in Historical Thinking: Some Metahistorical Reflections and Case of Mourning. **Historien**, volume 8, 2008, p. 41-43.

¹² *Ibidem*, p. 44.

categoria que sempre rodeia o historiador, mas que gera conotações e interesses diferentes, a categoria de *Distância Histórica*.

A *Distância Histórica*, diferente do que comumente se poderia pensar não é algo meramente dado, ou nem é um ato puramente objetivo. A relação de aproximação ou afastamento com o passado não ocorre de maneira passiva, ou seja, ela se dá a partir de construções. As experiências humanas do tempo são despertadas no presente sob a relação que se tem com passado. Nossas memórias são carregadas de heranças temporais que condicionam o nosso distanciamento do pretérito. Nesta perspectiva, há uma clara afetividade com certos acontecimentos, gerando simpatias ou antipatias. Na escrita da história, por exemplo, essa empatia será acompanhada por fatores formais, ideológicos e estéticos.¹³ Esse fator emocional pode ele mesmo ser um dos condicionantes para que a História seja escrita. Quebrando com a ideia de uma objetividade estrita há identificações do autor com o passado narrado.

Trata-se de uma categoria polivalente. Falar sobre Distância Histórica é pôr em evidência várias camadas de escrita, que estão ligadas à concepção de Tempo. Ela não se limita à historiografia tradicional. Sua mobilização no texto pode ser vista também na literatura. Entendemos que grande parte da cultura histórica e historiográfica advém daquilo que se chama de literatura nacional. Seja através da cultura escrita ou auditiva, o passado nacional e a identidade do povo também passavam pela constituição de obras ficcionais que tinham compromisso com a verossimilhança ou o efeito de real. Os estudos literários, sobretudo no século XIX, inspiravam-se na História Nacional dita oficial, o que em nosso entendimento deixa as fronteiras de gêneros pouco definíveis. Isso quer dizer que, se afastarmos o nosso olhar, anacronicamente viciados, dos gêneros escriturários do Oitocentos e prestarmos a atenção em suas estruturas narrativas e nos ambientes de suas produções, história e literatura se mostravam face da mesma moeda.

Essa é a questão que permeia os dois primeiros capítulos de nossa tese, que embora estejam cada um deles preocupados em trabalhar um problema específico, são complementares por ter a Distância Histórica e a interface de gêneros como pronto fulcral. Assim, abrimos nosso texto com o capítulo *Distância Histórica e os Estratos do Tempo*. Distribuído em três partes, o capítulo discute a categoria supracitada tendo em vista as disputas sobre a narrativa da História nacional no contexto de passagem do século XIX

¹³ PHILLIPS, Mark Salber. History, Memory, and Historical Distance. In: SEIXAS, Peter (ed.). **Theorizing Historical Consciousness**. Toronto/Buffalo/London: University of Toronto Press, 2004, p. 95-96.

para o XX. Tratamos dos nossos pressupostos teóricos e identificamos os pontos em que a escrita da história se modificou para “receber” um determinado tipo de leitura do Tempo, ou seja, em nossa hipótese modernidade e narrativa eram constantemente revisadas para atender a um determinado projeto político que tinha o resgate do passado nacional como força propulsora do futuro.

Partindo do pensamento de Joaquim Nabuco nossos olhos são voltados para a *Geração 1870*. Em meio a sua pluralidade percebemos que se tratava de um grupo muito heterogêneo, que possuía visões de história, literatura, tempo e modernidade discrepantes. Havia, naturalmente, pontos em comum entre os intelectuais dessa geração. O desenvolvimento da nação, a emancipação da história e da literatura e a natureza são alguns dos temas que podem ser visualizados na produção desses homens de letras. No entanto, os caminhos percorridos variavam com o projeto que se estabelecia. Fosse ele romântico ou cientificista, suas bases pouco se diferenciavam, deixando para o embate público às interpretações sobre as definições de história e literatura no Brasil. Esse tema é discutido por nós no segundo capítulo da tese.

Em *Representação do passado e o entre lugares dos gêneros narrativos* discutimos como literatura e historiografia se articulavam para interpretar o Tempo Nacional. Trabalhamos com autores como Silvio Romero, Tristão de Alencar Araripe e seu filho, Valentim Magalhães, Aluísio Azevedo, entre outros para pensar o Romantismo e suas vertentes no final do século XIX. Entendemos que o Romantismo mesmo que com menor força se mantinha como importante visão de mundo, mesmo diante do avanço do pensamento cientificista, fosse no repertório social e político, fosse na narrativa. Assim, nos valem da categoria Pós-Romantismo, que embora frágil nos permite reposicionar história e literatura no Brasil mediante a um cenário plural.

Sendo assim, a nossa tese de doutorado busca levantar o questionamento acerca do historiador frente às forças emotivas do tempo. Nossa hipótese é, a partir da leitura da historiografia e da crítica literária do final do século XIX, compreender os estágios dos projetos escriturários nacionais que evidenciavam as possibilidades de produzir um tipo de conhecimento que ao mesmo tempo prezasse pela objetividade sem desconsiderar as potencialidades sentimentais que o próprio ofício impõe. Acreditamos que sua emergência para o século XXI. A disciplina está em constante processo de transformação. Seus questionamentos e métodos se adaptam e renovam ao passo que os seres humanos mudam sua relação com o tempo. Paradigmas são testados e crenças são reposicionadas.

Estar atento a isso é um passo fundamental para historiadores contemporâneos atualizem o conceito de História.

Nossa pesquisa tem como objetivo o estudo acerca das possibilidades de releituras românticas nos ambientes políticos e sociais no Brasil ao longo do instável contexto de passagem do Império para a República. As múltiplas formas de ler e narrar o tempo, no último quartel do oitocentos, apontava para o cenário de desordem, e a sua reorganização era matéria de disputa entre os intelectuais do período. A História apresentava-se como um dos instrumentos para a resolução de tal questão. O historiador via-se como um tradutor da temporalidade nacional, e a sua relação afetiva e subjetiva com o passado tonificava a missão de se narrar e reorganizar a História do Brasil.

Nossa hipótese principal, que perpassa todo o desenvolvimento de nossa pesquisa, baseia-se na ideia de que houve na passagem do regime monárquico para o republicano uma reconfiguração da estética romântica no meio intelectual brasileiro, sobretudo no que tange o discurso historiográfico. Isso se daria como resultado de um movimento conservador de reação às propostas cientificistas liberais que preponderava a partir de diferentes grupos emergentes, que constituía aquela que é chamada historicamente de *Geração de 1870*. Embora o grupo formado pelos cientificistas fosse o preponderante, os Pós-românticos ou Neorromânticos, termos que adotaremos para categorizar a possível retomada romântica do fim do dezenove, desempenharam papel fundamental na constituição da identidade nacional brasileira.

Identificamos, nesse sentido, Joaquim Nabuco como um dos signatários do movimento de reação romântica. Anteriormente à proclamação da república, Nabuco mostrava-se um eminente crítico da estética romântica e do *status quo* imperial, tendo como um de seus projetos políticos mais amplos a reorganização do aparelho estatal monárquico, sem que o Império fosse destituído. No entanto, com a proclamação da república, o projeto de requalificação do regime anterior ficava cada vez mais longe de se alcançar conforme o atual se consolidava. Por isso, passa a incorporar o modelo romântico como paradigma de leitura e narrativa da história. Não se configurava como cópia ou retorno direto, mas uma releitura estética e formal para a sua contemporaneidade.

Esse é um problema que nos tem acompanhado desde o desenvolvimento de nossa dissertação de mestrado. Na ocasião, estudamos a atuação política e historiográfica de Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos, historiador mineiro contemporâneo de Joaquim Nabuco. Muito mais interessado em desenvolver uma historiografia local, de estabelecer as bases históricas de seu estado de origem, situado tanto no contexto de troca

de regime como de mudança da capital, quando ela é transferida de Ouro Preto para Belo Horizonte, Vasconcellos ancorado em discurso que se reivindicava moderno, mas que se dotava de um projeto tradicional, elaborou ainda no início do século XX uma obra que parecia fugir completamente do *modus operandis* de uma historiografia cientificizada. Sua opção estética é claramente de inspiração romântica retomando todo o tempo as formas do século anterior.

As escolhas de Vasconcellos geraram inúmeras críticas entre os contemporâneos e leitores do século XX. Isso devido ao fato de através dessa leitura romanesca do período colonial mineiro, o historiador natural de Mariana, não se preocupou, ao analisar as fontes apontadas ao longo da narrativa tanto da *História Antiga das Minas Gerais* (1904), quanto da *História Média de Minas Gerais* (1918), em mostrar suas origens, ou sequer citá-las de maneira direta. Há, nessa perspectiva, um pacto velado com o leitor de que a obra apresentada era uma forma direta de conexão com o passado, e o historiador como modulador do passado teria as condições perfeitas para isso. Dessa forma, m nossa hipótese, Vasconcellos entendia que não havia a necessidade de apresentar corretamente as fontes, mesmo defendendo a necessidade do rigor na crítica dos documentos.

Naturalmente que essa escolha com o trato das fontes e narrativa não se aproxima da maneira como Joaquim Nabuco lia e escrevia a história. Não aproximaremos os dois nesse sentido. O que nos chama a atenção é que um certo movimento que busca a presentificação estética do passado também é partilhado pelo pernambucano. Ao fazermos uma breve explanação acerca do prefácio de *Um Estadista do Império* isso fica bem claro. A hipótese que lançamos para o caso de Nabuco é diferente das que lançamos para Vasconcellos. Nabuco como político liberal comumente associado à geração de intelectuais que surgiram nos anos de 1870 tinha como projeto político o engajamento pró reforma da monarquia. Não era de seu interesse o rompimento com o regime de forma plena, mas o fim de instituições que poderiam simbolizar o atraso da nação, em destaque a escravidão.

Com o advento da República, que estava cada vez mais associada ao liberalismo, Nabuco opta, portanto, em readequar seu posicionamento político intelectual para tentar promover seu projeto de reforma a partir de outras instâncias. Dessa maneira, em nossa perspectiva, houve uma mudança em algumas características tanto em sua concepção política quanto intelectual. As leituras apressadas do século XX apontam para um reacionarismo católico exacerbado, um regresso frente às transformações que aprontavam para novas modernidades no final do Oitocentos. Nós, portanto, entendemos esse

movimento de Nabuco como, especificamente, não como um regresso, mas como uma estratégia de remodulação temporal, de uma “volta” ao passado com o intuito não de restaurar uma ordem aparentemente vencida, mas de ressignificação da tradição como aporte para estabelecer um projeto político para o novo século e para a república.

Houve com a proclamação da república um processo de busca pela modernidade a todo custo. No afã de acelerar o tempo nacional para que o Brasil atingisse o grau de civilidade almejado na *Belle Epòque* colocava-se em disputa um grande número de projetos políticos e filosóficos que saturava o ambiente discursivo contemporâneo, o que causava uma sensação de desordem. As ideias circulantes em sua grande maioria possuíam caráter científico pragmático. Não obstante, frente a esse meio caótico, Joaquim Nabuco mantém uma postura conservadora que não o havia acompanhado integralmente na juventude, e a intensifica após a proclamação. Dessa forma, ele adota uma postura historiográfica marcada pela religiosidade e nostalgia como valores positivos para a resolução da desordem temporal vigente e preparar a nação para o século vindouro;

Frente ao contexto destacado, o movimento de “reação” promovido por Joaquim Nabuco não se caracterizava como uma regressão ingênua ou puramente apaixonada. Intensificar seu catolicismo em pleno processo de laicização do Estado, ressaltar o passado em meio a uma franca aceleração do tempo e busca pelo progresso é mais do que um reacionarismo. Essa era uma forma de manter vivas suas convicções políticas monarquistas, embora seu monarquismo seja relativizado em seus últimos anos de vida.

Propomos em nossa pesquisa para o doutorado estudar a narrativa historiográfica e literária de Joaquim Nabuco enfatizando o período relativo à configuração do regime republicano brasileiro. Momento este que foi marcado por uma reconfiguração no regime de historicidade, que se acelerava significativamente com um afã modernizante heterogêneo, o que provocava uma sensação de desordem no tempo e na política. A esperança de que através da ciência e do povo o Brasil fosse se desgarrar de um Estado centralista e se projetaria para um estágio civilizatório mais adiantado passava a ser questionada, o que evidentemente não rompia com os projetos cientificistas vigentes. Não obstante, os movimentos de reação conservadora voltam a ganhar certo destaque no cenário intelectual brasileiro, oferecendo um conjunto de narrativa que apostava em um subjetivismo idealista de roupagem romântica para através de uma narrativa engrandecedora do passado e uma relação visceral com esse tempo pudesse se projetar para os novos tempos.

Buscaremos demonstrar que ao contrário do que comumente se entende, o Romantismo brasileiro não teve seu fim decretado com o surgimento do Realismo e Naturalismo, nem mesmo com a queda do regime monárquico. Podemos compreender que há uma significativa mudança em relação à comunidade intelectual estabelecida pelo *status quo* mantido pelos românticos, uma perda de força pedagógica e literária, mas que efetivamente, o Romantismo como campo do conhecimento e interpretação social não é completamente destituído. Enquanto os cientistas buscam desenvolver interpretações realistas da sociedade brasileira há uma geração pós-romântica que também possuía um projeto interpretativo, mas intimamente ligado a um utopismo do passado, característica fundamental do Romantismo.

Assim, através de três capítulos, a nossa tese se desenvolverá a partir do estudo sobre as modulações do tempo. Procuraremos compreender como políticos e intelectuais do final do Oitocentos lidavam com o passado e do futuro nacional através das novas possibilidades de modernidade vislumbradas pela República e pelas séries de doutrinas filosóficas e científicas que despontavam no limiar do século XX. Temo como caso principal o estudo da obra de Joaquim Nabuco, que embora seja um intelectual constantemente estudado, não identificamos um trabalho em História da Historiografia centrado em sua concepção de tempo e representação do passado. Além disso, confrontaremos a Geração de 1870 como Romantismo e demonstrar que embora a historiografia tenha construído uma distância entre essas duas formas de ler o mundo, ela é muito mais complexa que podemos imaginar.

2. DISTÂNCIA HISTÓRICA E OS ESTRATOS DO TEMPO

2.1. A cadeira vazia do Imperador: modulação do tempo nacional e produção de distâncias nas reconfigurações do passado brasileiro

No limiar da década de 1890, Joaquim Nabuco publicou um de seus ensaios mais conhecidos e que sempre desperta a curiosidade do leitor em relação aos aspectos sentimentais desse crítico literário. Originalmente escrito em francês,¹⁴ *Massangana* é um convite a alguns traços da intimidade de Nabuco. O ensaio, que também incorpora o livro *Minha Formação*, de 1900, relata seus primeiros oito anos de vida, quando viveu no engenho Massangana, no Pernambuco, aos cuidados da madrinha Ana Rosa Falcão de Carvalho. Absolutamente descritiva, a narrativa é repleta de ornamentos que conduzem o leitor a uma experiência estética que produz certa empatia estabelecendo, dessa maneira, um tipo de imaginação romântica¹⁵ frente ao passado narrado.

A lembrança dos tempos naquele engenho é uma clara e nostálgica auto inserção em um passado memorável e positivo, considerado por Nabuco como uma fase fundamental de sua formação íntima, política e moral. Isso era possível pela relação harmoniosa com o lugar em que foi criado. Há uma forte marca de presentificação dessa narrativa memorial. Não obstante, o desenrolar das páginas produz uma sensação de tangibilidade daquele passado que embora pareça muito distante se aproxima do leitor através de uma leve narrativa, pouco densa, mas que permite uma reconstrução imagética daquela terra, “*uma das mais vastas e pitorescas da zona do Cabo*”¹⁶.

Esforço de lembrança de um homem de idade já avançada, embora não fosse velho, que em um momento de absoluta e incontestável maturidade intelectual deixa

¹⁴ *Massangana – Lembranças da Infância* foi publicado no livro *A desejada fé (Foi Voulué*, no original em francês). A obra conta com uma série de ensaios escritos em Petrópolis entres os anos de 1892 e 1893. Com a premissa muito parecida com a de *Minha Formação* este livro carrega reflexões de Nabuco acerca de sua formação religiosa, principalmente em seu adensamento no final do século XIX.

¹⁵ A *Imaginação Romântica* que apresentamos aqui pode tomar alguns distintos caminhos. A visão canônica dessa categoria está intimamente ligada a noção de escapismo e hipertrofia da sensibilidade. O Romantismo por vezes é apontado como negação da realidade, onde o fantástico e o maravilhoso ocupam espaço central nas narrativas. A imaginação romântica simboliza, no final do século XIX, uma construção desinteressada da realidade e, portanto, uma narrativa não séria. No entanto, acreditamos que a imaginação romântica não se limita a isso. No sentido que empregamos a Joaquim Nabuco ela se apresenta como um elemento que busca criar uma comoção, um deleite no leitor a partir de uma descrição que não é compromissada com uma realidade bruta, mas que a ornamentar a narrativa, inserir elementos que não necessariamente condiz com a realidade descrita, mas que causa um efeito de aproximação com o leitor, incitando uma participação imaginativa com o interlocutor.

¹⁶ NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015, p. 166.

brevemente de lado as transformações da vida adulta, para em um salto temporal atribuir à sua meninice e, conseqüentemente, às primeiras experimentações do mundo as marcas de sua identidade. Essa escolha de Nabuco nos chama muito atenção pelo tipo de distanciamento que se constrói na narrativa. Uma vez que, novamente, o texto é carregado de uma leitura íntima de sua formação, ele nos apresenta como um relato orgulhoso de um tempo em que natureza, religião, família e solidariedade caminhavam juntas.

Um jogo de aproximações e afastamentos daquele passado narrado permite que o leitor tenha diferentes sensações ao longo do texto. A terra, a paisagem local é evocada num exercício de trazer Massangana mais próxima. A descrição da natureza compõe-se através de imagens que ao mesmo tempo parece contemplativa, possui um valor moral através da ação do homem¹⁷. A citação a seguir é longa, mas elucidativa nesse sentido:

No centro do pequeno cantão de escravos levantava-se a residência do senhor, olhando para os edifícios da moagem, e tendo por trás, em uma ondulação do terreno, a capela sob a invocação de São Marcos. Pelo declive do pasto, árvores isoladas abrigavam sob sua umbela impenetrável grupos de gado sonolento. Na planície estendiam-se os canaviais cortados pela alameda tortuosa de antigos ingás carregados de musgos e cipós, que sombreavam de lado a lado o pequeno rio Ipojuca. Era por essa água quase dormente sobre os largos bancos de areia que se embarcava o açúcar para Recife; ela alimentava perto da casa um grande viveiro, rondado pelos jacarés, a que os negros davam caça, e nomeado pelas suas pescarias. Mais longe começavam os mangues que chegavam até a costa de Nazaré. Durante o dia, pelos grandes calores, dormia-se a sesta, respirando o aroma, espalhado por toda a parte, das grandes tachas em que cozia o mel. O declinar do sol era deslumbrante, pedaços inteiros da planície transformavam-se em uma poeira de ouro; a boca da noite, hora das boninas e dos bacurais, era agradável e balsâmica, depois o silêncio dos céus estrelados, majestoso e profundo. De todas essas impressões nenhuma morrerá em mim¹⁸.

¹⁷ Traço forte e marcante da busca pela identidade nacional brasileira, a construção de narrativas onde o papel da natureza ganha o seu destaque em Joaquim Nabuco, matéria que discutiremos mais profundamente ao longo da tese. Não é ilícito dizer que o Arcadismo e uma literatura pré-nacional o elemento “natureza” aparece como central para caracterizar os particularismos brasileiros. No Romantismo foi um traço *sine qua non* para despertar a sensibilidade do gênio. Evocar a natureza e se debruçar sobre ela, e descrevê-la continua como marca ainda no Realismo, Naturalismo e nos movimentos Modernistas. Nabuco, aqui, parece estar em uma fase que Nicolau Sevckenko classificaria como passagem do momento romântico em que, de um lado, a natureza ganha um *status* decorativo, representado por profundas descrições ornamentadas e de experimentação íntima e direta, de José de Alencar, por exemplo; de outro, a natureza ganha um foro utilitário, pragmático, indireta, tendo Vicente de Carvalho como um representante dessa forma de leitura. Enquanto o primeiro vislumbra e contempla a natureza, o segundo projeta seu potencial econômico. Ainda assim, o panorama que se constrói em ambas visões é de ufanismo e pertencimento. A natureza faz parte da construção do ser brasileiro e não poderia ser ignorada por Nabuco. Sobre a questão da natureza decorativa *versus* natureza utilitária ver: SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 237-248.

¹⁸ NABUCO, Joaquim. *Op. Cit.*, p. 166-167.

Há no trecho destacado uma ordem e harmonia entre homem e a terra. O olhar voltado para o rio Ipojuca, para as sombras das árvores usadas de abrigo para o descanso do gado não longe do canavial desperta a sensibilidade do autor e dá vivacidade a aquela paisagem. A romântica lembrança aguça os sentidos através do aroma do mel e das flores, bem como através do canto noturno do potente bacurau. Aqui certamente não é uma *madalena* proustiana, pois a lembrança da infância não vem da experiência direta desses elementos. Ao mesmo tempo há uma certa racionalidade na integração daquela natureza domada. É daquele canavial que se extrai a matéria-prima do açúcar que será mandado à Recife, o rio é o lugar de trabalho dos pescadores, o gado não é mera composição de um cenário bucólico.

O efeito de proximidade é que faz despertar essa memória sensorial. Assim, em um movimento contrário, o de voltar fisicamente ao local da infância não mais dá vivência ao pretérito, mas confirma a passagem do tempo e se faz lembrar da irreversibilidade do passado. Voltando à mesma capela de São Marcos, aos 20 anos, a comoção de Joaquim Nabuco em relação ao velho engenho pernambucano é claramente outra. Concedemos novamente a palavra a Nabuco:

Tornei a visitar 12 anos depois a capelinha de São Marcos onde minha madrinha, dona Ana Rosa Falcão de Carvalho, jaz na parede ao lado do altar, e pela pequena sacristia abandonada penetrei no cercado onde eram enterrados os escravos... Cruzes, que talvez não existam mais, sobre montes de pedras escondidas pelas urtigas, era tudo quase que restava da opulenta *fábrica*, como se chamava o quadro da escravatura... Embaixo, na planície, brilhavam como outra as manchas verdes dos grandes canaviais, mas a usina agora fumegava e assobiava com um vapor agudo, anunciando uma vida nova. A almanjarra desaparecera no passado. O trabalho livre tinha tomado o lugar em grande parte do trabalho escravo. O engenho apresentava do lado do “porto” o aspecto de uma colônia: da casa velha não ficara vestígio¹⁹.

O elemento nostálgico perpassa por todo esse relato. A saudade da infância em que convivia com os escravos da madrinha e a descoberta da religiosidade expunha um tempo em que se sentia marcado pela ingenuidade e esperança. Essas marcas já não pareciam tão fortes ao falar sobre isso. Havia um isolamento temporal, como se Nabuco sentisse exiliado no tempo. As constantes travessias do Atlântico catalisavam a sensação dessa emoção histórica nostálgica. A partir disso, o apelo à nostalgia em sua visão sobre a história não pode ser interpretado seguindo as proposições do século XIX como sendo uma espécie de descontrolo da razão, um uso excessivo da imaginação que prendia os

¹⁹ *Ibidem*, p. 174-175. (Grifo do autor – As reticências também são postas por Nabuco)

homens ao passado em seu manifesto desejo de voltar para casa.²⁰ Nabuco não intencionava o retorno daquele passado guardado em Massangana, mas anunciava o reconhecimento de sua irreversibilidade e da diferença em relação ao presente. Ali estava depositada as potencialidades de futuro.

A nostalgia não aparece na obra de Nabuco como algo circunscrito à sua biografia. Nos parece bastante claro que essa emoção está sempre presente como um elemento forte de leitura do mundo, para o autor. Nabuco em uma de suas séries de conferências sobre *Os Lusíadas* e *Camões* destacava a saudade como uma emoção ligada também ao amor, e também como uma expressão que diferenciava a língua portuguesa de outras.²¹ Esse conceito emocional não apenas diluído em imagens românticas do passado, mas é também definida de maneira direta pelo autor, como é possível ver nesse trecho de 1909:

Mas como traduzir um sentimento que em língua nenhuma, a não ser a nossa, se cristalizou numa única palavra? Consideramos e proclamamos esse vocábulo o mais lindo que existe em qualquer idioma, a pérola da linguagem humana. Ele exprime as lembranças tristes da vida, mas também suas esperanças imperecíveis. Os túmulos trazem-no gravado como inscrição: *saudade*. A mensagem dos amantes entre eles é *saudade*. *Saudade* é a mensagem dos ausentes à pátria e aos amigos. *Saudade*, como vedes, é a hera do coração, presa às suas ruínas e crescendo na própria solidão. Para traduzir-lhe o sentido, precisaríeis, em inglês, de quatro palavras: *remembrance*, *love*, *grief* e *longing*. Omitindo uma delas, não se traduziria o sentimento completo. No entanto, *saudade* não é senão uma nova forma, polida pelas lágrimas, da palavra *soledade*, solidão.²²

O apelo marcante da nostalgia no texto de Nabuco provoca, também, inúmeras outras sensações temporais que justificam as idas e vindas ao passado. Lembrar da infância em Massangana não é lamentar um capítulo da história que parece tão longínquo, mas apresenta-se muito mais como a vontade por um tempo diferente. Há nesse movimento certa quebra com a noção moderna de tempo linear progressista, por ser um sentimento genuinamente voltado para o passado.²³

A nostalgia é um sentimento perene, que se manifesta em diferentes momentos e é compartilhado por árcades, românticos, naturalistas, etc. É uma condição humana. Seja por tradição ou por um tempo que não existe mais ou nunca existiu, ela modula a memória

²⁰ FELIPPE, Eduardo Ferraz. Renovar votos com o futuro: nostalgia e escrita da história. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 25, dezembro de 2017, p. 125.

²¹ NABUCO, Joaquim. Os Lusíadas como a epopeia do amor. In: **Discursos e conferências nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Editor Benjamin Aguila, s/d, p. 79-106.

²² NABUCO, Joaquim. **apud**: DAMATTA, Roberto. *Op. Cit.*, p. 28. – grifos do original.

²³ BOYM, Svetlana. Nostalgia and its Discontents. **Hedgehog Review**, Summer2007, Vol. 9 Issue 2, p. 8.

individual e coletiva²⁴. A nostalgia por muito foi entendida como um sintoma ou causa de buracos entre significantes e significados, uma doença social e uma abdicação da memória. Hoje, no entanto, podemos encará-la como um estilo de narrativa. Não apenas estilo puro e simples. A nostalgia pode ser compreendida como um importante instrumento de crítica das esferas sociais.

Assumindo que na historiografia moderna há “uma nostalgia para cada um”, ela assume um lugar importante e ambivalente em nossa leitura sobre o final do século XIX brasileiro. Um dos problemas centrais de nossa tese e que será recuperado algumas vezes ao longo do texto é a reflexão sobre as permanências do Romantismo como estética e experiência do mundo. Nossa hipótese repousa na ideia de que embora a história da literatura e da historiografia tenha tradicionalmente insistido na ideia de que esse movimento tenha acabado no início da década de 1880 com os adventos do Naturalismo e do Realismo, efetivamente isso não ocorre. Entendemos que há motivações fortes para que esse tipo de etapismo seja construído. Assim como no sepultamento do Arcadismo pelos românticos há exageros e anacronismos, eles são retórica e politicamente construídos. Essa construção provoca distanciamentos que modulam o tempo, realocando o posicionamento de autores e leitores através de representações do passado. A nostalgia é uma das forças que estimulam quebras no tempo e surgimento de tais distâncias.

Embora o termo não nos seduza inteiramente por não possuir a conotação desejada, emprestaremos de Lúcia Helena a ideia de “pós-romantismo” (Michel Löwy e Robert Sayre ainda falam de neorromantismo) para expressar a continuidade do movimento após o seu “fim” canônico. A autora usa essa terminologia para indicar um fenômeno que também discorreremos aqui, que é a permanência do Romantismo no imaginário brasileiro. Tal qual apresentamos em nossas notas introdutórias, o brasileiro do século XXI, mesmo com uma roupagem completamente diferente, ainda está carregado de romantismo como um dos elementos de sua composição. Para Helena, isso se evidencia pois há um elemento fundamental entre os românticos que ainda paira sobre nós: a utopia²⁵. O sonho, a esperança de redenção e emergência da nação, isso para ficarmos em termos coletivos, acompanha o brasileiro, pelo menos, desde a primeira metade do século XIX.

²⁴ SCANLAN, Sean. Introduction: Nostalgia. *Iowa Journal of Cultural Studies* 5 (2004), p. 3-4.

²⁵ HELENA, Lucia. *A Solidão Tropical: O Brasil de Alencar e da Modernidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 38.

Assim como, para Boym, o Romantismo dá as condições perfeitas para o desenvolvimento de uma leitura nostálgica do mundo, Elias Thomé Saliba também compreende que esse é um cenário em que a utopia se manifesta como horizonte sentimental e orientador. Para Saliba, as formatações utópicas românticas confundiam-se com os esforços em entender e tornar o inteligível o mundo real e a nascente sociedade industrial que se organizava entre os séculos XVIII e XIX.²⁶ As utopias românticas apresentavam-se *pari passu* ao conceito moderno de história por rechaçar um tempo imóvel oriundo da experiência temporal vinculada ao eterno retorno para se lançar às transformações progressivas da história.

Ao mesmo tempo em que se estabelece como um dos componentes da modernidade, as utopias românticas marcam também uma forma de evasão.²⁷ Essa evasão modula o tempo nacional a partir da literatura estabelecendo marcas míticas na temporalidade. O indianismo, por exemplo, como instrumento definidor da identidade nacional brasileira suporta o lugar utópico onde se projeta no passado idealizado os germens do povo. Na busca pelo lastro no passado pré-cabralino, o indianismo tenta estabelecer uma imagem temporal ideal sobre o ser fundacional. Como ferramenta estética e formal, componentes para se estabelecer distância, impõe leituras sobre o passado que convergem em campos ideais para se reforçar um projeto. Podemos observar isso no de texto de 1836, *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*, de Gonçalves de Magalhães onde o literato estabelece as primeiras definições sobre a literatura romântica brasileira.

Na ocasião, Magalhães compreende a necessidade não somente de definir o que era a literatura nacional, mas estabelecer uma cronologia para ela. Em um país jovem como o Brasil, que ainda possuía um grande caminho a percorrer no processo de consolidação do novo Estado e para o estabelecimento dos matizes formadores da nação desassociada de Portugal não poderia atribuir o início da literatura para aquele mesmo momento. Estabelece-se nos argumentos do poeta duas relações temporais diferentes que reafirmavam o lugar da literatura nacional. Em primeiro lugar, Magalhães atribui ao século XVIII como o momento inicial para a literatura no Brasil. Ainda assim, essa literatura não se caracterizava como substancialmente de caráter nacional, apresentando-

²⁶ SALIBA, Elias Thomé. **As utopias românticas**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003, p. 58.

²⁷ SERRA, Tânia Rabelo Costa. Utopia e hegemonia no indianismo. **CERRADOS**, Brasília, n.6, p. 113-118, 1999.

se muito mais sob inspiração estrangeira do que uma cor local. Em segundo lugar ele sinaliza que já haveria sinais de uma proto-literatura entre os indígenas, expressada por sua musicalidade e mitos.²⁸ Mais uma vez vemos a Distância Histórica sendo operada, de um lado, por um afastamento imediato aos árcades do setecentos, que embora desenvolvessem uma literatura em solo brasileiro, ela não era de caráter nacional. De outro lado, há uma aproximação ideológica com os indígenas quando se atribui a um passado longínquo, a “Idade Média brasileira”, as sementes de nossa literatura.

Décadas mais tarde, Urbano Duarte publica na *Revista Brasileira* um breve manifesto sobre o Naturalismo em que confirma e nega alguns pontos sobre o que poderia ser os *topoi* literário brasileiro. O elemento temporal mais uma vez tem seu lugar garantido quando o crítico estabelece à história papel importante em seu desenvolvimento. Isso, comparativamente e tomadas as devidas proporções, não se difere daquilo proposto por Magalhães em seu *Discurso* quando Duarte marca o lugar etapista da obra de arte. Cada uma delas fruto de um determinado tempo. Para Duarte: “*As influências históricas têm relação com o progresso geral das ideias, desenvolvem, corrigem, aperfeiçoam e completam a literatura, pondo-a de acordo com o tempo*”.²⁹ Além disso, a natureza é reafirmada como lugar inalienável de inspiração.

Não é, em absoluto, de nosso interesse fazer uma grande história do Romantismo aqui, muitos já o fizeram. Falar sobre o movimento é ter a consciência de que há uma multiplicidade de ideias que o formam. Enumerar algumas características em detrimento de outras é um desserviço ao próprio termo e a essência do Romantismo – se é que isso existe -, pois por definição ele é indefinível. Essa indefinição acentua-se quando colocamos frente a frente dois gêneros escriturários aparentemente distintos, mas que possuem fronteiras porosas: a literatura e a historiografia.

Michel Löwy e Robert Sayre procuram amenizar esse problema quando admitem que não há uma análise global do fenômeno romântico que dê conta de definir categoricamente o que ele é, principalmente, compreendendo a sua multiplicidade. O Romantismo, mais do que um movimento literário é uma visão de mundo, uma estrutura mental coletiva, que a permite se estender para outros campos de conhecimento científico,

²⁸ GONÇALVES DE MAGALHÃES, Domingos José. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa Fundação Rui Barbosa, 1994, p. 16-17; p. 264-269.

²⁹ DUARTE, Urbano. *O Naturalismo*. **Revista Brasileira**. Rio de Janeiro: N. MIDOSI, Editor, 1880, p. 25.

artístico e social, incluindo a História.³⁰ Grande parte das definições evidenciam o caráter místico, individualista, intimista etc., do sujeito romântico. Essas características são muito evidentes quando tratamos da literatura, poesia mais especificamente.

O que é o romantismo? Enigma aparentemente indecifrável, o fato romântico parece desafiar a análise, não somente porque sua exuberante diversidade resiste às tentativas de redução a um denominador comum, mas também e sobretudo por seu caráter fabulosamente contraditório, sua natureza de *coincidentia oppositorum*: ao mesmo tempo (ou alternadamente) revolucionário e contrarrevolucionário, individualista e comunitário, cosmopolita e nacionalista, realista e fantástico, retrógrado e utopista, revoltado e melancólico, democrático e aristocrático, ativista e contemplativo, republicano e monarquista, vermelho e branco, místico e sensual. Contradições que transpassam não somente o fenômeno romântico em seu conjunto, mas a vida e obra de um único e mesmo autor e, por vezes, um único elemento unificador do romantismo a contradição, a dissonância, o conflito interno – mas é difícil tomar essa tese por outra coisa que não uma confissão de perplexidade³¹.

Outros problemas gerados ao definirmos Romantismo são, principalmente para trabalhos como apresentamos nessa tese, sobre seus fundamentos históricos. Naturalmente eles são relevantes para compreendermos os caminhos temporais que leva essa *visão de mundo* a figurar tantas caras diferentes, mas a experiência brasileira, quando mencionada, parece ter pouco impacto sobre a formação histórica desse pensamento. Trabalho importantes³² como a organização de Jacob Guinsburg ou Luíza Lobo nos revelam muito sobre as possibilidades e as figurações do Romantismo, mas as vezes precisamos tomar alguns cuidados para não colocarmos no mesmo conjunto a experiência brasileira amplamente discutido por Antonio Cândido, Márcia Regina Capelari Naxara, Lucia Helena e Maria Cecília Boechat, para ficarmos com alguns.

Com essa ressalva feita queremos deixar claro que não faremos um estudo aprofundado sobre o Romantismo, trabalhando as acepções europeias até adentrarmos na experiência brasileira. Compreendemos os limites e as imprecisões que isso acarreta, mas entre generalizações e demonstrações, procuraremos clarificar a nossa concepção de Romantismo ao longo do texto, sobretudo, por nossa pesquisa destacar um período que

³⁰ LÖWY, Michel; SAYRE, Robert. **Revolta e Melancolia**: o romantismo na contracorrente da modernidade. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 34.

³¹ *Ibidem*, p. 19.

³² Há uma quantidade significativa de trabalhos que tem o Romantismo como tema central, e mencionar todos é uma tarefa impossível, ainda mais quando se trata de um movimento que se manifestou em grande parte do ocidente. Assim, as obras que citamos nessa observação são aquelas publicadas no Brasil e por brasileiros ou radicados no país.

tradicionalmente é apontado como antirromântico, assunto que será sistematicamente abordado no segundo capítulo de nossa tese. Mesmo assim, ainda nos parece impreciso demais.

O final do Oitocentos brasileiro proporcionou a formação de um cenário ainda maior para as disputas sobre as reconfigurações da modernidade brasileira. Esperança e desconfiança coabitavam um ambiente discursivo que se saturava de possibilidades. A República como um fato novo abria possibilidades que forçavam a reconfiguração do tempo. A intelectualidade brasileira, ao menos em alguns setores de destaque, como no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, buscava compreender ou produzir uma resposta para o lugar do Brasil entre as nações civilizadas. A queda da monarquia e a ausência de seu patrono e protetor, somada a um ambiente político externo impunha graves dúvidas sobre a história da nação. Não apenas em âmbito institucional, mas também no modelo narrativo.

Cada vez mais a geração de intelectuais que atuava contra as formas tradicionais de narrar o passado brasileiro buscava fixar seu espaço crítico. A relação entre a história e sua representação questionava as coletâneas e organizações. A história, na visão de Silvio Romero, José Veríssimo, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, entre outros, deveria se afastar de uma linguagem romântica que visava muito mais a constituição de adornos, do que interessada em evidenciar de modo crítico as verdadeiras marcas da nação. Na visão de Romero colocava-se em jogo duas histórias do Brasil. A primeira, herança da tradição romântica, era retórica e vazia. A segunda, ainda a ser feita, profunda e autêntica.³³

Capistrano de Abreu, ainda em 1878, ao publicitar o *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro* esboça o que seria para ele o papel do historiador brasileiro em um futuro próximo. Embora o espírito investigativo de Varnhagen fosse destacado como uma característica de poucos, e que o fazia dele O historiador da pátria, faltava-lhe a densidade que as recentes ciências sociais proporcionavam. Essas eram as marcas do renascimento dos estudos históricos. Capistrano entendia que aquele era o momento de se formar um novo tipo de historiador, que fosse capaz de iluminar a história nacional a partir das teorias científicas que transformavam o pensamento humanista no último quartel do dezenove. Era a

³³ TURIN, Rodrigo. **Tessituras do Tempo**: Discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2013, p. 192-193.

oportunidade de tirar a história do obscurantismo, do empirismo duro e buscar a autenticidade do passado. Varnhagen, o historiador brasileiro do século XIX não o fez.

É pena que ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, ele não podia ver o modo por que se elabora a vida social. Sem ele as relações que ligam os momentos sucessivos da vida de um povo não podiam desenhar-se em seu espírito de modo a esclarecer as diferentes feições e fatores reciprocamente. Ele poderia escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixar que fazer a seus sucessores no terreno dos fatos: compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam; generalizar as ações e formular-lhes teoria; representa-las como consequências e demonstração de duas ou três leis basilares, não conseguiu, nem conseguiu-lha.³⁴

Em discurso ao IHGB em 1893, Olegário Herculano de Aquino e Castro fala sobre a missão do instituto em seus 54 anos de existência. Reforça o seu lugar, relembra que os fundamentos a partir dos auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional era o de produzir uma história essencialmente útil, severa e verdadeira da nação. Não se trata de uma ciência de datas ou de deduções cronológicas. O então presidente do IHGB rechaçava a ideia de a história ser fatalista e catálogo de ações dos indivíduos que pouca ou nenhuma influência têm nas direções dos fatos³⁵. Curioso notar que diferente de Capistrano, que anos antes ao defender uma história mais analítica partindo de Comte, Spencer e Darwin, Aquino e Castro modula sua concepção de história partindo de Robertson, Guizot, Macaulay, entre outros.

O problema da Distância Histórica aqui aparece em sua forma mais comum, e que discutiremos logo adiante. Embora, naturalmente, haja um claro entendimento da história filosófica processual na leitura do tempo, em Olegário Herculano, e o historiador é dotado perfeitamente das condições para a sua realização, mesmo que com um viés apaixonado, de análises imparciais e objetivas da história, a observação dos eventos presentes não parece ser objeto capaz para os historiadores contemporâneos, e como herdeiros diretos de uma geração política ainda atrelada ao recente deposto regime não possuíam a isenção ou, ao menos, o distanciamento necessário.³⁶ Podemos supor que se admite a força das

³⁴ ABREU, João Capistrano de. “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro”. In: **Ensaio e estudos: crítica e história**. 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1975, p. 90.

³⁵ CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. Discurso. **Revista do IHGB**. Tomo LV, Parte II. 1893. p. 428.

³⁶ *Ibidem*, p. 430-431.

dimensões sentimentais do humano no olhar para a duração. No entanto, para alguns isso poderia ofuscar certas visões e vícios que só o adequado distanciamento temporal poderia superar.

Um elemento significativo contribui para que esse distanciamento da história presente fosse uma barreira para intelectuais herdeiros do Império. A figura do “*augusto chefe de Estado*”, que antes abrihantava as festas de aniversário do IHGB não era mais possível àquela altura. Torna-se um vazio, um desconforto temporal.³⁷ A cadeira desocupada do Imperador era sentida como um eco, um vazio gerado pela República.³⁸ A cadeira desocupada era uma distância. Esse sentimento expresso por Joaquim Norberto Souza e Silva apontava para um futuro de incertezas, mas que não derrubaria, para o então presidente do IHGB em 1889, as tradições dos intelectuais que por ali passaram e, principalmente, pelo imperador deposto.

A política tem as suas necessidades intransigentes, não nós que, Vestais deste templo da História, colaboramos para a posteridade nesta *pacífica sientiae occupatio*; e pois a gratidão um dos mais belos caracteres da humanidade, viverá na nossa tradição até quando o último de nós tiver baixado à sepultura, em que já dormem os nossos mais distintos consócios, sem que a queiramos antepor e modo algum a ordem das novas coisas estabelecidas e a que nos curvamos, certos de que o governo do povo pelo povo será uma realidade para a terra a qual Deus outorgou por símbolo a cruz da sua redenção, e a quem imploramos, que a república seja tão livre como o foi o império de Pedro II³⁹.

As múltiplas formas de leitura do passado nacional e suas representações que emergem em um ambiente político extremamente conflitante é uma marca potente da modernidade. Mais do que um olhar para a duração como projeção e processo, a modernidade se configura como escolha. Como bem vimos anteriormente, não há apenas um caminho a percorrer, uma única possibilidade de alcançar a modernidade. As diferentes teorias sociais e filosóficas que fervilhavam no final do século XIX abria um leque amplo para a intelectualidade brasileira promulgar a disputa sobre os caminhos temporais da nação. Esse leque produzia diferentes efeitos que eram tanto positivos

³⁷ *Ibidem*, p. 433.

³⁸ Ainda mais sobre esse assunto ver: SOUSA, Francisco Gouvea de. Revolta e proclamação como molduras da história: escrita da história e olhares para a República entre os sócios do IHGB. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n.18. p. 213-230, Agosto de 2015.

³⁹ SILVA, Joaquim Norberto Souza e. Discurso. **Revista do IHGB**. Tomo LII, Parte II, 1889, p. 534.

quanto negativos, gerando um caos teórico.⁴⁰ Isso nos lança à hipótese ancorada no conceito amplamente desenvolvido por Walter Moser de *Spätzeit*.⁴¹

Walter Moser utiliza-se do conceito de *Spätzeit* para compreender um estágio de crise na modernidade. Como o substantivo em alemão é de difícil tradução, Moser procura definir *Spätzeit* através da organização de cinco componentes fundamentais que se correlacionam. São eles: a perda de energia, decadência, saturação cultural, secundidade e posteridade. Como observa o autor, esses termos assinalados de maneira isolada não dão a dimensão exata da complexidade analítica que a noção de *Spätzeit* procura mobilizar.

Esse conceito é pertinente para o estudo das reconfigurações da estética romântica no final do oitocentos. É uma chave de leitura que permite a compreensão do caos teórico vigente nos últimos decênios do dezenove e primeiros do vinte. Para Moser, o *Spätzeit* se configura a partir do momento em que uma experiência sócio-política entra em crise. Todo sistema tem o seu momento de ascensão e otimização, e sua duração não é possível de se medir com precisão. Essa experiência a partir de um ponto determinado tende a perder energia e entra em um período de declínio. Um sistema não vigora sozinho, pode até ser hegemônico, mas não único. Frente a isso, a sociedade na qual essas experiências coabitam adquire a sensação de saturação, muitas vezes gerada por um acúmulo de ideias e discursos. A partir desse momento, as possibilidades de se criar algo completamente original passam a ser questionada, um sentimento de melancolia e nostalgia, levando a valorização do passado e marginalização da produção contemporânea. Não obstante, na perspectiva de Moser, essa secundarização não se configura como algo necessariamente negativo. Ele se torna a possibilidade de transformação discursiva no futuro, uma espécie de preparação para transformações que deverão readequar sistemas de ideias vindouros.

Assim, o Romantismo é reconfigurado, de acordo com nossa hipótese, a partir dessa sensação de secundidade. Não queremos afirmar que se entendia a impossibilidade de produção de algo original no Brasil no final do Oitocentos, pelo contrário. Certos passos para trás podem ser entendidos como uma tentativa de estabelecer novas perspectivas de leitura do tempo a partir de uma tradição que já não estava mais disponível ou era rechaçada por um grupo diferente. Uma figura como Joaquim Nabuco, para

⁴⁰ ALONSO, Angela. Crítica e Contestação: O movimento reformista da geração 1870. **RBCS** Vol. 15 no 44 outubro/2000, p. 35.

⁴¹ MOSER, Walter. *Spätzeit*. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). **Narrativas da Modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

retornarmos ao nosso primeiro e principal exemplo, não pode ser entendido como um simples reacionário quando se pauta por uma escrita repleta de ornamentos e sensibilidade. Frente a um ambiente em que se busca a racionalização das ciências do espírito, que tenta associar progresso, liberalismo e modernidade ao republicanismo, ser nostálgico, buscar ganchos no passado, era uma forma de se reposicionar no tempo, de criar distanciamentos alternativos.

A nostalgia que destacamos aqui nesse capítulo segue as proposições de Svetlana Boym quando a autora propõe que o conceito-sentimento⁴² como uma emoção histórica marca da modernidade. A nostalgia mais do que uma expressão de saudade, configura-se como chave para se compreender o tempo e o espaço,⁴³ podendo assim evidenciar e provocar distâncias. Como um ato de sensibilidade podemos esperar certas contradições. Uma delas é que mesmo adotando a ideia de nostalgia como um sintoma da modernidade, ela também exalta certas quebras com concepções fechadas de Tempo. Voltando-se concomitantemente para o futuro e para o passado, a nostalgia é o anseio por um tempo diferente, não necessariamente a saudade de um lugar, como a etimologia da palavra supõe. Isso a torna complexa na medida em que podemos entendê-la não somente como um apoio sentimental para algo depositado no passado e que não se pode mais ter acesso, mas também como um artifício que pode gerar sensação de presença através das possibilidades do ter sido.

O perigo da nostalgia é que ela tende a confundir o verdadeiro lar com aquele imaginado. Em casos extremos ela pode criar uma terra natal fantasma, em nome da qual alguém está pronto a morrer ou a matar. A nostalgia irrefletida pode gerar monstros. Contudo, o sentimento propriamente, a dor do deslocamento e da irreversibilidade temporal, está no cerne mesmo da condição moderna. Ao reclamar uma pátria pura e limpa, a política da nostalgia comumente produz um híbrido “glocal” de capitalismo e fundamentalismo religioso ou de estado corporativo e patriotismo eurásico. A mistura de nostalgia e política pode ser explosiva.⁴⁴

Boym chama atenção para o caráter ambivalente do sentimento nostálgico. A nostalgia que entre os séculos XVII e XIX era entendida como uma patologia que poderia ser curada tanto com medicamento quanto pelo progresso e esclarecimento, foi ampliada quando o seu efeito se viu contrário. A aceleração do tempo, a crença no progresso e o

⁴² Essa expressão foi dada por nós.

⁴³ BOYM, Svetlana. Mal-estar na nostalgia. **História da Historiografia**. Ouro Preto. n.23, abril de 2017, p. 154.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 155.

desenvolvimento tecnológico ampliava as noções de tempo criando uma codependência entre tecnologia e nostalgia.⁴⁵ Essa noção se aproxima das proposições de Moser e Andreas Huyssen, como veremos mais abaixo. Os três autores, cada um ao seu modo, evidenciam que a tecnologia, a ampliação de locais de armazenamento de memória e a confiança no futuro ao invés de superar as possíveis marcas negativas da nostalgia antecipa a sua manifestação.

A cadeira vazia do imperador, no IHGB, em um contexto que se se projetava uma modernização a todo custo para a inserção do Brasil no rol das nações civilizadas não era uma simples saudade de Joaquim Norberto sobre o passado. Ela é a antecipação de uma nostalgia anunciada, caracterizando-se, então, como um mecanismo de defesa em um tempo de transformações. As representações do passado nacional, as concepções de tempo e modernidade se ampliavam, tencionavam e coabitavam um ambiente que permitia retirar da latência visões do mundo que se julgavam superadas. O Romantismo, mesmo ainda sendo considerado um estilo artificial, mantedor do *status quo* imperial e apolítica configurava-se como um horizonte estético importante para a disputa sobre qual história nacional deveria ser contada.

A partir do problema da nostalgia podemos compreender também a produção de distanciamentos que rompem com a linearidade moderna. Tal como proposta em nossas notas introdutórias, a historiografia necessita cada vez mais estabelecer novas e complexas relações com o tempo e suas possibilidades de representação. A nostalgia associada ao pensamento sobre o tempo, e o implosão simbólica de seus limites permitem que saíamos de uma leitura tradicional que entende a distância histórica meramente como a diferença entre passado e presente ou entre fato e narrativa.

Ainda se apresentando como um problema para a narrativa historiográfica, e certamente o era para Joaquim Nabuco, a continuidade entre passado e presente ainda é um vetor orientador. No entanto, as diferenças entre eles não podem apenas ser marcadas com o conceito policial do anacronismo. Talvez possamos encarar o anacronismo como um delimitador de excessos, mas não possui a capacidade de balizar precisamente o distanciamento sozinho.

O século XIX, com suas teorias românticas, classificadas por Mark Bevir como progressistas, sempre enfatizava uma espécie de natureza original, significativa e até mesmo espiritual da história entendida como uma unidade progressiva. Segundo o autor,

⁴⁵ *Ibidem*, p. 156.

a partir do ponto-de-vista dos historiadores progressistas, as narrativas históricas eram construídas a partir da continuidade e progresso fundamentado em princípios teleológicos e materiais, com a questão da distância histórica raramente colocada. Historiadores empiristas compreendiam a passagem do tempo como facilitadora de uma perspectiva abrangente e imparcial.⁴⁶ Esse tipo de leitura da história impunha a necessidade de uma distância emocional para que houvesse objetividade no fazer historiográfico.

Na perspectiva posta por Bevir, os historiadores progressistas acreditavam em princípios materiais e teleológicos para compreender o passado em termos condicionados pelo presente. Isso seria rompido quando os historiadores, chamado por ele de modernos, negaram os princípios materiais e teleológicos. Para esses historiadores modernos, dos quais Bevir é herdeiro, a superação da distância histórica se daria pela adesão de métodos rigorosos, e pelo uso da teoria da história. Tal visão de História acompanhou os historiadores ao longo do século XX. A teoria e o método foram considerados a chave para o fazer historiográfico que chegasse o mais próximo possível da verdade ou, pelo menos, que abrisse caminhos para o conhecimento sobre o tempo.

Frank Ankersmit afirma que embora essa questão seja de ordem fundamental para a escrita da história ela raramente é matéria de reflexão dos historiadores e mesmo dos filósofos da história, que mais se ocupam em descrever os fenômenos temporais do que pensar profundamente as condições de formação do tempo.⁴⁷ Essa afirmação de Ankersmit não nos parece descabida, principalmente, quando observamos a formação de jovens historiadores. Não é incomum nos depararmos com estudantes de História que entendem o Tempo como um problema exclusivo da teoria da história, e que acabam rechaçando uma problematização mais profunda sobre esse vetor em seus estudos.

Como já explorado em nossa introdução, o tempo se apresenta em inúmeras formas diferentes. Ele constitui a História. As convenções postas sobre ele por vezes o deixa mais complexo, como podemos observar em sua proposição transcendental, ou “domável” quando partimos do pressuposto do relógio e do calendário. Para somar ao debate sobre o lugar da distância histórica na produção do conhecimento sobre o tempo, Ankersmit destaca dois pensadores que introduziram uma perspectiva que Bevir chamaria

⁴⁶ BEVIR, Mark. Porque a distância histórica não é um problema. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 18, agosto de 2015, p. 13-15.

⁴⁷ ANKERSMIT, Frank. Tiempo. In: MUDROVICIC, María Inés; RABOTNIKOF, Nora (Coords.). **En busca del pasado perdido: Temporalidad, historia y memoria**. México: Siglo XXI Editores/Universidad Nacional Autónoma de México, 2013, p. 29.

de “pós-moderna”. O debate sobre as visões de história de David Carr e Louis O. Mink vem ao encontro de nossa proposta em pensar o tempo e as leituras de História para além de uma imersão material e contextual.

A experiência da temporalidade não se aplica apenas à forma em que os indivíduos a concebem. Há uma continuidade entre o papel do tempo no nível elementar (individual) e seu papel na coletividade, bem como o do tempo na escrita da história. A experiência sempre pressupõe, para Carr, uma retenção do passado e uma antecipação do futuro.⁴⁸ Temporalidade e narrativa são conceitos intimamente ligados. Encontramos narrativa e temporalidade nas representações históricas sobre a realidade, assim como são partes relevantes da realidade mesma. Como constituidor da ação humana individual e coletiva, o tempo determina a estrutura da narrativa, se a narrativa faz justiça à temporalidade da ação humana. O tempo, portanto, é a categoria fundacional entre história e escrita da história.

Para Carr, a experiência individual e ação são os pontos de partida da história. Uma sociedade histórica só existe no momento do reconhecimento de sua coletividade. A escrita da história, nesse sentido, sempre será atrelada à perspectiva do agente histórico individual e do grupo social posterior. Ankersmit aponta que há um problema nesta perspectiva de Carr. O historiador comumente se encontrará em uma perspectiva exterior em relação aos indivíduos e coletividades as quais estuda. Ele se interessa pelo passado na medida em que se diferencia do presente. Somente com um grande distanciamento dá conta do significado dos desenvolvimentos históricos, como se as sociedades do passado não pudessem compreender seu próprio momento histórico.⁴⁹

O pós-fundacionismo apresenta-se, aqui, como um modelo que se aproxima ao debate Carr/Mink. Para os pós-fundacionistas nenhum conhecimento é absolutamente certo. Não existe uma experiência pura. Elas são, dessa forma, carregadas de teoria. Um fato de definível a partir do reconhecimento da natureza carregada de teoria da experiência.

Uma análise pós-fundacionista dos fatos sugere que elas são sempre entrelaçadas com as narrativas. Um fato adquire seu caráter como um resultado de sua relação com outros fatos. Uma narrativa não apenas explica os fatos postulando relações de significado entre eles, mas também revela o caráter desses fatos. Novamente, as narrativas não apenas revelam o caráter dos fatos, elas criam seu caráter e guiam nossas decisões sobre o que conta como um

⁴⁸ **Ibidem**, p. 36.

⁴⁹ **Ibidem**, p. 39.

fato. Como não há observações puras, os historiadores parcialmente constroem o caráter de um fato através de suas narrativas.⁵⁰

Nessa perspectiva pós-fundacionista, Bevir afirma que o conhecimento objetivo depende dos historiadores no que se refere à crítica e a comparação de narrativas em relação aos fatos em questão. Ao estabelecer uma comparação o historiador não pode dizer se um fato foi falsificado ou é comprovável por fatos, mas pode comparar narrativas ao relacionar os fatos a outros destacando similaridades, diferenças e conexões. Os pós-fundacionistas negam a possibilidade de separar os fatos das narrativas como também o passado do presente. Isso nos remete mais uma vez às proposições de Ankersmit.

Para Ankersmit as estruturas narrativas só se tornam objetos legítimos de reflexão quando se atribui a autonomia entre a narrativa histórica e sua relação com o passado narrado. Assim, acompanhando a leitura de Mink, a narrativa final está conectada à promessa de um começo, assim como o começo com a promessa do final. Referências passadas podem anular contingências futuras e vice-versa. A sucessão temporal pode ser compreendida a partir do olhar para as duas direções ao mesmo tempo. Assim, a visão da história e sobre a história direciona-se para dois lados ao mesmo tempo.⁵¹

Mesmo adotando uma postura em que a sensibilidade toma acento na produção científica, tanto através da teoria quanto no método, a Distância Histórica a partir desses termos não perde o controle como modulador do tempo. O tempo não é dado, ele é construído a partir de engajamentos e desapegos. Lembrar e esquecer, aproximar e afastar de um determinado objeto possui uma força retórica e formal, mas também política. Posicionar o leitor e nos posicionarmos frente à narrativa histórica é marcar lugares ideológicos que dizem muito sobre nós e sobre o nosso texto. Mark Salber Phillips defende a positividade do termo e do emprego da Distância Histórica. Assim como proposto por Bevir, Phillips salienta que usualmente a categoria está atrelada à objetividade enquanto clareza de visão advinda da passagem do tempo. Não obstante, essa objetividade é apenas o ponto de partida, pois cada narrativa histórica assume um peso temporal diferente e a tarefa de posicionar a audiência em relação ao passado.⁵²

⁵⁰ BEVIR, Mark. *Op. Cit.*, p. 19.

⁵¹ ANKERSMIT, Frank. *Op. Cit.*, p. 41.

⁵² PHILLIPS, Mark Salber. Relocating Inwardness: Historical Distance and the Transition from Enlightenment to Romantic Historiograph. *PMLA*. Vol. 118, n. 3, Special Topic: Imagining History (May, 2003), p. 438.

Phillips argumenta que a Distância Histórica é a busca pela inteligibilidade e compreensão da História. Sua narrativa confere, em muitos momentos, plasticidade ao tempo histórico, definível pelas formas através das quais essas texturas são constituídas ao longo da narrativa. Ela é o exercício do desapego e consciência histórica. O autor se vale da analogia pensada por Eric Hobsbawm quando compara a história moderna e a maturidade da nação com a vida adulta:

[...] este processo é identificado com a idade adulta: crescemos e aprendemos a ver as coisas em perspectiva, embora com alguma nostalgia pela vivacidade perdida da infância. Por analogia, a consciência da distância histórica é calculada como a maturidade das nações: um estágio de consciência muito distante da simplicidade de eras anteriores, que expressou sua visão da história nas cores vivas das crônicas e das lendas românticas. Na modernidade, no entanto, nos tornamos tão sintonizados com as discriminações do tempo histórico que torna possível ser brincalhão sobre a consciência do tempo de maneiras que antes não seriam impensáveis. Como modernos, observamos os anacronismos de Shakespeare com indulgência, nunca nos preocupando que um *estadiamento* inventivo de Júlio César se estabelecesse no *gangland* Chicago pode parecer um deslizamento. Da mesma forma, encontramos prazer em cenas de santos antigos que caminham pelas ruas de Bruges ou Siena medievais, atraídos por uma exibição de fé que parece ser mais sincera por ser inocente da passagem do tempo.⁵³

Pensar modernidades, construções de identidades e forjar a história nacional pode ser intimamente ligada ao movimento de projetar o nosso olhar simultaneamente tanto para o passado quanto para o futuro. A distância a ser criada nessa dupla direção molda o caráter da narrativa deixando inúmeras marcas, esperadas ou não. Batemos novamente na tecla das disputas sobre as escritas do tempo e da história da nação. No embate acerca do que e como falar do passado e do presente nacional a construção de distância, que vai muito além da comprovação documental e das ardilosas pesquisas científicas, possui uma força primordial baseada em fatores emocionais, formais, ideológicos e estéticos. Constituída de continuidades e rupturas, sincronia e diacronia, orientação e anacronismo.

⁵³ No original: [...] *this process is identified with adulthood: we grow up and learn to see things in perspective, albeit with some nostalgia for the lost vividness of childhood. By analogy, awareness of historical distance is figured as the maturity of nations: a stage of consciousness far removed from the simplicity of earlier ages, which expressed their view of history in the bright colors of chronicles and romantic legends. In modernity, however, we have become so attuned to discriminations of historical time that it becomes possible to be playful about time-consciousness in ways that would have been unthinkable earlier. As moderns, we note Shakespeare's anachronisms with indulgence, never worrying that an inventive staging of Julius Caesar set in gangland Chicago might look like a slip. Equally, we find pleasure in scenes of ancient saints walking the streets of medieval Bruges or Siena, attracted by a display of faith that seems all the more sincere for being innocent of time's passing.* PHILLIPS, Mark Salber. Rethinking Historical Distance: From Doctrine to Heuristic. **History and Theory**, Theme Issue 50 (December 2011), p.12.

Compreendemos usualmente que a História moderna lê o tempo e suas transformações para projetá-lo ao futuro e que sobre o olhar teleológico a narrativa possui cadência e orientação. Nossa proposta é pensar a Distância Histórica como uma categoria que pode, em certas circunstâncias, reforçar ou negar esse posicionamento. A citação de Mark Salber parece fazer mais sentido aqui. A Distância Histórica somada à visão moderna de História permite que entendamos algumas escolhas temporais. Nem sempre o anacronismo, por exemplo, aparece como um erro fundamental, mas sim como um efeito que pode ser empregado ao texto para auxiliar o argumento, seja para romper ou continuar um momento histórico específico.

Ponto chave em nossa pesquisa para compreensão da mecânica dessa categoria analítica é colocar em evidência um dos movimentos político, social, literário e historiográfico que mais influenciou e ainda influencia nossos mitos identitários: o Romantismo (aqui desconsiderando as imprecisões e generalidades que o termo possa empregar). É de nosso interesse compreender as permanências, muitas vezes latentes, do Romantismo brasileiro. Podemos de fato decretar o seu fim, seja nos finais do oitocentos ou no início dos anos dois mil? Pensar o romantismo como força ilocucionária é pensar sua negação e os distanciamentos produzidos. Ainda nos parece imprescindível pensar suas permanências.

Centrar as definições de Romantismo a partir do ponto de vista brasileiro não é descartar seu caráter globalizado. Entendemos que por se tratar de um fenômeno da modernidade e de caráter heterogêneo nos é muito mais proveitoso nos preocupar com a teoria historiográfica do Romantismo brasileiro e compreender o porquê ele possui tantas diferenças internas se focarmos nas estruturas do poema em relação à prosa. Além disso nos ajuda a compreender melhor as aproximações entre literatura e historiografia e visualizar suas fronteiras.

A heterogeneidade do movimento, no Brasil, e suas potencialidades eram compreendidas pela própria geração que pretendia combater e enterrar o Romantismo no país. É impossível falar sobre o tema sem trazer à tona a figura de Silvio Romero, que entre fonte historiográfica e chave de análise ainda tem muito a dizer. Para ele o Romantismo ao longo de sua duração, no Brasil, enfrentou duas frentes importantes. A primeira contra os classicistas, na qual saiu vencedor. A Segunda contra os naturalistas e outras teorias que queriam acabar com ele. Mesmo se incluindo neste último grupo, Romero atribuía importante valor ao Romantismo por entender que havia sim algumas características herdadas desse movimento. Não havia apenas uma forma de dizer o que

foi o movimento, pois as obras produzidas em seu momento histórico nem sempre compunham um corpo homogêneo.⁵⁴ Essa argumentação será retomada mais tarde por Antonio Cândido quando o crítico literário do século XX aponta que não havia um sistema literário definido no século XIX brasileiro. Essa questão também será retomada neste capítulo.

Para rebater algumas críticas ao Romantismo, Romero destaca três pontos usados para a desqualificação da literatura romântica: 1) o romantismo não foi apenas uma reação religiosa contra a filosofia do setecentos, pois houve poetas não católicos que também desenvolveram suas obras de caráter crítico; 2) ele também não foi uma volta ao cristianismo puro como reação à Renascença, um retorno à idade média (no contexto europeu), e para ele isso é um erro, pois importantes autores do período romântico em nada têm a ver com a forma da idade média; 3) os movimentos de reação e "retorno" na literatura são sempre entendidos como negativos. No entanto, seria um despropósito o século XIX, o século dos estudos históricos, da introdução da historicidade nas ciências vivesse de uma poesia anacrônica, emperrada e reacionária, indo de encontro aos princípios do progresso, tão caro ao século XIX.⁵⁵

No entanto, esses movimentos reacionários causam estranhamento, e em Joaquim Nabuco esse se manifesta de maneira evidente. O estranhamento se faz presente, por exemplo, frente a uma questão polêmica em *Massangana*: a “saudade do escravo”. Questão que não resulta em consenso entre seus intérpretes, Nabuco provoca diferentes interpretações. Mesmo que pareça óbvio, Nabuco é um homem de seu tempo, e com ele carregado de preconceitos inerentes a ele. A campanha abolicionista que o acompanhou em grande parte de sua trajetória política em alguma medida não o isenta de ter um olhar hierarquizado sobre o negro. Por vezes podemos, inclusive, pensar que o olhar romantizado que é construído acerca da relação dos escravos de sua madrinha e o engenho Massangana pode passar a impressão de condescendência frente a situação do escravo. Aqui uma nova forma de distanciamento se apresenta.

Joaquim Nabuco tratou, em grande parte de sua vida pública, da causa abolicionista, sendo ele um dos principais militantes da questão no final do século XIX brasileiro. Mesmo com esse perfil político bem definido, a sua ligação com a aristocracia

⁵⁴ ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira** (Tomo Segundo: 1830-1877). Rio de Janeiro: B. L. Garnier - Livreiro Editor, 1888, p. 683.

⁵⁵ **Ibidem**, p. 684.

nacional desperta desconfianças sobre sua postura frente ao negro. Em *Minha Formação* a narrativa escolhida por Nabuco por vezes demonstra uma tentativa de estabelecer vínculos diferentes com a instituição escravista brasileira. Ao mesmo tempo que identificava, ao longo da carreira, o atraso sistemático que a escravidão impunha ao liberalismo brasileiro, ele estabelecia uma imagem de uma escravidão amena. A campanha abolicionista (1879-1888) obteve sucesso, segundo ele porque:

Em primeiro lugar, à época em que foi lançada a ideia. A humanidade estava demais adiantada para que pudesse ainda defender em princípio a escravidão, como o haviam feito os Estados Unidos. A raça latina não tem dessas coragens. O sentimento de ser a última nação de escravos humilhava a nossa altivez e emulação de país novo. Depois, à fraqueza e à doçura do caráter nacional, ao qual o escravo tinha comunicado sua bondade e a escravidão o seu relaxamento. Compare-se nesse ponto o que ela foi no Brasil com o que foi na América do Norte. No Brasil, a escravidão é uma fusão de raças; nos Estados Unidos, é a guerra entre elas. Nossos proprietários emancipavam aos centos os seus escravos, em vez de se unirem para linchar os abolicionistas, como fariam os criadores do Kentucky ou dos plantadores da Luisiana.⁵⁶

Ao pensarmos as formas de distância apresentadas no pensamento de Nabuco imediatamente precisamos compreender alguns dos fatores de leitura do mundo e da modernidade brasileira para este intelectual no último quartel do século XIX. Um dos pontos a ser discutido exaustivamente nesta tese é o possível caráter reacionário despertado em Nabuco no final do século. Essa reação, adiantamos, é por nós compreendida não como uma tentativa antiquada de resgate a uma ordem, até então, superada ou em vias de ser suplantada. A nação moderna brasileira em seu processo de formação optou por escolhas que caracterizaram profundamente o seu lugar de atraso. A manutenção da instituição escravista⁵⁷ foi um dos erros primordiais do Estado, no século XIX, e que impactava negativamente o desenvolvimento e a civilização.

Como um manifesto de admissão do atraso e panfleto político historicamente fundamentado, em 1883 Nabuco publica o seu seminal *O Abolicionismo*. Podemos entender este livro como um balanço da campanha abolicionista na qual Nabuco se engajara desde o início da década de 1870. Um panorama sobre a política imperial do

⁵⁶ NABUCO, Joaquim. *Op. Cit.*, p. 176.

⁵⁷ É imperativo que recuemos um pouco mais no pensamento intelectual e político de Nabuco para compreendermos como se dá a leitura do movimento abolicionista por ele tão enfaticamente desenvolvido. Cabe registrar aqui, que a matéria da escravidão e do movimento de emancipação não é peça analítica central de nossa tese. No entanto, ignorar o impacto disso na obra desse personagem que destacamos é negligenciar um dos pontos fulcrais da produção de distância e história tanto política quanto esteticamente falando.

terceiro quarto do dezenove e peça imprescindível para compreender a modulação do tempo no conjunto da obra de Nabuco.

No processo de emancipação política do Brasil o elemento abolicionista, na visão de Nabuco, ficou à margem das preocupações do povo, ou talvez das elites políticas. A regência e os conflitos que se sucederam até a Maioridade representavam uma maior relevância aos interesses nacionais. A primeira metade do século XIX, nessa perspectiva, teria perdido uma grande oportunidade de discutir de maneira mais aprofundada a questão abolicionista. Seria apenas a segunda metade que iniciaria um debate mais sério sobre esta questão. Este, sem dúvida, é o primeiro traço do atraso. A campanha abolicionista, nesse sentido, seria uma obra de reparação, vergonha e arrependimento.⁵⁸ O abolicionismo como ato para o futuro teria como missão o apagamento dos efeitos de um regime que se mostrava uma escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade.

Quando mesmo a emancipação total fosse decretada amanhã, a liquidação desse regímen daria lugar a uma série infinita de questões, que só poderiam ser resolvidas de acordo com os interesses vitais do país pelo mesmo espírito de justiça e humanidade que dá vida ao abolicionismo. Depois que os últimos escravos houverem sido arrancados ao poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor, será ainda preciso desbastar, por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativo, isto é, de despotismo, superstição e ignorância.⁵⁹

A escravidão não era compreendida apenas como a relação entre o cativo e o senhor. Essa instituição, para o intelectual pernambucano, era a soma de uma série de elementos que de maneira ampla formavam aquele estado. Poderio, influência, capital, clientelismo, latifúndio, dependência do comércio, religião, pobreza, indústria, Parlamento, Coroa e Estado são listados como fatores de empoderamento da aristocracia brasileira que por desvio moral mantinha a cultura escravista. Para suprir esse problema era necessária a organização de um Partido Abolicionista, muito mais ligado no propósito emancipacionista do que das disputas partidárias.

Seguindo o mito estabelecido sobre a formação do povo brasileiro, Nabuco chama a atenção para a participação do elemento negro no quadro formativo nacional. Ele difere de modo polêmico a relação social do escravo no Brasil em relação à duas outras

⁵⁸ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 12.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 12.

experiências: a europeia e a norte americana. Para os primeiros, ingleses e franceses sobretudo, a abolição do escravo não afetou em nada a estrutura política da metrópole, pois os libertos continuariam nas colônias e não seriam incorporados aos direitos civis da metrópole. Nos Estados Unidos, a incorporação dos ex-escravos como cidadãos não estava nos planos iniciais. No Brasil, por sua vez, o elemento negro era significativo na formação nacional e, portanto, integrante do povo brasileiro. Além disso, eliminava-se uma distância social entre senhor e escravo.

Um dos apontamentos mais marcantes de Nabuco em relação aos impactos da escravidão no Brasil era a evidenciação dela ser uma das principais causas do atraso do país. O preço pago pelo modelo de colonização adotado ficou todo na conta do brasileiro. A escravidão era um crime e deveria ter sido evitado desde o princípio. Nabuco, então, se propõe a fazer um exercício especulativo sobre os possíveis, mas imprecisos, destinos do Brasil se, mesmo explorado pelos portugueses, mas trabalho por africanos livres, o país teria melhores condições de progresso, o que não parecia ser claro naquele momento.

A história da escravidão africana na América é um abismo de degradação e miséria que se não pode sondar, e, infelizmente, essa é a história do crescimento do Brasil. No ponto em que chegamos, olhando para o passado, nós, brasileiros, descendentes ou não da raça que escreveu essa triste página da humanidade ou da raça com cujo sangue ela foi escrita, ou da fusão de uma a outra, não devemos perder tempo a envergonhar-nos desse longo passado que não podemos lavar, dessa hereditariedade que não há como repelir. Devemos fazer convergir todos os nossos esforços para o fim de eliminar a escravidão do nosso organismo, de forma que essa fatalidade nacional diminua em nós e se transmita às gerações futuras, jamais apagada, rudimentar e atrofiada.⁶⁰

A constatação do atraso e a necessidade de combatê-lo como modo de restabelecer os caminhos da modernidade apresentava-se como um *topos* para a história nacional. A aceleração do tempo ficava cada vez mais intensa e o processo de expansão do capitalismo permitia uma experimentação do mundo cada vez mais global.⁶¹ A expansão do mercado financeiro mundial abriu portas para que, ao longo da Revolução Científico-Tecnológica da segunda metade do século XIX, as potências europeias e norte-americana pudessem avançar seus domínios em um violento movimento de neocolonialismo, muitas vezes em articulação com as elites políticas locais, tal qual podemos observar na história

⁶⁰ *Ibidem*, p. 111-112.

⁶¹ SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando (org). **História da vida privada no Brasil-República**: da belle époque à era do rádio, v.3. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 8.

do Brasil, onde no processo de tentativa de domínio econômico do Rio da Prata e contra a resistência de líderes tradicionalistas latino-americanos, a Inglaterra e o Brasil aliaram-se e o segundo encabeçou uma série de conflitos bélicos catastróficos, sendo a Guerra do Paraguai a mais emblemática delas.⁶²

O descontentamento com os rumos políticos no país era cada vez mais evidente. O novo grupo de intelectuais que surgia no último quartel do dezenove expunha um estado de desordem política e de degeneração das instituições. O ideal romântico de uma nação governada pela utopia e pela retórica era entendida como um dos principais pilares do atraso, somando-se à instituição escravista, que era ela mesma sustentada por esse *status quo*. Silvio Romero e Araripe Júnior⁶³ defendiam dois pontos fulcrais para o resgate moral da nação e preparação para um novo estágio civilizatório: a abolição imediata da escravidão e a obrigatoriedade do ensino primário, pontos também defendidos por Joaquim Nabuco e José Veríssimo.

Na próxima seção deste capítulo discutiremos os caminhos adotados por essa nova geração de intelectuais que usam as letras como arma potente contra o imobilismo do estado imperial e projetam os caminhos que a nação moderna deveria seguir no limiar do século XX, já tendo a república como horizonte possível, mas não necessariamente ao seu alcance imediato. Havia ainda a possibilidade de reforma da monarquia, sugerindo que esse pudesse ser, ainda, o modelo de desenvolvimento para o Brasil. Momento crucial para as letras no Brasil, a década de 1870 iniciará um embate entre o Romantismo, que cada vez mais perdia espaço como o gênero que melhor representava a sociedade e lançava as bases para a identidade nacional, e o par Realismo-Naturalismo, que influenciados pelas teorias filosóficas baseadas no cientificismo humanista propunha um olhar alternativo para a representação do país.

2.2. "Bando de Ideias Novas": A Geração de 1870 e as transformações das Humanidades no Brasil do final dos Oitocentos

⁶² *Ibidem*, p. 13-14.

⁶³ ROMERO, Silvio; ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. **Lucros e Perdas**. Rio de Janeiro: Livraria Contemporanea de Faro Lino, 1983.

As propostas reformistas características da *Geração de 1870* visavam, de modo geral, além da autonomização do campo intelectual brasileiro, constituir uma relação afetiva e combativa entre política e letras. Embora heterogênea, a *Geração* tinha como horizonte não a produção de uma obra universalista e de conteúdos abstratos, mas de buscar subsídios para compreender a realidade na qual viviam e assim desenvolver um projeto de ação política efetiva.⁶⁴ Sílvio Romero, um dos mais ativos e polêmicos membros deste grupo, propôs em sua obra de maior visibilidade historiográfica e que era considerada por ele mesmo um trabalho de maturidade, a *História da Literatura Brasileira*, de 1888, que os papéis da crítica e da literatura deveriam ser o de produzir um sentido para a nação e promover a sua autonomia e independência, sendo a obra do autor uma prestação de serviço ao país, uma vez que “*todo homem que empenha uma pena no Brasil, deve ter uma vista assentada sobre tais assuntos, se ele não quer faltar aos seus deveres, se não quer embair o povo. [...] O Brasil é um país ainda em via de formação; nunca é demais esclarecer o seu futuro*”.⁶⁵

Em um ambiente político marcado por uma grande instabilidade, o final do século XIX brasileiro elucidava como uma das pautas de maior destaque a inércia do Estado Imperial frente ao desenvolvimento social do país. As bases econômicas do escravismo apresentavam um sensível enfraquecimento, provocado por inúmeros fatores, e dentre os mais destacáveis podemos citar a proibição do tráfico, em 1850, a modernização do trabalho no campo, a industrialização, os movimentos de resistência à escravidão e o aumento das populações urbanas. A sociedade naquele momento se complexificava, despertava para a necessidade de um novo dinamismo econômico e político, que não necessariamente era acompanhado pelo sistema político vigente. A nova elite urbana que não se sentia representada, bem como a oligarquia cafeeira via-se apartada das estruturas políticas imperiais.⁶⁶

Os campos filosóficos, historiográficos e literários também não passavam imunes às transformações do *fin-de-siècle*. O Romantismo, como expressão artística e símbolo da nacionalidade política e cultural brasileira, tornara-se alvo de crítica dos novos setores intelectuais ascendentes. De um lado, acentuava-se o combate contra o *status quo*

⁶⁴ ALONSO, Angela. Crítica e Contestação: O movimento reformista da geração 1870. **RBCS** Vol. 15 no 44 outubro/2000, p. 42.

⁶⁵ ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1888, p. XIII-XIV.

⁶⁶ COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 15.

imperial, no qual muitos literatos como Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães ou Araújo Porto-Alegre eram acusados de viverem sob as bases do mecenato do Imperador.⁶⁷ Além disso, punha-se em cheque o possível caráter apolítico da literatura romântica, seu individualismo, subjetivismo e pessimismo. De outro lado, despontava um grande progresso do homem no campo das Ciências, que impulsionava artistas e críticos da arte a voltarem suas atenções para a evolução das formas artísticas (e também para outros campos do conhecimento como história, filosofia, geografia, psicologia, etc), levando em consideração as leis que determinavam suas origens. As ciências naturais tornaram-se paradigmas para se produzir um olhar crítico para a sociedade e para seus símbolos políticos.⁶⁸ O povo e o otimismo cada vez mais tomavam lugar de destaque pela intelectualidade brasileira na compreensão de sua contemporaneidade. Para Silvio Romero:

Na política, é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico, o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso. Um bando de ideias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte. Hoje, depois de mais de trinta anos; hoje que são elas correntes e andam por todas as cabeças, não têm mais o sabor de novidade nem lembram mais as feridas que, para as espalhar, sofremos os combatentes do grande decênio: Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, transformação da instituição do Direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarma partiu da Escola de Recife.⁶⁹

Em um diagnóstico acerca da literatura do final da década de 1870, Machado de Assis ressaltava que o país ainda passava por uma espécie de transição entre uma tradição anterior, romântica, para aquela proposta pela nova geração, que tinha por base o humanismo científico. Para o crítico literário, o Romantismo “*teve suas horas de arrebatamento, de cansaço e por fim uma sonolência, até que sobreveio a tarde e negrejou a noite*”.⁷⁰ Dessa forma, para ele, aquela maneira de ver e narrar o mundo já não produzia ecos na sociedade brasileira. Os jovens intelectuais, por sua vez, guiados pelo

⁶⁷ VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 72.

⁶⁸ CAIRO, Luiz Roberto. **O Salto por cima da própria sombra**: o discurso crítico de Araripe Júnior: uma leitura. São Paulo: Annablume, 1996, p. 39.

⁶⁹ ROMERO, Silvio. Explicações Indispensáveis. In: BARRETO, Tobias. **Vários Escritos**. Sergipe: Ed. Do Estado de Sergipe, 1926, p. XXIII-XXIV.

⁷⁰ ASSIS, Machado de Assis. A nova Geração. **Revista Brasileira**, Ano I, Tomo 2. Outubro a Dezembro de 1879, p. 373.

entusiasmo zombavam do Romantismo de forma pouco crítica e ingênua, desprezando grande parte daquilo produzido de forma positiva anteriormente.

Um dos francos debates que constantemente entrava na ordem do dia era a caracterização de uma produção artística nacional em confronto com um cosmopolitismo de ideias. A polêmica entre José de Alencar e Joaquim Nabuco, no jornal *O Globo*, em 1875, é um exemplo sintomático desta questão e caro aos nossos esforços investigativos. O embate se deu via as duras críticas feitas por Nabuco à fracassada peça dramática de Alencar, *O Jesuíta*, escrita em 1861, mas encenada apenas em setembro de 1875, a pedido da atriz e empresária Ismênia dos Santos, do Teatro São Luís. O público não compareceu ao teatro, o que obrigou a empresária a tirar de cartaz a peça.⁷¹ Tal esvaziamento causou um grande constrangimento em Alencar, o que o levou a publicar uma série de artigos n' *O Globo* confrontando a recepção negativa de sua obra.⁷²

O século XIX foi marcado por grandes polêmicas literárias, e tinham, na maior parte, o jornal como principal meio de embate.⁷³ Para muitos, as polêmicas serviam como plataforma de ascensão no cenário intelectual.⁷⁴ Não era incomum para um jovem aspirante a crítico utilizar-se desse meio, principalmente ao bater de frente com importantes nomes da literatura do momento, para então pleitear um lugar de fala.⁷⁵ A vida literária na passagem do século XIX para o XX sobrepujou a própria literatura, e com ela, segundo Brito Broca estabelecia-se a própria necessidade dos intelectuais em vivenciar a literatura, e o surgimento dos grandes salões literários contribuía para isso.⁷⁶

⁷¹ MARTINS, Eduardo Vieira. Alencar e Nabuco. **O eixo e a roda**: v. 19, n. 2, 2010, p. 17.

⁷² Trabalhando sob a mesma perspectiva de Antonio Cândido sobre a formação do sistema literário brasileiro, mas com enfoque no teatro, João Roberto Faria identifica que o teatro romântico brasileiro não se configurou como uma expressão artística unitária. Composta por peças isoladas, o drama romântico brasileiro nunca construiu um *corpus* de temas e reflexões conjuntas. Diferente da prosa e da poesia que obtiveram algum êxito na construção de um olhar nacional, o teatro não teve a mesma felicidade, ou sequer fora interesse dos dramaturgos brasileiros. Faria aponta que nem mesmo o drama histórico teve a capacidade de criar um maior interesse para o sentimento nacional via teatro. Isso se deu ao fato dos autores não representarem a cor local em suas peças, preferindo muitas vezes pintarem um quadro com paisagem europeia. Será, então, com o teatro realista, já na década de 1850, que se poderia notar certa unidade, temas que despertassem o gosto do público. FARIA, José Roberto. **Ideias Teatrais**: o século XIX no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2001.

⁷³ JESUS, Ana Paula de, *et al.* O Jornal como espaço para debates de ideias através da polêmica literária no final do século XIX. **Revista Enagrama**. Ano 4 – Edição 3, março-maio de 2011.

⁷⁴ PEREIRA, Milena da Silveira. A Polêmica no Final do Oitocentos Brasileiro. **Histórica** (São Paulo. Online), v. 20, 2007.

⁷⁵ COUTINHO, Afrânio. Introdução. In: COUTINHO, Afrânio (org.) **A polêmica Alencar-Nabuco**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965, p. 5.

⁷⁶ BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956, p. 34-35.

As polêmicas, por sua vez, davam a tônica do embate literário, tornado elas mesmas um subgênero. Caracterizando-se muitas vezes com um traço estruturante da produção intelectual, esses espaços de discussão apresentavam-se como meio privilegiado para a construção de visões de tempo, narrativa e discurso político, heterogêneos e sobrepostos.

Há na polêmica entre José de Alencar e Joaquim Nabuco, segundo a visão ainda que bastante dicotômica de Afrânio Coutinho, um enquadramento à reação anti-romântica, característica comum de jovens críticos da década de 1870, e que era um apontamento para o pensamento realista e naturalista brasileiro. Pautada em ideais científicistas, anticlericais, com uma inclinação interpretativa acerca das mazelas sociais, a “nova geração” tornava o indianismo, o condoreirismo, o subjetivismo e a sentimentalidade seus principais bodes expiatórios.⁷⁷

Joaquim Nabuco regressa ao Brasil no ano de 1874, após uma temporada na França, lançando-se na vida literária brasileira, mas, ainda de acordo com Coutinho, coberto por um certo “francesismo intelectual”. Um dos traços marcantes de Nabuco, naquele momento, foi sua postura dita cosmopolita, compreendendo-se mais como um cidadão do mundo do que um homem carregado de nacionalismo. Nabuco reserva um espaço em *Minha Formação* para expor mais esse momento de sua vida.

Acreditamos, diferentemente do que afirma Afrânio Coutinho, quando diz que Nabuco retorna mais literário do que político, e aqui vale pensar, muito carregado pelo próprio relato do autor de *Minha Formação* em um pequeno trecho em que expõe sua percepção dos tempos de sua juventude afluída por uma forte excitação política, interessando-se por questões políticas onde quer que fosse. Esse seu excessivo interesse pela política poderia ser seu próprio limitador, “*por isso mesmo, eu não era, nunca fui, o que se chama verdadeiramente um político, um espírito capaz de viver na pequena política e de dar aí o que tem de melhor*”.⁷⁸ Nabuco utiliza-se de um artifício também muito comum no século XIX que é se valer do discurso baseado em uma modéstia afetada, imbuindo-se da incapacidade total de exercer uma determinada tarefa, sem que necessariamente acreditasse nisso. Aqui se baseia nosso ponto de discordância em relação a Coutinho.

Nabuco argumenta que a política local, “*a política propriamente dita*”, evidenciava sua incapacidade de colocar essa política em primeiro plano, pois havia um

⁷⁷ COUTINHO, Afrânio. *Op. Cit.*, p. 5.

⁷⁸ NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**, p. 52.

mundo de coisas que pareciam, para ele, superiores a essa pequena política, bem como sua curiosidade sobre o mundo. Esse interesse pela “*ação do drama contemporâneo universal*” fica bem elucidada com o destaque de um trecho já bastante explorado do capítulo *Atração do Mundo*:

Sou antes um espectador do meu século do que do meu país; a peça é para mim a civilização, e se está representando em todos os teatros da humanidade, ligados hoje pelo telégrafo. Uma afeição maior, um interesse mais próximo, uma ligação mais íntima, faz com que a cena, quando se passa no Brasil, tenha para mim importância especial, mas isso não confunde com a pura emoção intelectual; é um prazer ou uma dor, por assim dizer doméstica, que interessa o coração; não é grande espetáculo, que prende e domina a inteligência.⁷⁹

Christian Lynch nos oferece uma leitura muito interessante sobre o perfil intelectual de Nabuco. O cientista político carioca classifica Nabuco em três fases: o *abolicionista* (década de 1880), o *monarquista* (década de 1890) e o *pan-americanista* (década de 1900).⁸⁰ A relação das duas primeiras é a que mais nos chama atenção. Segundo Lynch, a historiografia tradicionalmente entende a primeira fase como Nabuco social-democrata progressista, que possuía uma visão profunda da sociedade brasileira, enquanto que na segunda ele teria abandonado tais preceitos e encabeçaria um conservadorismo oposicionista ao republicano. Essa leitura reforça a ideia de que o intelectual pernambucano produzia uma propaganda política sem valor, que expressava apenas seu saudosismo monarchista,⁸¹ tornando-se, portanto, um reacionário anacrônico.

Para alguns de seus biógrafos, como Luis Viana Filho, nessa fase de seu desenvolvimento político e intelectual, Joaquim Nabuco “sofria” de um romantismo incurável, levando-o a um excesso de imaginação idealista. Segundo Lynch, essa era a visão que o conservadorismo da Primeira República tinha do Liberalismo em geral. Antonio Cândido, por sua vez, atribuía o conservadorismo de Nabuco teria de alguma certa forma fugido dos ciclos de interesse de sua classe em sua tese abolicionista tornando-se, portanto, um radical para perpetuar um “atavismo de classe” a partir de seu liberalismo atenuador, supostamente visível em *Um monarchista do Império*.⁸²

⁷⁹ *Ibidem*, p. 52-53

⁸⁰ Ainda incluiríamos uma quarta fase e anterior a essas que é a do *crítico* (década de 1870), no qual abordaremos com mais profundidade no segundo capítulo desta tese, tal como salientado no texto.

⁸¹ LYNCH, Christian Edward Cyril. “O Império é que era a República: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco”. In: **Da monarquia à oligarquia**: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930). São Paulo: Alameda, 2014, p. 170.

⁸² *Ibidem*, p. 171.

Marco Aurélio Nogueira entendia que ao alinhar-se com o Império, Nabuco se distanciava e não enxergava as mudanças em curso no país. Angela Alonso, ainda, também corrobora a interpretação de que Nabuco utilizava-se de uma bandeira política muito mais por projeção própria do que por qualquer motivação política social. Aparentava ser mais um “capricho estético”, como resume Lynch, do que um projeto assentado. Tais leituras acerca de Nabuco nos incita a pensar as possíveis contradições de sua obra e as dimensões estéticas que são constituídas. Esse problema novamente retornará com maior propriedade em nosso terceiro capítulo intitulado *Para além do sentimento: a saudade produtora de passados*.

Ainda podemos inserir uma quarta fase na vida intelectual de Nabuco, a fase que chamamos de *crítica* (década de 1870). Ela contribuirá na compreensão dos aspectos literários de sua obra, bem como em sua atuação como crítico literário, atividade que o insere definitivamente no ciclo intelectual brasileiro no final do século XIX. Embora discutamos brevemente essa fase aqui, como apontamento para o cenário intelectual da época, essa “fase” será mais amplamente discutida em nosso segundo capítulo, *Representação do passado e o entre-lugares dos gêneros narrativos*. Isso nos será caro principalmente no debate sobre a formação do sistema literário brasileiro.

Antonio Candido compreende que a Literatura não se manifesta a partir de obras isoladas. A formação da Literatura se dá a partir de um sistema que permite a ligação interna e externa de obras e autores através de elementos comuns. Língua, temas, imagens, sociedade são alguns desses fatores organizados na Literatura e que se manifestam de formas historicamente compreensíveis, o que para Candido é o que permite entendermos a Literatura como um “*aspecto orgânico da civilização*”.⁸³ Além disso, aponta o autor, podemos encontrar outros aspectos fundamentais para a composição do sistema literário que passa por um conjunto de produtores literários que possuem certa consciência de seu papel desempenhado, um público receptor estabelecido e um mecanismo transmissor que conecta tais elementos.

Uma vez esse sistema estabelecido e as atividades de escritores integradas a ele forma-se uma continuidade literária, que garante temporalmente o movimento conjunto dos sectários de um grupo literário. Pode-se dizer que é o estabelecimento de uma tradição que permite a transmissão de padrões de pensamento ou comportamento que precisamos

⁸³ CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**: Momentos decisivos. 6ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 23.

compreender para aceitar ou recusar.⁸⁴ Para Candido o sistema literário brasileiro formase entre a segunda metade do século XVIII, com o Arcadismo, e a primeira do XIX, com o Romantismo. No entanto, mesmo inaugurando formas de literatura nacional apresentava inconformidades.

Embora o Arcadismo do século XVIII já apresentasse alguns tímidos aspectos de nacionalidade, será com o Romantismo que o localismo se mostrou com mais força e ratificou as peculiaridades do país. Os temas sobre a natureza pitoresca e a construção do índio como símbolo nacional apresentaram-se como elementos fundamentais para se caracterizar o Eu brasileiro. No entanto, o caso da originalidade⁸⁵ já se apresentava como um grande problema. Mesmo com o esforço em mostrar o que era o Brasil, esse esforço era realizado sob forte influência europeia. A continuidade como formadora do sistema literário acontece, mas de forma tanto fragilizada. Candido destaca que a inspiração do indianismo vinha muito mais das obras de Ossian e Chateaubriand, do que de Basílio da Gama ou Santa Rita Durão.⁸⁶ Para Candido, o século XIX apresentava valiosos autores, mas o Romantismo era difícil de se configurar como um sistema literário estruturado, por apresentar muitas obras que se destacavam isoladamente do que compunham problemas comuns.

A década de 1870 surge como um período complexificador da relação entre sociedade brasileira e literatura. Para Candido nesse momento já havia um público denso, com uma pequena tradição de estudos literários, movimentos e associações duradouras, casas editoriais com estruturas suficientemente boas.⁸⁷ O Romantismo não se mostrava forte o suficiente para compreender aquele momento nacional. A modernização da sociedade, as transformações do olhar para o país (do centralismo ao regionalismo) e para o povo, bem como o amadurecimento do público exigiam um novo tipo de literatura.

Em grande medida corroboramos as observações de Cândido e Souza acerca da fragilidade de se estabelecer um sistema literário e de crítica forte o bastante para, sobretudo no momento que corresponde ao Romantismo, organizar grandes grupos

⁸⁴ *Ibidem*, p. 24.

⁸⁵ Sobre o tema da originalidade, recentemente publicamos um ensaio em que discutimos os aspectos formativos da literatura brasileira no século XIX e esse é um dos principais pontos abordados pelo artigo: SILVA, Rodrigo Machado da. As letras da civilização. Língua, literatura, cor local e periodização no Romantismo Nacionalista. **R.IHGB**, Rio de Janeiro, a.176 (468):77-110, jul./set.2015.

⁸⁶ CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**: resumo para principiantes, 3. ed.— São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 1999, p. 38.

⁸⁷ CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**

coesos de autores e obras definidoras de gêneros e temas, evidenciando apenas obras isoladas e de eixos não necessariamente comuns, além da insegurança de delimitação de seus objetos. No entanto, isso nos provoca a pensar sobre os estatutos do texto e sua autonomia em meio a um contexto em que não é tão clara essas fronteiras.

Fundamentalmente a representação do tempo pode ganhar inúmeras formas que aparentemente são excludentes. Dizer sobre o real e o fictício e manter seus limites é uma fronteira tão porosa quanto espinhosa. Podemos admitir que as narrativas sobre um fato serão adotadas como pretensamente verdadeiras em detrimento das pretensamente fictícias ou não-verdadeiras quando levamos em consideração o método, visto que adotar os caminhos da verossimilhança não necessariamente dará conta de marcar as devidas barreiras entre o real e o imaginado.⁸⁸ Mais do que dizer sobre qual gênero dá conta do real, precisamos nos perguntar qual é aquele que produzirá o efeito de distanciamento que provocará a empatia sobre o passado.

Recuperamos aqui um de nossos principais problemas, a relação entre visão de mundo e literatura romântica em contraposição aos ideais cientificistas dominantes no final do século XIX. Tal problema reforça os argumentos de Candido acerca da falta de um sistema literário brasileiro no Oitocentos, somado à falta de clareza entre gêneros escriturários. Joaquim Nabuco torna-se emblemático em nossa proposição por exemplificar perfeitamente o crítico e o criticado em dois contextos diferentes. Como se observará, não há contradições ingênuas em marcar dois posicionamentos distintos, mas há um peso temporal significativo para que isso ocorresse.

Terry Eagleton nos abre caminho para essa discussão ao questionar o estatuto da literatura. No senso-comum, literatura é tida como uma escrita imaginativa, não-verídica. No entanto, nem sempre isso é verificável ao longo da própria história da disciplina. Grandes clássicos da literatura inglesa, para o autor, por exemplo, são estudos históricos, sociológicos e filosóficos. Assim, a partir da oposição fato-ficção não é uma chave segura para estabelecer os limites entre literatura e historiografia. Considerando isso, não é um descabimento incluir *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda e *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre no cânone literário nacional.

⁸⁸ Ver: SCHAPP, Wilhelm. **Envolvido em Histórias**: Sobre o Ser do Homem e da Coisa. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2007.

Adotar a ideia de que a literatura por definição envolve uma narrativa criativa e imaginativa não é forte o suficiente para distinguir de narrativas consideradas “científicas”, uma vez que estas também carregam cargas desses dois elementos. Eagleton, em um primeiro momento, atribui à literatura tal qual conhecemos, pretensamente ficcional, como um emprego da linguagem “*de forma peculiar*”.⁸⁹ Ela, segue o autor, tem a capacidade de transformar e intensificar a linguagem comum, ao mesmo tempo em que se afasta da fala cotidiana. A linguagem empregada não é e não pode ser a mesma.

No pós-escrito ao romance *Diva*, em 1865, José de Alencar ressalta o papel da linguagem literária e a relação entre língua e povo. A língua, seguindo as posições do literato cearense, pode ser entendida como um forte modulador de distância. Ao não ser estática, ela acompanha as transformações sociais rompendo com hábitos e barreiras impostas por “*gente retrógrada*”. O argumento de Eagleton se clarifica aqui na medida em que Alencar explicita os limites entre a fala popular e a escrita literária. A diferença se mostra necessária para marcar o distanciamento de representações.

A linguagem literária, escolhida, limada e grave, não é por certo a linguagem cediça e comum, que se fala diariamente e basta para a rápida permuta das ideias: a primeira é uma arte, a segunda é simples mister. Mas essa diferença se dá unicamente na forma e expressão; na substância a linguagem há de ser a mesma, para que o escritor possa exprimir as ideias de seu tempo, e o público possa compreender o livro que se oferece.⁹⁰

Dentre as inúmeras possibilidades de se definir a literatura de uma maneira que fuja de uma dualidade falaciosa entre o real e o fictício, encará-la como um discurso “não-pragmático”⁹¹ nos parece potente, ainda que se possa fazer ressalvas ao termo. O discurso não-pragmático é aquele que não tem como objetivo original oferecer qualquer tipo de narrativa que seja útil do ponto de vista prático, como um estudo de ciências biológicas, por exemplo, que mesmo dotando de um valor estético próprio tem por característica produzir certo material que possa ser posto em uso. O texto historiográfico,

⁸⁹ EAGLETON, Terry. Introdução: O que é literatura?. In: **Teoria da Literatura**: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 2-3.

⁹⁰ ALENCAR, José Martiniano de. Pós-Escrito [Ao romance *Diva*]. In: SOUZA, Roberto Acízelo de (org.). **Historiografia da Literatura Brasileira**: Textos fundadores (1825-1888). Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2014, p. 500.

⁹¹ EAGLETON, Terry. *Op. Cit.*, p. 10.

cientificamente conduzido, também se atribui de valor útil e pragmático a partir do momento que se entende como um discurso produtor de conhecimento.

No entanto, pensar o século XIX e suas particularidades no que tange as disputas sobre os gêneros escriturários, os elementos “não-pragmáticos” e o útil por vezes eram reivindicados a atuarem juntos. Como já destacados algumas páginas acima, a década de 1870 ao tecer suas críticas ao Romantismo e o seu caráter amplamente fantasioso reivindica, assim como na historiografia, vale lembrar Capistrano de Abreu, uma ampliação do uso do método histórico para compor uma narrativa literária que fosse ela também útil. Joaquim Nabuco, então, defende isso em sua coluna *Aos Domingos*, no jornal *O Globo*, em 1875.

A literatura era entendida por Nabuco como produto de um exercício intelectual que se manifestava muito além do que a crítica literária encomiástica brasileira pregava, ainda, naquele tempo. O crítico, inicialmente, frustrava-se com o mercado editorial no país, que além de ser incipiente, estava carregado de obras estrangeiras, e de produções nacionais repletas de maneirismos que podemos classificar como certo falseamento do gênio literário.⁹² Crítica irônica à sensibilidade e melancolia do ato solitário do poeta, que exaltado pelos periódicos, não faz mais do que escrever uma obra cansada e marcada pelo produtivismo e não pela inspiração.⁹³

Joaquim Nabuco, ainda, inspirado por Ernest Renan, Edmond Scherer e George Sand (pseudônimo de Amandine Aurore Lucile Dupin – Baronesa de Dudevant) – com os quais ele manteve contato direto em uma de suas passagens pela França na década de 1870 -, defendia que para o bom desenvolvimento da escrita literária era preciso que o seu autor se entregasse aos estudos históricos. Para Nabuco, não havia nada mais ingrato e fútil do que uma produção em que o indivíduo tira toda de si mesmo, evidenciando, para ele, ou a falta de talento, ou que a profissão literária não era levada à sério. O ato de fazer

⁹² Sobre a crítica laudatória que se praticava no Brasil, vale a pena ressaltar a polêmica entre José de Alencar e Joaquim Nabuco travada justamente no jornal *O Globo* ao longo do segundo semestre de 1875, acerca da peça dramática de Alencar, *O Jesuíta*. Em tom bélico, como se é de esperar nas polêmicas do século XIX, Nabuco se incomoda com a falta de uma ruptura com a “adoração” de grandes autores. O que Nabuco pretendia fazer uma crítica verticalizada da obra de Alencar e quebrar com exaltação vazia, prática comum entre os críticos literários da época. Para Nabuco: *O certo é que esse vocabulário laudatório elástico, esses clichês ao alcance do primeiro compositor, esse carrilhão da imprensa, tudo isso mostra que ainda estamos no período da adoração, e que a crítica ainda a mais conciliadora, a mais prevenida de patriotismo, como a minha, ainda é uma torrente desviada, que, para abrir leito, tem que causar destroços*. NABUCO, Joaquim. *Aos domingos – O Globo*, 3-10-1875. In: COUTINHO, Afranio (org.). **A polêmica Alencar-Nabuco**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965, p. 44.

⁹³ NABUCO, Joaquim. *Aos Domingos – Servindo de Prólogo*. In: **O Globo**, n.216. Rio de Janeiro, 08/08/1875, p. 1.

literatura não era algo inteiramente subjetivo. A maior parte de sua construção era feita a partir da observação.

Há estudos, como as humanidades, que são apenas a habilitação do espírito para a carreira das letras; quem os tem pode dizer que possui a ferramenta do seu ofício; além da ferramenta, há, porém que escolher o material. O material em que trabalham os nossos homens de letras, são os costumes, a sociedade, quando são romancistas ou dramaturgos; as leituras, quando são críticos, a própria vida ou impressões, quando são poetas.⁹⁴

Nabuco segue uma interpretação amplamente difundida no final do século XIX, onde se entende o caráter político da literatura. O intelectual incumbido de ler, traduzir e representar a sociedade tinha o instrumento da observação como uma chave fundamental para o desenvolvimento das letras no Brasil. As propostas reformistas características da *Geração de 1870* visavam, de modo geral, além da autonomização do campo intelectual brasileiro, constituir uma relação afetiva e combativa entre política e letras. Embora heterogênea, a *Geração* tinha como horizonte não a produção de uma obra universalista e de conteúdos abstratos, mas de buscar subsídios para compreender a realidade na qual viviam e assim desenvolver um projeto de ação política efetiva.⁹⁵

Lançar mão de uma narrativa não-pragmática ou útil é tensionar um problema por uma linha tênue. Novamente atribuímos à literatura o caráter não-pragmático. Nem sempre uma narrativa que se pretende apresentar dessa maneira é lida assim, bem como aquela com características pretensamente utilitárias também não. De acordo com Eagleton, as definições de literatura vão depender da maneira que se lê e não a natureza daquilo que é lido.⁹⁶ Isso efetivamente quer dizer que o texto pode ter o seu estatuto modificado de acordo com a sua audiência e os valores temporais que são atribuídos a ele. Ou seja, há a possibilidade de o texto ganhar conotações diferentes daquilo que originalmente é pensado para ele. Uma obra estabelecida para ser de literatura, imaginativa e não-pragmática pode ganhar um valor de fonte, de relato ou crônica de uma determinada época, bem como um texto que fora concebido como uma peça de caráter social útil e efetivo, cientificamente conduzido, aos olhos dos leitores e das transformações temporais, bem como das distâncias promovidas dentro e fora da narrativa impõe o caráter de literalidade para ele.

⁹⁴ NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 70.

⁹⁵ ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, p. 42.

⁹⁶ EAGLETON, Terry. *Op. Cit.*, p. 11.

2.3. O olhar ambivalente de Joaquim Nabuco para uma certa modernidade brasileira

Como parte fundamental de sua formação, Nabuco era conduzido pela necessidade de orientar-se partindo de padrões idealistas, marcado por um forte apelo estético e moral, mas sem excluir a necessidade de compreender a realidade contemporânea através de uma densa análise sociológica. Isso é fundamental para compreendermos o seu posicionamento em relação à temporalidade. Através de seu monarquismo identitário buscava constituir um outro lugar para a civilização, um ponto de orientação moral que fosse capaz de definir o futuro da nação. Era com a narrativa que propunha o retorno ao passado como meio de destacar a monarquia parlamentar na construção, sobrevivência e progresso do país, projeto proposto em *Um Estadista no Império*.⁹⁷

Considerada uma das primeiras grandes sínteses da história do império brasileiro, *Um estadista do império* (1897-1899) evidencia uma importante característica na escrita historiográfica de Joaquim Nabuco, qual seja a hierarquização do tempo, como poderemos observar alguns parágrafos abaixo. Caracterizado como biografia de seu pai, Nabuco de Araújo, ele vincula sua obra também com a história do Imperador e do próprio império, em um notável esforço de construção de um elo íntimo entre notáveis vultos do passado e a nação. Como nota ilustrativa, e sintética para não extrapolar os interesses analíticos deste primeiro capítulo,⁹⁸ analisaremos o prefácio dessa obra sob a perspectiva da relação íntima entre autor e o objeto então representado.

O prefácio de *Um estadista do império* se inicia com a forte sensação de produzir uma materialidade do tempo. Como uma espécie de presença do passado, ainda vivo em seus vestígios, Joaquim Nabuco aproxima-se do pretérito, do passado de seu pai a partir de seus “pecúlios”. Afirmava, então, que Nabuco de Araújo guardava todos documentos que lhe diziam respeito, entre trocas de correspondência e documentos oficiais. O autor imputava àquele material o papel de presentificar a imagem de seu pai evidenciando uma

⁹⁷ SOUZA, Ricardo Luiz. Nabuco, Rebouças, Patrocínio: monarquismo e abolicionismo. **Impulso**, Piracicaba, 17(43): 33-44, 2006, p. 37.

⁹⁸ O conjunto de livros que compõem a obra “Um estadista do Império” será analisado com maior profundidade no terceiro capítulo dessa tese. No atual ponto de nosso trabalho não queremos adiantar temas para que não se crie paralelismo e repetições desnecessárias.

forma de empatia significativa. Isso o permitia tanto poder falar com propriedade sobre aquele passado, como o justificava em sua potencialidade.

Com a sua biblioteca, esse arquivo absorveu parcela por parcela sua existência, toda de gabinete, de pensamento, de trabalho intelectual incessante. Não podia eu por minha vez manuseá-los sem sentir nesses papéis a presença de seu espírito, sem compreender que eles eram fragmentos de sua vida, que ela devia achar-se ali inteira, completa para quem a pudesse reconstruir, e que era preciso que alguém um dia a desprendesse deles.⁹⁹

Ao propor o uso de tais documentos para relatar a vida de seu pai, Joaquim Nabuco abre o passado para possibilidades de futuro, ou seja, reconhece que o passado não está de maneira alguma dado e imóvel. Há peculiaridades no passado que apenas se pode explorar no futuro e em forma de História. Não se havia falado de Nabuco de Araújo a partir de um determinado ponto de vista que era orientado pela própria vontade daquele homem em se tornar história. No entanto, atribuir sentido não se dá do passado por ele mesmo. Frente ao fracasso político que o Brasil enfrentava, na perspectiva dele, evidenciando pela Revolta da Armada (1893-1894) e simbolizava naquele momento o fim das lutas pacíficas engendradas pelo pai no passado. Há nisso uma hierarquização do tempo da política reservando suas glórias ao passado.

O segundo reinado possuía uma figura de centralidade, e esse era para Joaquim Nabuco, sem dúvida, o imperador Pedro II. Falar sobre o passado recente da nação era falar sobre o monarca. No entanto, figuras como Nabuco de Araújo eram fundamentais para se obter uma visão mais sistemática sobre o império. Há um discurso de incompletude da obra. Como um decoro da própria narrativa daquela biografia, dividida em três tomos, estava entendida como não à altura da imagem do biografado, bem como do próprio império.

As proporções dadas neste livro à figura de Nabuco, posso dizer sinceramente, não são devidas a nenhum desejo de engrandecê-lo à custa dos seus contemporâneos, mas ao fato de ser a biografia dele que eu escrevia, aos numerosos documentos que tive para documentá-la, e também à circunstância, que lastimo, de não se ter ainda escrito na mesma escala a vida dos outros homens de Estado.¹⁰⁰

⁹⁹ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Vol 1. Rio de Janeiro: H. Garnir, 1897, p. V-VI.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. V-VI

Vincular a história do império à história de Nabuco de Araújo, resgatar os seus “pecúlios”, vestígios de uma vida, naturalmente, considerada por ele como uma das mais nobres do século que chegava ao fim (afinal, se tratava da vida de seu próprio pai), criava efeitos de proximidade e empatia consideráveis. Para além dos distanciamentos, o livro possui uma característica própria que nos faz requalificar o seu estatuto. Ao mesmo tempo em que *Um Estadista do Império* se propõe uma biografia baseada em um esforço historiográfico cientificamente conduzido, ele ganha outras configurações ou modo de leitura na medida em que atribuímos um efeito estético diferente para ele. Dessa forma, acreditamos ser possível entendê-la como uma obra de literatura, mesmo que ainda seja um texto pensado para não ser imaginativo ou não-pragmático.

Houve ao longo do século XIX, de acordo com Rodrigo Turin, uma tendência entre aqueles que escreviam História no Brasil em ligar-se à nação. Esta tentativa de vinculação foi muito formalizada no Império, mas que também ganhou contornos próprios na República. Esse mecanismo era utilizado pelos autores da época como forma de justificativa da obra que se apresentava ao público. Ao evidenciar a *sinceridade*, a *dificuldade* e a *utilidade* daquele empreendimento, o historiador inseria seu trabalho no espaço letrado, ou talvez poderíamos voltar a usar a expressão de Antonio Candido: *sistema literário*. Assim, falar sobre a genealogia nacional resultaria na tomada pública que caracterizava o par autor-nação.

Ato essencialmente político, a escrita da história nacional reclamava por parte de seu autor a reflexão sobre esse vínculo visceral. Pode-se mesmo dizer que a própria possibilidade de se escrever a história da nação passava pelo estabelecimento prévio de uma relação entre a pessoa que escreve, o lugar que lhe é próprio e o projeto que defende.¹⁰¹

No ocidente, o oitocentos foi o período em que a constituição da História como disciplina foi intensamente ligada à formação dos Estados nacionais modernos. O projeto monarquista, no Brasil, foi aquele incumbido de construir e legitimar o discurso histórico nacional. Enquanto na Europa a institucionalização da História passava pelo processo de profissionalização ao incorporar a disciplina nas Universidades, o Brasil, seguindo as tradições do século XVIII, a produção historiográfica vinculava-se às academias, cujas

¹⁰¹ TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, n. 2, pp. 12-28, março/2009, p. 14.

composições de seus membros eram baseadas em relações sociais.¹⁰² O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição símbolo dessa visão de mundo.

O objetivo orientador do IHGB era o de organizar uma História nacional pautada na constituição de uma unidade territorial e política. Cabia ao historiador¹⁰³ construir o perfil da nação, asseverando a alteridade frente ao conjunto das nações estrangeiras. Isso, fundamentado a partir de princípios organizadores da vida social do século XIX. Sob a tutela do imperador, a historiografia praticada no IHGB, encarada como tarefa oficial, era um bem nacional feita para e pela nação. Ao se voltar para a escrita da “história oficial”, o historiador tornava-se uma das peças fundamentais para a construção de uma identidade coletiva e dos modelos de ação para o Estado.¹⁰⁴

A prática de se escrever História, no Oitocentos, era um exercício de afetividade. Havia uma relação íntima entre a história da nação e seu narrador, uma espécie de continuidade. Von Martius em sua monografia *Como se deve escrever a história do Brasil*, de 1844, destacou a necessidade do historiador compor uma história patriótica, prestando um serviço a ela. De acordo com o autor alemão, ao falar sobre o passado o historiador deveria ser sincero quanto ao seu propósito, expondo de maneira clara o seu endereçamento, assim a narrativa historiográfica seria verdadeiramente um bem para a nação.¹⁰⁵ Além disso, para que tal propósito fosse alcançado deveria ser realizada uma criteriosa tarefa de seleção de temas e fontes a serem trabalhadas.

A relação com o passado a partir desse ponto fica cada vez mais estreita. O memorialismo que despertava em Joaquim Nabuco fazia com que fosse notória a proposta autobiográfica de suas produções historiográficas. Há além de uma grande ampliação da subjetividade em relação ao passado, à formação de sua família, um sentimento de saudade e, como contraponto, o pessimismo frente ao futuro. Joaquim Nabuco estreitava sua narrativa voltando-se cada vez mais para a sua intimidade. A leitura científica e sociológica da sociedade passa a ser sobreposta pela intensificação de sua religiosidade. A emoção e a sensibilidade intensificavam-se, mas não eram estruturadas da mesma maneira que o Romantismo da década de 1840-50.

¹⁰² *Ibidem*, p. 15.

¹⁰³ Vale lembrar que não havia uma homogeneidade clara entre os membros do IHGB para enfatizarmos uma linha única de pensamento da instituição. Isso, não obstante, não exclui o fato de haver, em grande medida, um compartilhamento de ideias e leituras da história nacional entre os membros do instituto.

¹⁰⁴ TURIN, Rodrigo. **Op. Cit.**, p. 15.

¹⁰⁵ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. *Como se deve escrever a historia do Brazil*. **Revista do IHGB**. 6:381-403, 1844.

Compreendemos que o Romantismo brasileiro não teve seu fim decretado com o surgimento do Realismo e Naturalismo, nem mesmo com a queda do regime monárquico. Podemos compreender que há uma significativa mudança em relação à comunidade intelectual estabelecida pelo *status quo* mantido pelos românticos, uma perda de força pedagógica e literária, mas que, efetivamente, o Romantismo como campo do conhecimento e interpretação social não é completamente destituído. Enquanto os cientificistas buscam desenvolver interpretações realistas da sociedade brasileira há uma geração pós-romântica que também possuía um projeto interpretativo, mas intimamente ligado a um utopismo do passado, característica fundamental do Romantismo.¹⁰⁶

Não se propõe aqui afirmar que no final do século XIX o Romantismo retorna com uma proposta de crítica ao racionalismo universalista da passagem do século XVIII para o XIX.¹⁰⁷ A modernidade romântica, não mais tem como bandeira a superação de uma leitura clássica do mundo, de definir e construir um passado indianista para o Brasil. A valorização e engrandecimento das instituições do passado, a auto inserção no processo narrativo e o pessimismo latente são as marcas preponderantes desse prolongamento romântico no final do século XIX.

A proclamação da República teve um impacto importante para que Nabuco se aproximasse cada vez mais de uma visão subjetiva da história, que embora pudesse de alguma forma contribuir para uma interpretação do Brasil e a construção de uma identidade nacional, não deixa de corroborar os preceitos cosmopolitas que o acompanhavam na juventude. Em recente trabalho acerca da produção intelectual de Nabuco, Angela Alonso aponta que o contexto de emergência do novo regime provocava uma profunda desilusão em Nabuco, bem como em uma grande parte da intelectualidade monarquista brasileira ativa no período. Uma série de obras tentava construir, através da exaltação da história do Império, um diagnóstico negativo da República. Joaquim Nabuco, portanto, buscava na tradição o fio restaurador de uma identidade abalada com o fim da monarquia.¹⁰⁸ Sua produção historiográfica seria uma resposta ao republicanismo emergente e visto como degenerado.

¹⁰⁶ Ver: HELENA, Lucia. **A Solidão tropical: O Brasil de Alencar e da Modernidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006; SALIBA, Elias Thomé. **As utopias românticas**; São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

¹⁰⁷ DUARTE, Luiz Fernando Dias. A pulsão romântica e as ciências humanas no ocidente. **RBCS** Vol. 19 nº. 55 junho/2004, p. 8.

¹⁰⁸ ALONSO, Angela. **Joaquim Nabuco**, p. 276.

No entanto, há certos cuidados que são necessários tomar quando delegamos esse tipo de leitura a figuras como as de Joaquim Nabuco. Os aspectos conservadores e reacionários atribuídos ao historiador pernambucano muitas vezes são frutos de leituras apressadas ou enviesadas de sua obra, embora saibamos que certas defesas podem ser igualmente falaciosas. Como já discutido a partir da interpretação Christian Lynch, não é incomum encontrarmos leituras, principalmente sobre a atuação de Nabuco pós-1889, em que afirmam que o autor de *Balmaceda* abandonara suas preocupações sociais-democráticas e fora tomado por um conservadorismo opositor ao republicanismo “afogando as mágoas da queda da monarquia nos braços do catolicismo militante”.¹⁰⁹ Compreendemos que a postura tradicionalista de Nabuco se configurava como uma “reação”, mas que não é um retorno necessariamente negativo a um passado prestes a ser esquecido.

Lynch chama atenção para uma forma menos engessada de interpretar Nabuco. O autor sugere uma leitura a partir do “*idealismo prático*” persistente na obra de Nabuco. Para ele, o deputado pernambucano, manteve-se monarquista, mesmo pós-1889, não simplesmente pela manutenção de um conservadorismo fora de época. O regime republicano não teria, tal como era posto no final do dezenove, as condições necessárias para se constituir uma sociedade autêntica buscada naquele modelo. A monarquia, por outro lado, possuía as ferramentas para promover o civismo, o liberalismo, e a democracia. Nabuco, então, se valeria de um certo “*monarquismo instrumental*”.¹¹⁰ Isso perpassava por um idealismo estético de foro íntimo que era, então, acelerado pelas frustrações políticas que o acompanhavam naquele momento. Isso é exemplificado por Nabuco: “*Nascido em uma época de transição, prefiro em tudo, arte, política, religião, ligar-me ao passado, que ameaça ruína, do que ao futuro, que ainda não tem forma....*”.¹¹¹

Ao longo de nossa tese esses problemas identificados em Nabuco, tais como a relação entre um certo “capricho estético” e seu “idealismo prático” contribuirá como alavanca para nossos esforços investigativos acerca da ação e sensibilidade na escrita da história no Brasil no processo de transição dos regimes imperial para o republicano. Em nossa hipótese esse contexto apontava para uma desordem na percepção do tempo da

¹⁰⁹ LYNCH, Christian Edward Cyril. *Op. Cit.*, p. 170.

¹¹⁰ *Ibidem*, p.176.

¹¹¹ NABUCO, Joaquim. "Academia Brasileira - Discurso de Inauguração (1897)". In: **Escritos e Discursos Literários**. Rio de Janeiro: Garnier, 1901, p. 194-195.

nação. Essa desordem foi decorrente das possibilidades de futuro abertas pelo republicanismo, que além de jovem no país trazia inúmeras incertezas quanto à sua consolidação e os caminhos que o país deveria trilhar sob sua tutela.

Pensar a história, então, além de produzir conhecimento sobre o passado era um instrumento útil para restabelecer aquele tempo desordenado. Não obstante, o envolvimento com esse passado útil por vezes não se dava pela simples observação e experimentação aos moldes de Èmile Zola, mas através do envolvimento sentimental com o passado recente – fosse ele através do ressentimento, da saudade, do amor pátrio etc. -, então motor de arranque para a escrita da história no Brasil. Poderia ser esse um *topos* da historiografia brasileira no fim do século?

A desordem além de ser constituída a partir de um pessimismo frente aos caminhos que a nação percorria, também era notável por uma produção intelectual que persistia na busca de uma identidade nacional ao mesmo tempo que percebia o fracasso iminente das configurações de nacionalidade. A escrita da história, por mais particularizada que se possa supor, marca o lugar do autor no tempo presente. Izabel Marson argumenta que Nabuco retorna ao passado para destacar a importância do regime monárquico para a emergência da nação, e para o exercício de um autêntico liberalismo, responsável por conduzir uma prática política civilizada.¹¹² Nos últimos anos, os trabalhos que se dedicam a construir um quadro analítico de produção intelectual no Brasil na passagem do XIX para o XX têm destacado que, diferente do que fora amplamente difundido por autores como Antonio Paim, Cruz Costa, Roberto Schwarz, entre outros, a intelectualidade brasileira possuía uma agenda de ação política definida, não apenas produzindo teorias importadas e apartadas da realidade nacional. Em grande medida, pode-se considerar a própria narrativa uma forma de ação pública direta.¹¹³

Angela de Castro Gomes argumenta que a escrita da história, na virada do século, era sustentada pelo impacto das lutas políticas e simbólicas que marcavam o início do regime republicano, e que se mostrava decisiva para a constituição do campo de conhecimento histórico naquele momento. O passado era constantemente revisado. Isso ocorreu ou porque eram introduzidos novos fatos e heróis na narrativa, ou porque a

¹¹² MARSON, Izabel. "'Conciliação' e esquecimento: Nabuco e a revolução". In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 177.

¹¹³ RICUPERO, Bernardo. Da formação à forma: Ainda as 'ideias fora do lugar'. **Lua Nova**, São Paulo, 73: 59-69, 2008.

hierarquia daqueles que já eram vigentes precisava ser repensada. Ainda, a autora ressalta que a concepção de história e o tipo de narrativa histórica que se produzia naquele momento fazia parte das exigências políticas do novo regime. Tratava-se, dessa maneira, de produzir um passado e fazer com que ele fosse considerado. Para a autora de *A República, a História e o IHGB*, o debate sobre o caráter científico desse saber cresceu ao mesmo tempo em que era considerada um índice de civilização e progresso de uma nação moderna.¹¹⁴ Mas considerar uma suposta cientificidade objetivista como a única forma de narrar a história é desconsiderar outros fatores que formam a cultura histórica de uma época, o que no caso dos estudos sobre Nabuco é concordar com a ideia de um reacionarismo simples e puro.

Em nossa perspectiva, o cientificismo posto no recorte por nós estudado foi sem dúvida preponderante para os novos paradigmas historiográficos brasileiros. No entanto, em um momento de grande aceleração do tempo e perspectivas ainda inconclusivas sobre o futuro do país, a sensibilidade dos historiadores frente ao tempo conduzia a forma que a ciência se estabelecia. Mesmo que se fizesse presente uma grande crítica à estética romântica, ela era recodificada seguindo as possibilidades discursivas, ou como Stella Bresciani propõe, um *lugar-comum*, marcado por um conjunto de crenças opiniões e argumentos sobre uma determinada comunidade política, que mesmo confusas, erráticas e pouco seguras, deitavam raízes profundas na vida e experiência dos homens.¹¹⁵ A obra de Joaquim Nabuco contribuiu para a formação de uma espécie de fundo-comum de argumentos, interpretações e informações, que definem a formação do Império e os processos políticos e sociais no Brasil¹¹⁶.

Joaquim Nabuco esteve alinhado incondicionalmente com o regime imperial, não deixando de revelar as mudanças que vigoravam no país, que mesmo não rompendo o caráter conservador global, exigiam certo reordenamento político institucional que ultrapassava a monarquia.¹¹⁷ Além disso, a anglofilia de Nabuco também é destacada

¹¹⁴ GOMES, Angela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 23-25.

¹¹⁵ BRESCIANI, Stella. "Identidades inconclusas no Brasil do Século XX de um lugar comum". In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 407.

¹¹⁶ OLIVEIRA, Cecilia Helena L. de Salles. Herdeiros e vítimas da "conciliação": política e História em Joaquim Nabuco. **Estudos Avançados**, 23 (65), 2009, p. 234.

¹¹⁷ NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As desventuras do liberalismo**: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 159.

como uma leitura conservadora da política, sendo a experiência inglesa¹¹⁸ um fator que embora tivesse contribuindo para a formação de um novo projeto político, para o noventa e nove, não estava completamente ligada aos projetos republicanos brasileiros, embora segundo Carolina Nabuco, tivesse ele se reconciliando com a República¹¹⁹.

Eu não aderi a República, porque ninguém tem o direito de dizer que adere às leis e às instituições de seu país. É um louco aquele que se sirva da expressão “aderir” em relação às formas que o seu país vai tomando no perpassar das épocas. Mas eu deixei de pleitear como modelo de forma de governo [...] Fiz o meu ato de fé nos novos destinos do país, meu ato, posso dizer, de amor àquele ideal americano, ideal republicano, que não é somente ideal americano, mas também o de todo greco-latino, que o conservou sempre no altar de Péricles como a sua religião política.¹²⁰

A emergência de novas possibilidades de modernidade que acompanham a República possuíam como potencialidade a própria reconfiguração do passado nacional. A monarquia, para os intelectuais reformistas, ainda se manifestava como horizonte de positividade e transformações político-sociais. O regime republicano, por sua vez, já surge saturado, o que gerava uma sensação de desordem que instabilizava o processo de modernização do país. O futuro não se manifestava como a única alternativa, e inalienável, para o progresso. O passado também estava carregado de possibilidade e projetar-se ao pretérito eram também um esforço de encontrar um lugar autorizado para se pensar o que deveria ser o Brasil.

Posto desta maneira, a nossa hipótese principal e que norteará todo o desenvolvimento de nossa tese é que houve na passagem do regime monárquico para o republicano uma reconfiguração da estética romântica no meio intelectual brasileiro, resultado de um movimento conservador de reação às propostas científicas liberais que preponderava a partir de diferentes grupos emergentes, que constituía aquela que é chamada pela historiografia como *Geração de 1870*. Embora o grupo formado pelos científicos fosse o preponderante, os pós-românticos ou segundos românticos desempenharam papel fundamental na constituição da identidade nacional brasileira. Nossa proposta, não obstante, segue como questionadora da estratificação de grupos e agendas políticas. Engessar obras e autores, bem como estipular categoricamente

¹¹⁸ BENZAQUEN, Ricardo. O linho e a seda: Notas sobre o catolicismo e a tradição inglesa em Minha Formação, de Joaquim Nabuco. **REVISTA USP**, São Paulo, n.83, p. 8-13, setembro/novembro 2009.

¹¹⁹ NABUCO, Carolina. **A vida de Joaquim Nabuco**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1979.

¹²⁰ **Ibidem**, p. 332.

afiliações políticas pode se configurar como uma grande falácia, mesmo que contraditoriamente isso seja necessário como ponto de argumentação.

Identificamos Joaquim Nabuco como um dos mais notáveis signatários do movimento de reação romântica. Anteriormente à proclamação da república, Nabuco mostrava-se um eminente crítico da estética romântica e do *status quo* imperial, tendo como um de seus projetos políticos mais amplos a reorganização do aparelho estatal monárquico, sem que o Império fosse destituído. No entanto, com a Proclamação da República, o projeto de requalificação do regime anterior ficava cada vez mais longe de se alcançar conforme o atual se consolidava. Por isso, passa a incorporar o modelo romântico como paradigma de leitura e narrativa da história. Não se configurava como cópia ou retorno direto, mas uma releitura estética e formal para a sua contemporaneidade.

Houve com a proclamação da república um processo de busca pela modernidade a todo custo. No afã de acelerar o tempo nacional para que o Brasil atingisse o grau de civilidade almejado na *Belle Epòque* colocava-se em disputa um grande número de projetos políticos e filosóficos que saturava o ambiente discursivo contemporâneo, o que causava uma sensação de desordem. As ideias circulantes em sua grande maioria possuíam caráter científico pragmático. Não obstante, frente a esse meio caótico, Joaquim Nabuco mantém uma postura conservadora que não o havia acompanhado integralmente na juventude, e a intensifica após a proclamação. Dessa forma, ele adota uma postura historiográfica marcada pela religiosidade e saudade como valores positivos para a resolução da desordem temporal vigente e preparar a nação para o século vindouro.

Em nossa hipótese, o dualismo entre o Cientificismo Humanista e o Romantismo embora tivesse seu embate aberto publicamente através, principalmente, da crítica literária, não se manifestava como evidência de duas formas de ler e narrar o mundo diametralmente opostas. Partindo de ideários reformistas, historiadores e literatos ligados ao Realismo e, sobretudo, ao Naturalismo possuíam a clareza de que o intelectual engajado com as questões políticas e sociais do país deveriam, além das questões estéticas, deveriam evidenciar uma análise partindo da observação, de diagnósticos que pudessem, através das letras, propor uma intervenção útil a sociedade e combater, assim, a historiografia e literatura laudatória e subjetiva do Romantismo.

Nosso trabalho, no entanto, procurou demonstrar que essa relação é mais complexa do que o quadro maniqueísta que a historiografia tradicional apresenta. Acreditamos que com o ambiente discurso em profunda expansão no final do Oitocentos e repleto de possibilidades, permitia que na disputa sobre o passado nacional e projeções

para a modernidade, historiadores e literatos mobilizassem aspectos sensíveis e objetivistas de acordo com os efeitos estéticos, políticos, formais e ideológicos que se queria evidenciar em seus textos. A partir desses elementos, a modulação do tempo nacional ganha novo destaque. A partir, portanto, da chave de leitura da Distância Histórica e suas reformulações acerca dos estudos sobre o Tempo pudemos lançar vistas a esse problema.

Embora a Distância Histórica possa ser entendida usualmente apenas como um efeito a priori no fazer historiográfico que afasta o historiador do fato que ele pretende narrar, compreendemos que a aplicabilidade dessa categoria é mais ampla. A Distância Histórica se manifesta em representações do tempo e não se limita ao estudo historiográfico, mesmo que isso seja muito mais evidente na historiografia. Ela permite que olhemos para a duração em várias direções ao mesmo tempo. Toda narrativa carregasse de possibilidade de passado e futuro, e o jogo narrativo que se extrai desse olhar múltiplo constitui os efeitos de aproximação ou distanciamento, característico da Distância Histórica tal qual desenvolvemos ao longo deste ensaio.

Por fim, propomos apresentar neste texto, à luz da Distância Histórica, alguns embates sobre o que e como falar sobre a história nacional na segunda metade do século XIX. Os gêneros escriturários, e aqui nos limitamos a falar sobre historiografia e literatura, ainda não apresentavam uma clara separação conceitual, mesmo que em última instância se pudesse ter uma clara noção sobre as diferenças entre as características “não-pragmática” e “útil” do texto. Autores como Joaquim Nabuco, Olegário Herculano, Silvio Romero e Capistrano de Abreu, entre outros, buscavam, cada um ao seu modo, constituir um projeto para o futuro do passado nacional. Enquanto os dois últimos defendiam categoricamente uma história e literatura a partir das teorias filosóficas científicas disponíveis no final do século, os dois primeiros, mesmo com algumas ressalvas, foram marcados pelo fim da monarquia e imputavam às suas escritas um caráter sentimental carregado de tradicionalismo, que embora se configurasse como uma “reação” ao grupo anterior ainda, naquele momento, possuía uma potente voz.

3. REPRESENTAÇÃO DO PASSADO E O ENTRE LUGARES DOS GÊNEROS NARRATIVOS

3.1. A tênue fronteira entre Literatura e Historiografia no final do século XIX: possibilidades para interseção de gêneros

O final do século XIX foi marcado por significativas transformações nos mais diversos segmentos do desenvolvimento humano. Mudanças nas composições políticas e sociais, avanços tecnológicos, surgimento de novas áreas do conhecimento científicos e filosóficos, e reconfigurações econômicas no limiar do novecentos possibilitaram o florescimento da sensação de grande aceleração do tempo. Descobertas científicas possibilitaram a maior exploração dos potenciais energéticos, sobretudo a eletricidade e derivados do petróleo, que além de impulsionar a indústria criaram as condições para que a dinâmica da interação urbana se ampliasse.¹²¹ A efervescência da passagem do dezenove para o vinte nos leva quase sempre a atribuir a este momento histórico específico o apogeu da técnica, mas certamente que seu desenvolvimento é anterior.

“O século da ciência” via-se como a consolidação da autoconsciência da emancipação do ser humano. A caminhada pelo saber chegava ao seu auge e completava a escalada que se iniciou com o Renascimento cultural e perpassou pelo Iluminismo. Cada vez mais o Homem deixava de se ver como uma criação à imagem e semelhança de Deus, e se entendia como elo de uma cadeia em constante progresso. O Oitocentos celebrou os avanços na tecnologia confiando na bondade da ciência e no aprofundamento da distância em relação ao teocentrismo. A visão místico-religiosa do mundo cedia espaço para o mecanicismo e do determinismo científico, que apontava que o saber era o caminho mais visível para o desenvolvimento humano.¹²²

A *Belle Époque* se lançava como o horizonte da esperança, da felicidade, mas também do caos que aquele mundo proporcionava. Nas penas de Olavo Bilac, o cronista se entusiasmava com a elegância e eficiência dos *bonds* da pequena capital paulista e enfurecia-se com os cabos de energia elétrica que cortavam as árvores do Distrito Federal,

¹²¹ SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau. (org.) **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹²² COSTA, Carlos. **A revista no Brasil do século XIX: A história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 29-33.

lugar onde as velhas e pequenas ruas davam espaço para as grandes avenidas, que evidenciavam a vivacidade de uma metrópole que tentava se enquadrar no novo, moderno e barulhento século.¹²³

Embora as transformações do *fin-de-siècle* fossem sentidas com maior vigor em países com desenvolvimento mais acelerado da Europa e nos Estados Unidos, o Brasil, como “membro” do capitalismo global em franca expansão não se apartava das novas figurações da modernidade. As constantes disputas políticas, sociais e econômicas impactavam profundamente na sustentação de uma nação que passava por uma troca radical de sistema de governo. Não se tratava apenas da queda da Monarquia e o enterro do poder moderador, ou a ascensão da República que fortificava ainda mais as oligarquias rurais das novas unidades federativas. Era a tentativa de requalificação da economia nacional e o desenvolvimento a todo custo. Se de um lado via-se o auge do comércio de exportação, principalmente do café e da borracha, impulsionados, também, pelo investimento estrangeiro em ferrovias,¹²⁴ de outro era a evidenciação que esse impulso era insuficiente para dar ao Brasil um lugar de relevância no mercado internacional, justamente por apenas esses dois produtos supracitados serem as muletas de sustentação da economia nacional.¹²⁵

No entanto, o fato de países como o Brasil terem sido introduzidos de maneira “tardia” no desenvolvimento capitalista, não quer dizer que se tratou de um retardamento débil. Ao longo do presente capítulo procuraremos corroborar a ideia de que mesmo o processo de modernização do Brasil seja de inspiração europeia, as particularidades das tradições locais não podem ser perdidas de vista,¹²⁶ uma vez que suas originalidades e contradições são marcas próprias da construção de seus mitos. Esse ambiente, construído em um momento de tensão que marca a passagem da Monarquia para a República assiste ao surgimento de uma nova sociedade e formas diferentes de experimentação do mundo. Uma sociedade cada vez mais complexa que acompanhava o debate político de uma elite

¹²³ Cf. BILAC, Olavo. **Registro**: Crônicas da *Belle Époque* carioca. SIMÕES Jr. Alvaro Santos (Org.). Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

¹²⁴ CARVALHO, José Murilo de. Brasil 1870-1914: a força da tradição. In: _____. **Pontos e Bordados**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 107-108.

¹²⁵ SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. In: FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira** - o Brasil Republicano: estrutura de poder e economia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 381.

¹²⁶ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). **Tempo** [online]. 2012, vol.18, n.32, p.139.

conflitante entre arrivistas e decadentes,¹²⁷ via também o crescimento da classe operária que reconfigurava a estrutura social do país,¹²⁸ entre outros inúmeros seguimentos sociais que ainda poderiam ser mencionados.

O desejo por novos tempos, em que a modernidade republicana despontava como o encerramento de possíveis séculos de atraso, expunha as mais severas e sórdidas contradições. Sidney Chalhoub demonstra uma das faces dessa contradição a partir de seus estudos sobre os cortiços cariocas no final do século XIX. Aquele momento expunha a crença na técnica, na cientificidade, e na racionalidade como meio essencial para a administração urbana. A partir disso, as desigualdades deveriam ser combatidas através de uma frente “não-política”, isto é, por políticas públicas medidas através da competência e eficiência. Essa racionalidade desconsiderava absolutamente o caráter humano das desigualdades sociais e, consciente ou inconscientemente, gerava um sentimento *anti-pobre* e impedia o exercício da cidadania,¹²⁹ marca crônica da sociedade brasileira.

O pobre era visto como uma “classe perigosa” e, ao longo da segunda metade do século XIX, oferecia alguns riscos para as classes dominantes. Oferecia problemas para a organização do trabalho e para a ordem pública. Era um perigo social que carregava o estigma de sua condição e de sua pele. Além de ser caso de polícia, era para o imaginário político brasileiro da época ilustrado como uma doença contagiosa.¹³⁰ Ações imediatas e de longo prazo precisavam ser tomadas para combater os possíveis problemas causados pelos vícios dessa classe perigosa. A repressão dos supostos péssimos hábitos de não-trabalho, somada à necessidade de cuidar da educação dos menores se encontrava com um outro elemento diretamente ligado à saúde e higiene dessa população. Os hábitos rudimentares dos pobres eram nocivos àquela sociedade, e as suas habitações coletivas seriam foco de irradiação de epidemias e de vícios dos mais diversos tipos.

Ao longo do século é possível afirmar que a urbanização da capital do império estava ligada diretamente à dinâmica da vida do pobre e os efeitos negativos que isso

¹²⁷ ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes. o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. **NOVOS ESTUDOS CEBRAP**, 85, novembro 2009, p. 131-148.

¹²⁸ CAPRARA, Bernardo Mattes. A resistência dos trabalhadores na Primeira República através do jornal gaúcho *O Exemplo* (1908-1911). **Revista Eletrônica Cadernos de História**, vol. VI, ano 3, n.º 2, dezembro de 2008.

¹²⁹ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 19-20.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 29.

poderia causar à sociedade. Os primeiros movimentos na década de 1850 estavam preocupados com a melhor qualidade das habitações coletivas. Algumas medidas eram propostas pelas autoridades a fim de orientar os construtores e proprietários de cortiços a levantarem habitações que proporcionassem melhores condições para seus ocupantes. Tal medida visava uma contenção de possíveis epidemias. Assegurar a saúde daquelas pessoas era assegurar a saúde de todos. Nas décadas que se seguiram, afirma Chalhoub, o eixo das preocupações se deslocou da forma de moradia para o espaço, ou seja, o local onde a habitação seria erguida.¹³¹ Assim, começava uma guerra contra a presença das “classes perigosas” no centro da cidade. Cabe destacar, portanto, o seu caráter civilizatório. Isso pode ser bem elucidado na fala do vereador carioca Pereira Rego, destacado por Sidney Chalhoub:

O aperfeiçoamento e progresso da higiene pública em qualquer país simboliza o aperfeiçoamento moral e material do povo, que o habita; é o espelho, onde se refletem as conquistas, que tem ele alcançado no caminho da civilização.

Tão verdadeiro é o princípio, que enunciamos, que em todos os países mais cultos os homens, que estão à frente da administração pública, procuram, na órbita de suas atribuições, melhor o estado da higiene pública de baixo de todas as relações, como um elemento de grandeza e prosperidade desses países...

Entre nós, porém, força é confessar que as municipalidades [...] têm-se esquecido um pouco dos melhoramentos materiais do Município e do bem-estar, que deles pode resultar a seus concidadãos, tanto que sobre alguns pontos essenciais e indispensáveis ao estado higiênico, parece que ainda nos conservamos muito próximos aos tempos coloniais.¹³²

Em seu seminal ensaio sobre o *Romance Experimental*, de 1880, Emile Zola apresentava sua proposta para uma literatura que tivesse como missão o “combate” em favor do elemento social, de uma literatura crítica que pudesse de alguma maneira pensar as mazelas do povo e transformar a realidade, que ao mesmo tempo se voltaria à natureza e seria dotada de cientificidade. Para o romancista francês, assim como nas ciências duras, a literatura poderia seguir por dois caminhos complementares que articulassem *observação* e *experimentação*. Valendo-se do ensaio de Claude Bernard, *Introdução ao Estudo da Medicina Experimental*, Zola argumentava que havia um “determinismo” absoluto que agiria e condicionaria a existência de fenômenos naturais a causa dos

¹³¹ *Ibidem*, p. 33.

¹³² REGO, Pereira. *apud*: CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**, p. 34.

aparecimentos dos fenômenos, ou seja, as condições físicas e materiais da existência ou manifestação dos fenômenos.¹³³

O fascínio pela ciência e por certas figurações do real, em alguns momentos, também eram reivindicados para a literatura e para as ciências sociais. De acordo com Zola, existia na sociedade uma certa solidariedade que ligava diferentes membros e órgãos, assim como no corpo humano. Essa solidariedade era chamada por ele de “*circulus social*”. Na medida em que um desses órgãos apodrece outros também são atingidos, o que desencadearia uma doença complexa.

A partir desse *circulus social* é que o método experimental se faz importante. Uma vez que se entende que as ações coletivas e sociais do homem no meio social podem modificar os fenômenos, Zola aponta que o agir nesse meio e sobre os fenômenos os romancistas podem também produzir transformações. Para o teórico, a experiência e observação, comuns as ciências duras, são possíveis de serem empregadas na literatura. A observação não pressupõe a interferência em qualquer fenômeno; a experiência, por sua vez, parte da ideia de ação. O observador é aquele que constata o fenômeno de forma pura, que transcreve e representa exatamente a natureza, e o experimentador através de intervenção racional pode interpretar e interferir nessa natureza previamente observada. Em síntese, a observação mostra e a experiência instrui.

Desde já a ciência entra, portanto, no nosso domínio de romancistas, nós que somos agora analistas do homem, em sua ação individual e social. Continuamos, pelas nossas observações e experiências, o trabalho fisiólogo que continuou o do físico e do químico. Praticamos, de certa forma, a Psicologia científica, para completar a Fisiologia científica; e, para acabar a evolução, temos tão-somente que trazer para nossos estudos sobre a natureza e o homem o instrumento decisivo do método experimental. Em uma palavra, devemos trabalhar com os caracteres, as paixões, os fatos humanos e sociais, como o químico e o físico trabalham com os corpos brutos, como o fisiólogo, trabalha com os corpos vivos. O determinismo domina tudo. É a investigação científica, é o raciocínio experimental que combate, uma por uma, as hipóteses dos idealistas, e substitui os romances de pura imaginação pelos romances de observação e de experimentação.¹³⁴

Zola buscava ao longo de sua carreira como naturalista mostrar que a literatura poderia e deveria ser encarada como muito mais do que uma simples arte pela arte, mas que passasse também a gozar de *status* de estudo científico. Na perspectiva do romancista

¹³³ ZOLA, Emile. **O romance experimental e o Naturalismo no teatro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, p. 27.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 40-41.

francês, a partir, portanto, da observação, experimentação e comprovação é que se deveria basear a nova literatura do final do dezenove, afastando do idealismo e da metafísica, características atribuídas aos românticos. O romance experimental, para ele, era um claro sintoma de evolução científica do século, era a literatura daquela idade científica, assim como a literatura clássica e romântica corresponderam a uma idade de escolástica e teologia.¹³⁵

O romance do final do século XIX passava por transformações formais e estéticas que seguiam tanto as novas maneiras de representar o mundo, quanto desafiava os literatos a terem posturas igualmente inovadoras na maneira de lidar com a escrita. Cada vez mais o romance moderno parecia exigir muito mais da capacidade crítica e analítica do autor do que o seu senso imaginativo. Para Zola, a imaginação teve seu efeito em um momento em que a literatura se dotava muito mais como uma forma de diversão, deleite e inspiração. Em um romance histórico, por exemplo, tinha como efeito a busca por tempos desaparecidos ou para o uso de argumentos e personagens construídos a partir das necessidades de enredo. A partir do romance naturalista a literatura não deixava de ser inventiva, pelo contrário, evidenciava os elementos que desenvolvem a lógica das tramas e dos personagens, mas que era preciso que, para além da criatividade do autor, as características da sociedade e das condições humanas estivessem ali representadas.¹³⁶

Marilene Weinhardt sugere que quando os historiadores tentam dar conta de um determinado processo histórico através de recursos de “abordagem literária” tendem a se referir à literatura como ficção ou narrativa, que em alguns pontos podem atender por termos equivalentes, mas não fazem alusão especificamente à ficção de caráter histórico. A autora salienta que esse problema já existia muito antes do interesse atual em aproximar os estudos sobre história e literatura.¹³⁷ As questões contemporâneas que são postas sobre o problema não giram mais em torno do fato do romance histórico ser uma verdade histórica ou não, mas de perceber que no processo de compreender e resgatar pontos do passado há claras construções de distâncias, e sua mobilização linguística – um dos fatores de produção de distância – não é ingênua. Assim, partindo da leitura de Mikhail

¹³⁵ *Ibidem*, p. 45.

¹³⁶ ZOLA, Emile. Sobre la novela. (em linha). Disponível em: <https://goo.gl/o1bmoT>. Consultado em: 28 de junho de 2018.

¹³⁷ WEINHARDT, Marilene. Considerações sobre o romance histórico. Letras, Curitiba, n. 43, 1994. Editora UFPR, p. 49

Bakhtin, a autora entende a pluralidade linguística dos romances, além dos modos disponíveis para incorporar as mais variadas linguagens.

Bakhtin faz um apontamento que também podemos ver nos estudos de Ian Watt sobre a ascensão do romance. O autor ressalta o caráter temporal tanto da epopeia antiga, quando do romance moderno. As concepções de tempo dos dois são, naturalmente, diferentes. Isso quer dizer que expressam visões do mundo distintas. Enquanto a epopeia se dava em um determinado tempo presente, respeitando as distâncias constituídas pelo próprio ambiente que a representou, o romance preocupa-se com processos de construção, levando em conta os estratos temporais múltiplos.¹³⁸ As literaturas antiga e medieval eram aquelas do herói, que se desenvolviam praticamente de maneira a respeitar as convenções de um tempo em que a consciência histórica não estava difundida.¹³⁹ O romance já passa a comportar personagens mais humanos, que respeitam uma ordem temporal que está muito mais próximo ao público e por isso gera um efeito de real com uma força maior do que uma mera verossimilhança.

A mudança de relação com o tempo mudava também a relação com as figurações do real. As ações do passado possuíam peso e profundidade no presente. Enquanto em narrativas passadas a ação no tempo dos personagens era quase amorfa, no romance moderno o desenvolvimento deles no tempo passou a ganhar mais importância,¹⁴⁰ tanto para compreender as mudanças psicológicas dos personagens, quanto para retratar o cotidiano com a veracidade desejada pelo público leitor.

O século XVIII viu o romance nascer no momento em que surge, segundo Oswald Spengler, o homem moderno “ultra-histórico”, que mudava cada vez mais a sua relação com o tempo, com o espaço, e as suas ações no mundo necessitavam de uma forma literária capaz de dar conta de “totalidade da vida”. O que estava em jogo não era a imitação ou o espelhamento da realidade plena. O romance trazia a possibilidade de vislumbrar as situações que pudessem flertar minimamente com o real. Dessa maneira, com uma maior experimentação do conceito moderno de história, a relação com a narrativa também tomava novos rumos.

¹³⁸ Ibidem, p. 50.

¹³⁹ Cf.: KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae: sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento*. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contratempo: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 41-60.

¹⁴⁰ WATT, Ian. **A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 23.

O exemplo mais evidente e extremo é o romance de fluxo de consciência, que se propõe apresentar uma citação direta do que ocorrer na mente do indivíduo sob o impacto do fluxo temporal; em geral, porém, mais que qualquer outro gênero literário, o romance se interessou pelo desenvolvimento de suas personagens no curso do tempo. Por fim, a descrição detalhada que o romance faz das preocupações da vida cotidiana também depende de seu poder sobre a dimensão tempo: H. G. Green mostrou que grande parte da vida do homem tendia a ser quase inacessível à representação literária por causa da lentidão; a fidelidade do romance à experiência cotidiana depende diretamente se seu emprego de uma escala temporal mais minuciosa do que aquela utilizada pela narrativa anterior.¹⁴¹

O romance histórico, do ponto de vista de György Lukács teve seu início, ou ao menos a sua consolidação, no início do século XIX, com Walter Scott, e tendo como pano de fundo a queda de Napoleão. O seu contexto impunha uma especificidade histórica de tempo e modo de ser e agir dos personagens. Com a Revolução Francesa e a reorganização do mapa mundial após o Congresso de Viena reforçava-se não apenas a consciência histórica, mas também o espírito nacional. O romance, então, captava traços essenciais de seu presente histórico se atendo às especificidades do ambiente de enunciação. Para essa nova forma narrativa, não era de interesse a repetição dos grandes acontecimentos, mas de construir poeticamente homens e mulheres que viveram tais experiências.

Trata-se de uma norma da figuração literária, aparentemente paradoxal, que se alcance esta apreensão focalizando os detalhes do cotidiano que parecem insignificantes. Os grandes dramas e as figuras históricas centrais são próprios para a epopeia. O mundo do romance é o da esfera popular. Esta, tensionada pela revolução, pode revelar suas forças, surgindo naturalmente os heróis que para a história são incógnitos.¹⁴²

Para Lukács, havia no romance histórico a tendência de tentar reproduzir uma pretensa totalidade, sob o risco de se acreditar profundamente na fidelidade histórica, alcançável apenas por essa totalidade. Destaca-se em sua leitura que há um despertar de distâncias, que se formam no interior das relações entre as condições históricas para a escrita do romance, do seu autor, dos atores representados frente a um enredo que tivesse as condições de demonstrar as experiências humanas não como uma simples curiosidade.¹⁴³ Fredric Jameson, seguindo essa linha, ressalta que o romance histórico é

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 23-24.

¹⁴² WEINHARDT, Marilene. **Op. Cit.**, p. 51.

¹⁴³ LUKÁCS, György. **O Romance Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

uma junção entre existências individuais e acontecimentos históricos, é uma interseção dessas duas esferas,¹⁴⁴ o que deixa sua definição mais difícil. No entanto, lemos em Lukács que

No romance histórico, portanto, não se trata do relatar contínuo dos grandes acontecimentos históricos, mas do despertar ficcional dos homens que os protagonizaram. Trata-se de figurar de modo vivo as motivações sociais e humanas a partir das quais os homens pensaram, sentiram e agiram de maneira precisa, retratando como isso ocorreu na realidade histórica. E é uma lei da figuração ficcional - lei que em um primeiro momento parece paradoxal, mas depois se mostra bastante óbvia - que, para evidenciar as motivações sociais e humanas da ação, os acontecimentos mais corriqueiros e superficiais, as mais miúdas relações, mesmo observadas superficialmente, são mais apropriadas que os grandes dramas monumentais da história mundial.¹⁴⁵

A literatura como fonte de interpretação e construção de identidade para ser efetivada precisava se aproximar daquilo que o romancista francês chamou de “sentido do real”.¹⁴⁶ Para Zola esse era o ato de sentir a natureza e representá-la como ela é. Essa foi uma crítica forte ao exercício de não se representar nem a natureza e nem a sociedade com as cores corretas. Evidenciava-se uma literatura provinciana em que a imagem do interior era projetada para a capital, e aqui no caso é Paris, e as particularidades que deveriam ser ressaltadas no texto final não passava de figurações mal desenhadas.

Embora suas críticas fossem voltadas para o contexto francês, as proposições de Zola para o desenvolvimento da literatura de fim de século não demoraram para reverberar entre os críticos brasileiros. Nomes importantes que encabeçaram a literatura realista e naturalista no Brasil, como Silvio Romero, Araripe Júnior, José Veríssimo, Cyro de Azevedo e Valentim Magalhães, para ficarmos em alguns, defenderam o desenvolvimento de uma crítica científica em detrimento da romântica, que parecia cada vez mais combatível naquele momento.

O positivista e entusiasta das proposições de Zola, Valentim Magalhães defendia a crítica científica como uma forma potente de suprir as deficiências culturais do Brasil, frutos de uma velha política imperial que, para ele, pouco avançava em relação ao desenvolvimento industrial e intelectual no país, quase sempre dominado pela mediocridade. Para o diretor do periódico *A Semana*, aqueles que de alguma forma saíam do senso comum conseguiam muito mais por um tipo de poder psicológico espontâneo,

¹⁴⁴ JAMESON, Fredric. O Romance Histórico ainda é possível?. *Novos Estudos*, 77. Março 2007, p. 192.

¹⁴⁵ LUKÁCS, György. *Op. Cit.*

¹⁴⁶ *Idem.*

do que pela investigação dos métodos científicos disponíveis naquela época.¹⁴⁷ Posicionamento este compartilhado em outros momentos em seu periódico. Ao realizar uma análise crítica, porém bastante superficial, de *Iluminuras*, obra de poemas escrito por Achilles Porto-Alegre, Luiz Murat¹⁴⁸ chama atenção para as transformações da poesia. Ela, de acordo com o crítico, deixava de ser metafísica e passava a exprimir o conjunto sistemático dos fatores que organizavam a natureza psicológica do ser humano. No entanto, nos parece que a falta de originalidade na poesia brasileira era atrapalhada também pelo excesso, fenômeno que já havia sido observado por Joaquim Nabuco anos antes.¹⁴⁹

O espírito de pesquisa, transformando a história em um instrumento de elevado alcance para a compreensão dos fenômenos políticos, deu um golpe mortal nas instituições conservadoras e deduziu da massa dos fatos sociais o critério positivo que tem presidido sempre a todas as organizações de ordem religiosa como de ordem política. Pela descoberta do condicionalismo que tem preparado a emancipação lenta das nacionalidades e a coordenação de todos os estímulos que revigoram de tempos a tempos as forças esgotadas das sociedades, ela preparou as bases sobre que se deve levantar a unanimidade das convicções e a disciplina das formas racionais que deverão substituir os poderes empíricos que entendem fixar a ordem pela estagnação ou estabilidade.¹⁵⁰

A crítica literária era antes de tudo uma crítica à modernidade, ou ao menos uma moderna visão de se pensar e falar sobre ela. Aparece aqui cientificizada e não se limita apenas aos contornos da literatura, mas se estende às todas manifestações humanas. Nesse sentido, a crítica literária se estabeleceria através do método crítico-comparativo, daquilo que se poderia nominar também de crítica histórica. A relação com a temporalidade aqui se manifesta com a introdução de um olhar que privilegiava ações e aptidões psicológicas do que "*jogos de espírito ou as maquinações da velhacaria*", típica do modo clássico de representação do mundo. A obra de arte, assim para Romero, passa a ser encarada muito mais como um estado emocional sincero e espontâneo do que um capricho do acaso.¹⁵¹ Não obstante, a crítica literária brasileira estabelecida, fundamentalmente, durante o

¹⁴⁷ MAGALHÃES, Valentim. *Critica Scientifica*. **A Semana**. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1885. Anno I, n.2, p. 2.

¹⁴⁸ MURAT, Luiz. *Poesia e Poetas*. **A Semana**. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1885. Anno I, n. 4, p. 3.

¹⁴⁹ NABUCO, Joaquim. *Aos Domingos - Estudos sobre o Sr. José de Alencar*. In: **O Globo**, Rio de Janeiro, 17/10/1875.

¹⁵⁰ MAGALHÃES, Valentim. *Op. Cit.*, p. 2.

¹⁵¹ ROMERO, Silvio. **O Naturalismo em Literatura**. p. 15-16

Romantismo do século XIX apresentava dissonâncias, e pelo seu caráter heterogêneo, destaca Roberto Acízelo de Souza, apresentava inapetência para teorização e falta de densidade conceitual.¹⁵²

Embora a crítica literária brasileira romântica do século XIX lançasse suas bases para pensar e estabelecer seus objetos e de definir a literatura nacional, autônoma e original, isso não se efetivava de forma plena, como observa Souza. A hipótese levantada pelo autor é que a crítica desconhecia as dimensões problemáticas que circundavam o conceito de literatura. As revistas e jornais dedicados à crítica literária ao apresentarem a falta de definição clara do que era literatura e seus campos e limites colocava no mesmo balaio textos de historiografia, ficção (estamos desconsiderando aqui o debate aprofundado sobre o que é ficção) e poesia. Dessa maneira, as mesmas categorias analíticas eram usadas para tipos diferentes de obras gerando, a princípio, uma má avaliação de seu objeto.

Como não é de se ignorar, esse diagnóstico corrobora as proposições de Antonio Candido para a organização da literatura e sua crítica ao longo do século XIX. O autor afirma que a crítica literária brasileira em tempos do Romantismo era quase toda medíocre, e circulava em torno das mesmas ideias básicas e de acordo com os mesmos recursos de expressão. Não obstante, isso não quer dizer que não se soubesse, ou melhor, não compreendessem os fenômenos que se propunham a ler. Candido ressalta que a crítica romântica exerceu um papel que foi mais importante que a sua própria qualidade. Ela serviu para os escritores da época como orientadora do sentido do nacionalismo literário, confirmou suas diretrizes e contribuiu para o desenvolvimento romântico no Brasil.¹⁵³

Para compreender a crítica romântica, ressalta Candido, devemos traçar pelo menos três caminhos: 1) definições e interpretações gerais da literatura; 2) criação de uma história literária; 3) manifestações vivas acerca da arte literária e seus produtos. O argumento dos românticos, portanto era de que o escritor deveria criar com independência, tendo inspiração o mundo e o espírito, podendo criar um universo fictício além da vida, mas que não estagnasse na rotina. Os estrangeiros poderiam ser usados como exemplo de atitude criadora, nunca de imitação. Assim, um elemento fundamental do desenvolvimento da crítica romântica é perceber e construir o dualista Classicismo-

¹⁵² SOUZA, Roberto Acízelo de. A crítica no romantismo brasileiro: práticas e matizes. **Teresa** revista de Literatura Brasileira [12|13]; São Paulo, p. 11-2-129, 2013.

¹⁵³ CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1880)**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, p. 643.

Romantismo. Isso era fundamental para se estabelecer uma marca de ruptura com o passado, caracterizando um período pela oposição a outro. O clássico remeteria à Colônia, entanto o romântico a nação independente.¹⁵⁴

Não obstante, observa, a crítica não conseguia sair desse circuito, ficou quase todo tempo baseado na oposição desses movimentos. Enfrentou um grande problema, definir quais eram as características de uma literatura verdadeiramente brasileira para então transformar em diretrizes para os autores. Candido apresenta resumidamente aquilo que se pode caracterizar como componentes básicos da “teoria geral da literatura brasileira”, de ponto de vista romântico:

O Brasil precisa ter uma literatura independente; 2) esta literatura recebe suas características do meio, das raças e dos costumes próprios do país; 3) os índios são os brasileiros mais lídimos, devendo-se investigar suas características poéticas e toma-las como tema; 4) além do índio são critérios de identificação nacional a descrição da natureza e dos costumes; 5) a religião não é característica nacional mas é elemento indispensável da nova literatura; 6) é preciso reconhecer a existência de uma literatura brasileira no passado e determinar quais os escritores que enunciam as correntes atuais. Este conjunto constitui, então, o campo do que se pode chamar de “teoria geral da literatura brasileira”, que agora se analisará, deixando para depois a discriminação dos demais gêneros críticos.¹⁵⁵

Gonçalves de Magalhães seria um desses críticos fundadores. Ele apresentou a literatura brasileira a partir de uma transformação histórica. O crítico ainda atribui à religião como um dos componentes básicos da sociabilidade brasileira, e a partir disso deve transfundir-se na produção dos homens. A literatura para ele seria a expressão de um povo, e ela deve se espelhar nele, o que mais tem de característico, por isso ele dizia que cada país tem a sua própria literatura, assim como cada homem tem o seu próprio caráter, e cada árvore o seu próprio fruto.¹⁵⁶ O grande intuito de Magalhães era mostrar a literatura como uma espécie de espírito de nossa própria evolução histórica. Para ele era fundamental estudar os autores do passado para estabelecer ou definir a continuidade desse passado e também do presente.

Pereira da Silva também entendia a literatura como expressão da sociedade e que exercia uma influência na vida espiritual do indivíduo. Dessa maneira, o Brasil como um país jovem deveria buscar sua literatura própria, e o primeiro movimento para isso ocorrer

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 644.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 644-645.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 645.

era rejeitar a imitação clássica para ouvir as inspirações locais. O Romantismo, nesse sentido, seria o primeiro guia para fazer isso no Brasil. Embora através de um olhar restritivo do indianismo, Pereira da Silva apontava a primeira indicação do que os reformistas consideravam nacionalismo, que era fundado não apenas no pitoresco e na religião, mas também nas crenças e nos costumes, dando espaço assim, à uma literatura popular baseada então no “espírito do povo”. Assim, o tema nacional se mostrava um dever patriótico, e não o cultivar gerava uma espécie de traição que angustiava a consciência.

Ainda outros dois críticos figurariam o quadro dos mais proeminentes do Romantismo, segundo Antonio Candido. Joaquim Norberto e Santiago Nunes Ribeiro faziam parte do grupo de intelectuais que se preocupava em estabelecer a teoria da literatura brasileira. O primeiro se apresentava como um repetidor das ideias de Gonçalves de Magalhães, estabelecendo a capacidade poética dos índios e classificava-os como iniciadores de nossa literatura. O segundo, por sua vez, um dos mais brilhantes de sua geração, defendia que o Brasil possuía uma literatura verdadeiramente nacional desde o seu momento colonial. Isso era possível pois, uma vez que para a ele a literatura era baseada na expressão do espírito de um povo, ela dependia muito mais das condições físicas e sociais do local do que da língua, como argumentava aqueles que professavam que o Brasil não possuía condições de estabelecer uma literatura própria. Rebatia fortemente as críticas que negavam a originalidade da literatura brasileira dizendo que era apenas uma imitadora das estrangeiras.¹⁵⁷

Para Roberto Acízelo de Souza, a crítica literária do Oitocentos, no Brasil, seguia a tendência mundial em ter o historicismo como referência. Não obstante, pondera o autor, é possível perceber que por aqui ainda tivemos a marca dos clássicos, sobrevivendo aos “trunfos do romantismo”, que manteve em vigência, como disciplina, a retórica e a poética. Silvio Romero e José Veríssimo, por exemplo, lançavam entre o final do século XIX e início do XX uma postura de rejeição a um modelo que naquele momento já nascia defasado.¹⁵⁸

Em 1878 Silvio Romero publica o livro *Cantos do Fim do Século*. No texto de apresentação intitulado *A poesia de hoje*, o autor afirmava que a poesia passava por

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 649-651.

¹⁵⁸ SOUZA, Roberto Acízelo de. **O Império da Eloquência**: retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ: EdUFF, 1999, p. 26.

profundas mudanças naquele momento e quase por um completo desencantamento. Acompanhava a mitologia e a religiosidade no processo de perda de força frente à ciência, que pela crítica histórica e filosófica, bem como pelas ciências naturais e perdeu sua predisposição ao sobrenatural. Isso porque a poesia nada mais seria um produto da organização humana, portanto abria alas à uma dada realidade.¹⁵⁹ O que Romero queria responder era qual o estado na literatura no final da década de 1870 no Brasil mediante à difusão das novas ideias científicas que estavam disponíveis no repertório dos intelectuais da época, colocando as ciências positivas em destaque para se falar sobre crítica naquele momento.

O autor apontava Darwin, Moleschott, Büchner, Lyell, Vogt, Virchow, Comte, Mill, Spencer, Buckle, Draper e Bagehet como os expoentes da transformação das ciências da natureza, que também avançava para as ciências dos homens. Observava que alguns campos do conhecimento humano passavam também por uma transformação no modo de sentir e pensar, que não ficavam mais incógnitas, misteriosa e sem ação. A religião, a linguagem, a história, o direito, a política e a literatura passavam a dotar de novos métodos. Isso acompanhava a transformação da própria intuição do grande público, e por isso a poesia também deveria se pôr em movimento e se afastar dos resquícios do Romantismo. O último quartel do século XIX embalado com o espírito da reforma procurava dar novos contornos para as ciências e para a literatura. O movimento intelectual em toda sua heterogeneidade disputava os direcionamentos da arte. Fosse revolução, positivismo, socialismo ou Romantismo transformado eram todas vistas por Romero como exageradas e idealistas.

Destacamos aqui a categoria “Romantismo Transformado”, considerado pelo crítico como a figuração do atraso. Demasiado admirador do passado, o movimento romântico apontava para um futuro fora daquilo que se imaginava para o desenvolvimento da nação. O futuro na visão de Romero estava carregado de inquietações que exigiam um esforço de esclarecimento que a poesia, sobretudo a romântica, não dava conta de oferecer. O fator religioso e a visão idealista lançavam olhos para um futuro carregado de passado e se afastava das características que sua própria época exigia. Em sua visão, o Romantismo era um cadáver pouco respeitado, sem futuro.

A nova intuição literária nada contará de dogmática, será um resultado do espírito geral da *crítica* contemporânea. Acima dos combatentes, sem dúvida

¹⁵⁹ ROMERO, Silvio. **Cantos do Fim do Século**. Rio de Janeiro: Typografia Fluminense, 1878, p. VI

necessários, que obcecados por uma vista qualquer das ideias, falseiam a noção do grande todo, então os espíritos sem dogma particular, que se empenham em traçar nas grandes linhas do edifício moderno; acima de todas as doutrinas está a intuição genérica da crítica.¹⁶⁰

A arte se transformava e fundava-se em uma nova intuição baseada em uma ciência desapaixonada e imparcial. A primeira obrigação da nova intuição literária que aquele movimento deveria seguir era o de romper com os temas ligados aos índios e portugueses e focar na humanidade. O que também se colocava em evidência era que para se mostrar humana era necessário que o brasileiro buscasse a todo o custo o “nacional”. Romero se aproximava de Joaquim Nabuco quando argumentava que se poderia considerar o Brasil um lugar de baixa cultura, não pela incapacidade narrativa dos escritores, mas por falta de ciência. O que faltava para a poesia de seu tempo era a busca pela verdadeira literatura nacional, aquela que pudesse falar sobre o caráter do brasileiro.

As novas ideias hão de germinar e propagar-se, arrastando em seu cortejo todos os que podem sentir as necessidades implacáveis do século, que se vai retirando, naquilo que ele tem de realmente sério e duradouro. Há nos domínios da sociedade brasileira algum germe de convicções maduras e firmes que há de florescer à luz de um novo sol.¹⁶¹

A geração na qual Romero fazia parte tinha como seus grandes motes a crítica à retórica, eloquência dos intelectuais românticos. Há uma passagem que ilustra sobremaneira esse posicionamento:

A retórica deve convencer-se afinal de sua ineficácia para soluções que não são de sua alçada. A magnitude das questões que se debatem no velho mundo, por um reflexo necessário, há de lançar o esquecimento sobre o tema predileto do *caboclo* e seus competidores no problema magno de como será o rosto da musa da pátria!¹⁶²

O autor defendia que não haveria uma literatura que fosse típica, ou escola ou gênero. A identidade de um povo, a sua “alma”, como é descrita por Romero é extensa, e por isso, podemos imaginar, não poderia ser reduzida a uma teoria apenas.

Angela Alonso afirma que a geração 1870 no Brasil se valeu de esquemas intelectuais à sua volta, tendo a experiência social, projetos políticos e escritas de outras

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. XII. – grifos do autor.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. XVII.

¹⁶² *Ibidem*, p. XVIII.

gerações como referência para a composição de seus projetos. Para a autora, o voltar-se para “fora” não se configurava como um mero deslumbramento provinciano, mas para os grupos contestadores da velha ordem imperial a reflexão e experiência estrangeira pode ser entendida como construção de uma certa perspectiva comparativa.¹⁶³

Podemos compreender essa situação a partir da interpretação de Alonso sobre a experiência internacional de alguns dos intelectuais dessa geração que viram crises semelhantes nos EUA e na Europa. Esses pensadores não compravam essas ideias apenas por comprar, mas já tinham isso na bagagem, viam mudanças sócio-políticas aceleradas em outros contextos. Dessa forma, a autora se utiliza da categoria “repertório” político intelectual, entendido por ela como responsável por dar as ferramentas para a interpretação dos processos de desenvolvimento político do país em fins do Oitocentos.¹⁶⁴

A referida categoria, segundo Alonso, pode ser lida a partir de duas vertentes. A primeira parte da ideia de *Política Científica*. Ela se refere à simplificação e convenção das principais descobertas da sociologia estabelecidas a partir de certos argumentos e princípios norteadores da política.¹⁶⁵ Era possível, então, estabelecer uma linguagem e esquema intelectual que pudesse opor e confrontar a tradição imperial, uma espécie de “*teoria evolucionária da história*” de caráter cientificista, materialista e que estava afinado com os movimentos intelectuais comuns ao século XIX.

De acordo com Alonso, uma lei de evolução universal dividiria e classificaria as sociedades a partir de critérios baseados em estágios civilizatórios de acordo com quatro poderes: *Forma de produção econômica; Sociabilidade; Tipo de vida mental e moral; Instituições políticas*. A partir dessa ideia a história, em sentido teleológico, caminharia para o desenvolvimento econômico e complexificação social, além de um processo de secularização, onde as orientações de normas de conduta são transferidas da religião para a ciência, bem como o aumento da participação política e racionalização do Estado.¹⁶⁶

Nesta perspectiva, a modernidade gerava um novo padrão de política que estava diretamente ligada à capacidade da ciência equacionar questões sociais e políticas na mediação de um padrão de organização social diferente – isso é a teoria da mudança política. Essas duas teorias, ao menos para uma parte da intelectualidade brasileira no

¹⁶³ ALONSO, Angela. **Ideias em Movimento**: A Geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: paz e Terra, 2002, p. 237-238.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 238.

¹⁶⁵ *Idem*.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 239.

último quartel do século XIX, valiam como formas alternativas à filosofia política orientadora do segundo reinado – conceito de civilização sintonizado com o de modernização.

Foi a partir do contexto com membros da geração 1870 portuguesa o projeto interpretativo a partir do modelo da decadência passa a ser centralizador. Além de uma reinterpretação do processo de formação do Estado e da Nação brasileira pelo processo de colonização. A colonização seria, então, a primeira causa de um emaranhado de problemas. Nesta linha interpretativa, a partir da perspectiva de liberais republicanos e federalistas científicos entendiam que a situação de colônia impôs à jovem nação que se formava a fama de governo da metrópole. Assim, a monarquia e a vista por esses teóricos, como “cerne negativo da herança colonial”.¹⁶⁷

Por ser uma leitura institucionalista, evidenciando a formação do estado nacional, a principal causa dos males brasileiros é a sobrevivência de um conjunto de mistificação políticas. A explicação socioeconômica liberal, via possivelmente a herança colonial a partir da centralidade do trinômio latifúndio-monocultura-escravismo. Para esse grupo a mudança de regime era desnecessária e inócua. Além disso, os positivistas abolicionistas entendiam o processo de formação da nação a partir de um ponto de vista culturalista, que entendiam as continuidades com a cultura ibérica e a preocupação em gerar um povo brasileiro.

O repertório político-intelectual de fins dos oitocentos deu ao movimento intelectual instrumentos para interpretar sua conjuntura como *crise* de um padrão de sociedade e de um regime político, incompatíveis com o ritmo e a direção da história mundial. E como *decadência*: desagregação da ordem sociopolítica legada pela colonização.¹⁶⁸

Angela Alonso afirma que o movimento intelectual encontrou na *política científica* a linguagem comum para certas experiências antes marginalizadas se encontram em um mesmo discurso crítico. A mobilização de um repertório europeu para esquemas intelectuais brasileiros não era aleatório, respeitava uma “*regra nacional*” ou seja, estabelecia-se critérios mínimos. A política científica brasileira buscava releituras dos símbolos e políticas do próprio império.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. 240.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 240 - grifos da autora.

O movimento intelectual, avança a autora, reapropria e ressignifica os esquemas de pensamento e formas de ações emolduradas como tradição política-intelectual nacionais, que até mesmo impunham balizas para as inovações. Havia uma reinterpretação da tradição. Esse repertório reelaborou a identidade nacional – deslegitimando o nacionalismo indianista romântico e focando no romance naturalista. A prosa científica buscava contrastar e combater a retórica liberal-romântica do Império –, e novos tipos nacionais eram criados.

A Geração 1870 para constituir um discurso que pudesse “desconstruir” aquele legado à tradição do Segundo Império vai buscar em uma cultura histórica anterior a explicação histórico-sociológica da construção nacional. Personagens e acontecimentos antes expurgados da história oficial são recuperados como alternativa à historiografia saquarema. A oratória romântica, por sua vez, também se configurava entre as opções estéticas dos intelectuais do movimento.¹⁶⁹

Com a “política científica” e a “ressignificação da tradição imperial” pode-se construir uma explicação e uma crítica ao *modus operandis* da sociedade brasileira.¹⁷⁰ Rechaçaram a justificação do regime político pelo direito do monarca, ao mesmo tempo em que negavam da desigualdade natural entre alguns grupos sociais e étnicos como base da hierarquia social, bem como restrição política a um estamento. A autora afirma que a evocação do repertório da política científica não tinha como premissa corroborar análises abstratas, mas tinha como mote a formulação de uma teoria da história, bem como uma explicação estrutural do Brasil.

Ressalta, ainda, que a produção intelectual dessa geração se pautava por críticas e reformas, que variavam a partir do grau de marginalização dos grupos em relação às instituições e a ordem saquarema, e não pela adesão a doutrinas estrangeiras.

Os critérios de seleção de argumentos no repertório da política científica não residiam na consistência teórica da combinação de autores e teorias e, sim, na sua relevância para “clarificar” a conjuntura brasileira e evidenciar novas linhas de ação política.¹⁷¹

Araripe Júnior em grande medida segue a maior parte dos críticos literários brasileiros do século XIX quando atribui já ao período colonial a origem da literatura

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 243.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 244.

¹⁷¹ *Ibidem*, p.245.

brasileira, que embora dotasse de extrema qualidade e, segundo ele, até mesmo “*superior à da metrópole*”, foi ofuscada justamente pela falta de consciência do lugar, ou seja, a ausência de cor local, que passaria a ser vislumbrada com a Inconfidência Mineira. Limitava a produção de uma literatura que correspondesse os anseios de sua época. Essa literatura defendida por Araripe Júnior se desenvolveria a partir da relação com o meio física, com a natureza. Ela proporcionaria um efeito que estimularia, através do estilo tropical, os mais efervescentes sentimentos. A relação dos homens e das mulheres com o ambiente, com o clima difere da Europa por apresentar a viceralidade dos trópicos, e por isso carregado de uma modulação temporal particular, uma ordem própria.

O tropical não pode ser correto. A correção é o fruto da paciência, e dos países frios, nos países quentes a atenção é intermitente. Aqui, aonde os frutos amadurecem em horas, aonde a mulher rebenta em prantos histéricos aos 10 anos, aonde a vegetação cresce e solta à vista, aonde a vida é uma orgia do viço aonde tudo é extremoso e extremados os fenômenos; aqui, aonde o homem sensualiza até com o contato com o ar, e o []¹⁷² terrestre assume proporções enorme, vibrando eletricidade, que em certas ocasiões parece envolver toda a região circundante em um amplexo único, fulminante, - compreende-se que fora de todas as coisas a mais irrisória por peias a expressão nativa, e regular o ritmo da palavra pelo diapasão estreito da retórica civilizada mais muito mais expansiva.¹⁷³

Frente a descrição desse cenário, Araripe Júnior imediatamente professa não apenas a particularidade da importação do Naturalismo para o Brasil, mas dá lugar à sua originalidade. Os autores brasileiros, e em especial Aluísio Azevedo, sentiam o calor e se aclimatava às particularidades dos trópicos, o que não poderia acontecer com Zola, cujo sentimento europeu se construía mediante a uma sociedade vista por ele como decadente, triste e que parecia diante de sua antiguidade. Cenário oposto ao brasileiro, que via a sua ainda jovem sociedade crescer e despertar para um futuro de possibilidades positivas. Era isso que diferenciava Azevedo de Zola. O primeiro embora fosse um claro discípulo do primeiro não o copiava, mas antes reconhecia as peculiaridades da terra.

O autor chama a atenção em seu artigo para as fronteiras de gêneros literários naquele momento de solidificação do Naturalismo por aqui. Reconhecia a influência europeia, mas atentava para a artificialidade de alguns autores ao transporem a melancolia do velho mundo para os trópicos. Há uma dupla sensação de que ao mesmo tempo o

¹⁷² Palavra ilegível.

¹⁷³ ARARIPE JUNIOR. A "Terra" de Emilio Zola e o "Homem" de Aluizio Azevedo. **Novidades**, n. 40. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1888, p. 2.

Naturalismo brasileiro se apresenta original e versátil, com a felicidade tropical a florada, ele se parece também como um Romantismo aquecido, que embora rechaçasse o subjetivismo romântico, não abandonava completamente o lirismo. Assim definia o Naturalismo da seguinte maneira: “*O naturalismo brasileiro é a luta entre o cientificismo do europeu e o lirismo nativo do americano pujante de vida, de amor, de sensualidade*”.¹⁷⁴ Dessa forma, o Naturalismo brasileiro do ponto de vista de Araripe Júnior, era muito mais livre do que o europeu, ele era “*americano embriagado pelo real*”. As faculdades imaginativas estavam à serviço da observação e da experiência. Essa leitura estava muito mais alinhada ao Zola revisionista de sua própria obra do que aquele do Romance Experimental.¹⁷⁵ Esse Naturalismo estaria muito mais próximo do Romantismo do que de uma visão científica mais restrita.

Acode-me que a literatura brasileira nas suas manifestações legítimas não pode tão cedo ser uma literatura simétrica e disciplinada, se não uma convulsão entremeada de longos períodos de repouso, de languidas. E demais, isso não é fato recente, de longa data este fenômeno de desordem tropical se fez sentir.¹⁷⁶

A obra de Èmile Zola, como mencionado anteriormente, teve um grande impacto na produção literária brasileira nos finais da década de 1880. Conforme o Romantismo perdia a centralidade como paradigma literário nacional, o Naturalismo pedia espaço. A referência de Zola era, portanto, notória. Além do Naturalismo como gênero, fortemente expressado pelas histórias de Aluízio Azevedo, a crítica literária com Araripe Júnior, também tomava como molde o literato francês. Este último, em 1888, se utilizou das páginas do periódico *Novidades* para traçar sua leitura sobre aquele. A livre forma do Romantismo parecia, ainda, em meados do século XIX imperar como a grande visão do mundo moderno ocidental. Zola surgia, na visão de Araripe Júnior, como uma voz perturbadora que forçava novos caminhos. O Naturalismo na literatura e o zolismo, como diz o crítico literário, surgiam como expressão do progresso constante do século XIX.

O autor diz que o romance tem por base a ficção, e isso é uma condição humana que nos acompanha desde o desenvolvimento de nossas aptidões físicas e criação de certa autoconsciência que impulsiona, como necessidade, os indivíduos para “fora” da

¹⁷⁴ *Idem.*

¹⁷⁵ ARARIPE JUNIOR. A "Terra" de Emilio Zola e o "Homem" de Aluizio Azevedo. *Novidades*, n. 65. Rio de Janeiro, 23 de março de 1888, p. 2.

¹⁷⁶ *Idem.*

natureza. Dessa forma, o romance entendido como episódio pitoresco da vida poderia se manifestar a partir de diversos gêneros ou narrativas. Além disso, essa relação também revela certo escapismo, que nos remete imediatamente à ideia do Romantismo, ou pelo menos uma de suas características que historicamente o define. A evasão muitas vezes pode ser lida como uma maneira de se relacionar com o mundo de uma perspectiva extremamente subjetiva. Não apenas isso. A relação do indivíduo com a natureza nesse ponto de vista carrega em si uma moralidade e interesse que de um ponto de vista crítico, aos olhos de Araripe Júnior, o torna infantil e inacessível.

Esse olhar crítico colocava em confronto dois tipos de sensibilidade. De um lado a sensibilidade romântica que, grosso modo, tem em sua relação com a natureza a contemplação. De outro, vemos a sensibilidade pela experimentação, onde o suposto misticismo perde terreno como fonte de acesso à natureza. No entanto cabe questionar se isso se efetiva.

3.2. O Pós-Romantismo e as disputas pelos *Topoi* nacionais

Procuramos demonstrar, grosso modo, na seção anterior que a os gêneros literários na segunda metade do século XIX apresentaram muito mais porosidades do que se pode imaginar. Em nossa perspectiva as várias faces dos intelectuais não se davam meramente por uma falta de qualidade filosófica, científica, literária ou qualquer outra coisa, mas inseridos em um ambiente político cujo repertório é vasto e sobretudo, pluralizado, a inconstância dos discursos parecem muito mais guiados pelas possibilidades de momento. Figuras como Joaquim Nabuco, Silvio Romero ou Araripe Junior são exemplos sinceros desse movimento. Suas contradições, nos âmbitos do discurso político ou literário, são produtos da conveniência. Sejam eles reformados, revolucionários liberais, conservadores, republicanos, monarquistas, suas próprias leituras das obras que compõe demonstram isso.

Não seria arriscado dizer que a intelectualidade brasileira é formada por um além de extenso, controverso grupo. As páginas dos periódicos eram campos abertos para batalhas épicas para determinar que empunharia a bandeira nacional. Uma disputa sangrenta que, ao fim e ao cabo, não se sabe, ou não arriscamos a apontar, quem foram os vencedores. As polêmicas literárias muitas vezes davam o tom dos debates literários. A disputa ora retórica, ora belicosa que de certa forma contribuía para a formação do *ethos* do intelectual oitocentista no Brasil. Autores importantes como Roberto Ventura e Brito

Broca já se ocuparam em demonstrar que em determinados momentos a polêmica parecia ser um gênero em si. Diferente da escrita literária romântica que pelas suas limitações acabou por ser em grande medida um organizador de cânone, as polêmicas ganharam um certo ar de autonomia seguindo certas estruturas e funcionalidades.

A segunda metade do século XIX, e o caso brasileiro é o que nos interessa mais de perto, sofre fortes transformações quanto aos meios narrativos. Embora naturalmente ocorra de forma lenta, podemos nos deparar com a passagem da tradição oral, para a difusão da escrita, compreendendo todas as limitações que isso gera. Roberto Ventura demonstrou que havia nesse momento a constituição de novas relações entre o desenvolvimento do pensamento e sua difusão, que através do texto exigia outras formas de registro. Dessa maneira, regras e normas se fixavam através de códigos e leis, de estruturas normativas genéricas, indo de encontro aos valores tradicionais associados à oralidade e a religiosidade. De acordo com Ventura,

À medida que a comunicação escrita adquire um valor de verdade e autoridade em relação às formas orais, cresce a importância dos letrados e especialistas educados segundo princípios laicos e científicos. A expansão, ainda que restrita, da escrita e da literariedade contribui para fortalecer as instituições burocráticas e distanciar o Estado da Igreja, gerando um dualismo entre o poder religioso e o secular.¹⁷⁷

Para Carlos Eduardo de Almeida, as polêmicas literárias no Brasil do século XIX obedeceram alguns parâmetros e protocolos performáticos que transpunha a oralidade para a forma escrita, bem como pela confirmação do esvaziamento da retórica como elemento predominante dos estudos literários, ao longo do Romantismo. Para o autor, a retórica conforme perdia a força ilocucionária passou a se tornar um termo pejorativo.¹⁷⁸ Tanto no processo de construção de uma crítica literária romântica baseada na retórica, quanto em um novo modelo cientificista que buscava romper com essa tradição, os modelos escolhidos pelos intelectuais eram quase sempre de moldes conservadores. Acízelo de Souza identifica os lampejos contraditórios desse projeto. A crítica literária seguia a tendência mundial em ter o historicismo como principal referência. Não obstante, pondera, pode-se perceber que por aqui ainda tivemos a forte marca dos clássicos, sobrevivendo aos “triumfos do romantismo”, que manteve em vigência, como disciplina, a retórica e a

¹⁷⁷ VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**: História cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.122.

¹⁷⁸ ALMEIDA, Carlos Eduardo. Polêmicas Literárias no Império da Retórica. **Matraga**, Rio de Janeiro, v.20, n.33, jul/dez. 2013, p. 160.

poética. Silvio Romero e José Veríssimo, por exemplo, lançavam entre o final do século XIX e início do XX uma postura de rejeição a um modelo que naquele momento já nascia defasado.¹⁷⁹

Almeida demonstra que uma característica singular das polêmicas literárias do oitocentos, se tratando de Brasil, foi a predominância do tom eloquente, afetado e artificioso dos textos. A grande intenção nesta performance era conquistar o público a partir de um artifício já antigo, mas que ainda tinha muito sucesso entre os leitores.¹⁸⁰ O público leitor brasileiro se transformava junto com a literatura, ou com a historiografia, assim como se mantinha “estagnada” quando a conveniência dos debates ou tendências.

Uma das respostas possíveis para compreendermos o desenvolvimento da tradição oral no Brasil é a implantação tardia da imprensa no país. Na Colônia as restrições impostas pela coroa limitavam tanto a circulação de informações quanto a própria busca por movimento educacional, que continuou sendo insignificante ao longo do Império. Marisa Lajolo e Regina Zilberman ainda salientam que após os primeiros periódicos serem implantados, com a chegada da Família Real ao Brasil, esse movimento foi notadamente isolado, não sendo desenvolvido nenhuma outra instituição disposta a promover textos por aqui. Embora as mudanças ocorressem, seu resultado era inexpressivo.¹⁸¹

Com as reformas promovidas por D. João VI, no início do século XIX, o Brasil passa a viver um momento de mudanças que impactaram o cenário cultural da Colônia. A introdução da imprensa, abertura de faculdades de direito, medicina e engenharia, Criação da Biblioteca Relá, Academia de Belas-Artes e do Teatros impôs uma nova relação com as letras, que afastava o Brasil do isolamento característico do século XVIII. Embora essas mudanças trouxessem um ganho expressivo para circulação da palavra impressa, a oralidade não perdia espaço como difusora da literatura. Almeida enumera alguns fatores que podem ser lidos como principais contribuintes para a manutenção dessa forma de experimentação literária: a fragilidade da divulgação do saber no início do Oitocentos e a preponderância de uma cultura oral e auditiva.¹⁸²

Autores como Luiz Costa Lima e José Guilherme Merquior destacaram o peso da oralidade para o desenvolvimento da literatura brasileira, principalmente a romântica,

¹⁷⁹ SOUZA, Roberto Acízelo de. **O Império da Eloquência**, p. 26.

¹⁸⁰ ALMEIDA, Carlos Eduardo. *Op. Cit.*, p.160.

¹⁸¹ LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A leitura rarefeita: Livro e literatura no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p. 129.

¹⁸² ALMEIDA, Carlos Eduardo. *Op. Cit.*, p.160-163.

responsável por dar os primeiros contornos identitários para uma nação que estava em processo de nascimento. Para o primeiro, a cultura auditiva impôs um fator limitante para o desenvolvimento do trabalho intelectual no país por se apresentar como uma cultura que transmite sem cadeias demonstrativas. O segundo corrobora esse pensamento na medida que argumenta que havia o predomínio da palavra falada sobre o hábito de uma leitura reflexiva. Na síntese proposta por Almeida, os autores concordam que a oralidade no sistema literário brasileiro resultou de escolhas deliberadas dos autores românticos, que buscavam a todo momento o patrocínio do Estado imperial para então publicar suas obras. A oralidade representava, desse modo, uma espécie de obstáculo ao desenvolvimento do hábito reflexivo.

Ora, não nos parece exagero acreditar que a arte retórica amplamente nutria os programas escolares e, em consequência, acabava interferindo na produção literária, na atividade crítica e no gosto do público. Desse modo, tendo em vista a impregnação retórica do ambiente intelectual brasileiro, não espanta que a oralidade fosse uma presença dominante ao longo do século XIX. Discursos pomposos e “brilhantes”, palavras bonitas e argumentos sedutores formavam, portanto, um conjunto de práticas retóricas circulantes no ensino escolar e na vida social brasileira durante todo o século XIX e início do XX.¹⁸³

Aqui entra um dos mais importantes aspectos da crítica literária brasileira do século XIX. As polêmicas literárias contribuíram para um perfil de análise da literatura, bem como manteve através da escrita protocolos da cultura auditiva. Em alguns aspectos a polêmica parecia ser ela mesmo um gênero tamanho especificidade. Seus protocolos passavam pela belicosidade dos ataques e pela objetividade dos fatos. Elas pretendiam ser textos lógicos e cientificamente conduzidos. Ao adquirir foro de ciência, no século XIX, os estudos literário, crítica e história da literatura consolidaram-se como campos do saber. A historiografia, principalmente aquela produzida no interior do IHGB, foi a que mais deu subsídios para que a história literária atingisse marcas de objetividade. Assim, os procedimentos metodológicos da história literária, afirma Almeida, aproximavam-se muito da história nacional produzida na época.¹⁸⁴ Os campos se aproximavam a ponto de terem suas fronteiras pouco definidas.

Em nossa hipótese, o Romantismo como interpretação de época, como cultura histórica não se dissolveu frente às teorias concorrentes. O Naturalismo e o Realismo, principalmente, embora tivessem se empenhado em construir um discurso destituído, o

¹⁸³ *Ibidem*, p. 163.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 167.

Romantismo se mantinha como tradição e possibilidade. Hegemonicamente talvez ele tivesse se esvaziado, mas certamente não se esgotado. As polêmicas literárias são um exemplo de como a estética baseada no exagero, na eloquência, no sentimentalismo despertava o interesse de grande parte do público leitor, e através dos resquícios da cultura da oralidade se mantinha no gosto do povo. O gosto pelo passado, a reverência aos heróis, que se modificavam, mas sempre estavam. De forma explícita ou latente, o romantismo mantinha-se como forte orientador político, histórico e moral. Não afirmamos que esse movimento se mantinha intocado, nem mesmo suas primeiras fases foram tão definidas assim. Ocupamo-nos em mostrar que esse romantismo é outro. Em outros momentos de nossas pesquisas classificamos esse momento como Romantismo Tardio. No entanto, entendemos que esse termo não dá conta de expressar o repertório disponível para aqueles intelectuais. Chamar algo de tardio é considera-lo anacrônico de modo negativo. Mas o que estamos tratando aqui em absoluto está fora de seu propósito. Assim, como já posto anteriormente, preferimos chamar de Pós-Romantismo.

Preferimos, então, tratar desse fenômeno a partir dessa tipologia pois diferente do que é proposto por Michael Löwy e Robert Sayre não compreendemos a possibilidade de encaixar os pós-românticos brasileiros em um tipo ideal específico. No entanto, valemo-nos do trabalho desses historiadores para constituir o nosso olhar sobre o Romantismo resistente no final do século XIX. Os autores compreendem a possibilidade de classificação do Romantismo em pelo menos seis vertentes diferentes, são elas a *restitucionista*, a *conservadora*, a *fascista*, a *resignada*, a *reformadora* e a *revolucionária e/ou utópica*. Não é de nosso interesse reproduzir todas elas nesta tese mas, a princípio, demonstrar que o Romantismo em sua pluralidade pode atender aos mais variados grupos sociais e políticos, não se restringindo a uma única definição. Por um lado, isso demonstra a versatilidade desse gênero, por outro expõe suas severas fragilidades.

A literatura, bem como a historiografia brasileira ao longo do século XIX seguiu a cartilha do nacionalismo. O projeto de nação por aqui, é perene, com variações. Assim as teorias que buscavam romper com o Romantismo sustentavam os mesmos apelos racionais travestidos de reformismo. A principal busca dos teóricos brasileiros é pelo caminho próprio de uma literatura que se livrasse da cópia ou excessivo espelhamento estrangeiro e desse os contornos nacionais para um projeto escriturário brasileiro. Tristão de Alencar Araripe Júnior defendia em finais da década de 1869 uma literatura que voltasse para a sua natureza, que deixasse as idiossincrasias de outras nações fora dos domínios das letras americanas. Uma literatura original era aquela cuja cor local não representasse

apenas um protocolo de formalidade literária, mas que imputasse os verdadeiros sentimentos ao seu povo. Em *Carta sobre literatura brasileira* o autor professa:

De impressões completamente estranhas de uma natureza tão cheia de esplendores como desses rios *colossais*, não deve por certo surgir senão uma literatura original, melancólica e ao mesmo tempo pasmosa, impregnada desse poderosíssimo sentimento religioso, que por si só se expande toda vez que o homem curva-se ante o Senhor, abismado pelos portentos da criação.¹⁸⁵

Esse sentimento que ao mesmo tempo é pátrio e religioso, que marcava o perfil desejoso da literatura. Araripe Júnior neste primeiro exemplo ainda figura em suas penas a figura do crítico Romântico, que estava preocupado em alinhar os romances brasileiros com os de outras partes do mundo. O alinhamento estava baseado na proposta em se estabelecer o tema nacional. Assim compara José de Alencar d’*O Guarani*, com Chateaubriand de *Atala*.¹⁸⁶ O autor confirma a natureza como fonte incontestável de inspiração e imaginação e quanto mais rústica e selvagem, ainda mais poderosa.¹⁸⁷

Araripe Júnior nesta *Carta* além de fazer uma forte defesa da natureza como o tema central para o desenvolvimento da literatura lançava críticas de uma “mocidade” que buscava muito mais pintar uma paisagem estrangeira a partir de imitações que afastavam o olhar do que era verdadeiramente brasileiro. Dessa maneira, podemos perceber que a leitura que o autor exerce sobre a literatura brasileira se limita a reproduzir os mais seguros argumentos impostos pela crítica da época.

Anos mais tarde, seu pai, Tristão de Alencar Araripe, se projeta em um artigo que nos chama a atenção. *Indicações sobre a (h)istória nacional*.¹⁸⁸ No texto apresentado à revista do IHGB, o elemento pátrio continua como mote para se falar não da literatura, mas da história. Voltar-se para o passado não era apenas recuperar as referências identitárias para o presente, mas era reconhecer os movimentos de transformação sociais. O eixo se desloca da natureza para o povo. Seria ele a força motriz capaz de colocar a nação nos trilhos do processo civilizatório. O progresso da nação, na perspectiva do autor, estava

¹⁸⁵ ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. *Carta Sobre a Litteratura Brazilica*. Rio de Janeiro: Typ. De J. A. dos Santos Cardoso, 1869, p. 3 - grifo do autor.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p. 7-9.

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 10.

¹⁸⁸ O autor suprimiu do texto todas as letras “h” em início de palavra. Incluímos a letras nas citações diretas.

diretamente ligado ao desenvolvimento do mundo moderno e industrial, e o povo só seria capaz de contribuir com isso via educação.

Por meio da instituição adquire o (h)omem aquele grau de aptidão e capacidades necessárias para o preenchimento de seus destinos na Terra; aptidão e capacidade, que tanto mais amplas devem ser quando esse (h)omem é membro de uma sociedade regida por instituições livres, como é o Brasil.¹⁸⁹

Além disso, o papel da história e do historiador deve ser o de despertar o amor pátrio revelando com verdade, como espécie de prestação de serviço moral para a nação. Ainda figura aqui uma visão de exaltação do passado, de busca pela caracterização do elemento patriótico.

O escritor brasileiro pois, que pretender escrever a (h)istória da nossa pátria, terá em consideração desenhar a figura respeitável dos nossos (h)omens beneméritos, de maneira que excitem nossos corações o amor para com suas vencedoras sombras, e persuadam-nos quanto é doce a recompensa da virtude pela gratidão da posteridade. Para isso, cumpre examinar com escrupulosa diligência a verdade, e não desprezar fatos expressivos do caráter do patriota, que consagrasse ao bem do seu país.¹⁹⁰

Não obstante, seria ilícito e forçoso dizer que a partir da leitura desse texto especificamente Alencar Araripe se alinharia ao que convencionamos chamar de Pós-Romantismo. Alguns elementos sobre o ideário pátrio continuam vivos na forma de se conceber a identidade do intelectual brasileiro. O primeiro texto apresentado, o autor estava muito mais preocupado em ratificar os *topos* do Romantismo brasileiro destacando a ação do literato. No segundo, o foco é o historiador, que atribui muito mais de verdade do que de poética dotaria de uma posição moral para constituir a interpretação da nacionalidade. As biografias dos grandes homens se estabelecem como meio de se alcançar um passado glorioso e patriótico. Assim como no Romantismo, essa postura nos diz muito do lugar de fala do autor, assim como a manutenção de uma visão de história que persistia mesmo com certas transformações.

Para se falar de uma tipologia do Romantismo, apontam Löwy e Sayre é necessário ter em vista alguns elementos orientadores, tais como a tradição nacional, o campo cultural escolhido e o período histórico. O espírito romântico é mutável, que pode

¹⁸⁹ ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. **RIHGB**. T. 57, v. 90, pt. 2, p. 262.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 263.

percorrer campos de rupturas revolucionárias, como confirmar *status quo* da modernidade. Em grande medida ainda há uma matriz hegemônica que, apesar de seu caráter contraditório, ainda permite que a visão de mundo romântica seja uma grande referência. Ao longo dos últimos dois séculos mesmo com a ascensão de outras manifestações culturais, bem como das inúmeras forças-tarefa para romper com ele, para o bem ou para o mal o Romantismo é ainda tratado com certo interesse. Como manifestação artística pode apresentar estagnações, mas como interesse político pode até ser perigoso.

Como sugerimos a pouco, não vamos falar de todos os tipos de Romantismo propostos pelos autores, uma vez que suas especificidades dialogam de forma muito transversal com nosso trabalho. Porém, o Pós-Romantismo que propomos aqui pode ser entendido a partir da junção de quatro dos tipos ideais: o *restitucionalista*, o *conservador*, o *resignado* e o *reformador*. No entanto, cabe dizer que essas referências são artificiais, visto que o Romantismo brasileiro do final do século XIX pode ser ainda mais complexo. Outra coisa digna de nota é que as tipologias propostas por Löwy e Sayre, ou melhor, o Romantismo como fenômeno não se limita a um período determinado de tempo. Os autores identificam que o que pode variar são seus perfis, não as manifestações em si. Isso vai ao encontro de nossa hipótese quando propomos que o Romantismo não termina necessariamente com o advento do Realismo e do Naturalismo. Pode haver uma perda de força mas não uma dissolução.

O que queremos demonstrar é que a partir de algumas de suas definições podemos pensar a particularidade de alguns autores brasileiros no final do século XIX. Mas, antes mesmo de apontar um possível grupo de Pós-Românticos temos que compreender que ele se manifesta não como algo institucionalizado, mas latente no meio intelectual brasileiro. Assim, imediatamente temos o *Romantismo Restitucionalista* como referência. Esse tipo, talvez o mais nostálgico dos Romantismos, flertou até mesmo de recriação de um passado supostamente ideal aquele que é objeto da nostalgia.¹⁹¹ A restituição desse passado, quase sempre do ponto de vista simbólico, parte da identificação emotiva com o tempo próximo. O movimento temporal se baseia na atualização das tradições, de lembrar algo que supostamente fora esquecido.

A passagem do momento monárquico para o momento republicano no Brasil se mostrava um terreno fértil para o surgimento de manifestações que buscavam alinhar o

¹⁹¹ LÖWY, Michel; SAYRE, Robert. **Revolta e Melancolia**: o romantismo na contracorrente da modernidade. São Paulo: Boitempo, 2015.

discurso da modernidade vinculada ao fortalecimento das instituições tradicionais. Mesmo alguns intelectuais que corriqueiramente estavam associados às fileiras mais liberais e progressistas desenvolviam um discurso ambíguo, resultado muitas vezes de um ambiente em que era cada vez mais difícil de definir. Dessa forma, evocar figuras como Joaquim Nabuco e forçá-lo numa classificação romântica não é despropositada.

O ambiente de formação da ordem republicana no Brasil foi um processo que passou por inúmeras interpretações. Tanto no âmbito da ação política propriamente quanto no ponto de vista interpretativo. Para Emília Viotti da Costa há duas linhas interpretativas sobre o advento da República encabeçada por seus contemporâneos: a dos vencedores republicanos e dos vencidos monarquistas, que tiveram reforços importantes de republicanos desiludidos. Os republicanos tinham como *leitmotiv* a afirmação que a República sempre havia sido de inspiração nacional, desde a Inconfidência Mineira. Dessa maneira, esse evento da história do Brasil era constantemente recuperado como o símbolo histórico, a referência temporal do regime.¹⁹²

À primeira vista legitimar o presente era reger o passado imediatamente próximo. Listava-se uma série de problemas que na visão de grande parte dos republicanos evidenciavam a fragilidade da monarquia brasileira. Reforçavam as críticas ao poder moderador, afirmando que a liberdade fora cerceada com grande prejuízo para a nação, bem como críticas às deficiências de D. Pedro como estadista evidenciadas pela excessiva centralização do Estado. A República, assim, era a solução natural para os problemas do país. Seria, portanto, a concretização de uma aspiração popular que havia sido exercida por idealistas e corajosos que teriam conseguido integrar o país às tendências do século.¹⁹³

As críticas direcionadas ao governo imperial apontavam para uma interpretação de que o então regime monárquico estava defasado em relação à ordem capitalista e moderna que o final do século XIX impunha, estava fadado a estagnação por ser, na visão de Feliciano Buarque, por exemplo, uma espécie de “*fatalidade mecânica*”. Para ele, os fatores que explicavam a proclamação era a constituição etnográfica do país, a transição do trabalho agrícola para o industrial, as relações entre as nações americanas, a propaganda em prol da República por meio de livros e jornais, a corrupção política e deficiência

¹⁹² COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p.387.

¹⁹³ *Ibidem*, p.387,

administrativa do Império, a influência do poder pessoal, entre outros inúmeros fatores expostos pela análise de Emília Viotti da Costa.¹⁹⁴

Havia uma disputa aberta sobre a interpretação dos eventos que deram origem à República no Brasil. Nesse sentido, uma gama de argumentos e interpretações surgiam para legitimar ou deslegitimar vertentes. Em grande medida a tendência dos historiadores é dar uma voz mais alta para o grupo supostamente revolucionário, mais alinhados com as tendências progressivas do final do século XIX. Não obstante, por vezes podemos deparar com uma postura que a princípio nos parece bem progressista, mas que carrega fortes marcas de conservadorismo. Nesse embate claramente o que estava em jogo era vencer o certame político e simbólico. Emília Viotti em hipótese alguma crítica a produção enviesada de alguns autores da época, mas lança um olhar crítico aos historiadores que compram facilmente o discurso contra a monarquia utilizando-se apenas de olhar unilateral e desprezando as inúmeras possibilidades de leitura desse momento chave de nossa história. Não quer dizer, porém, que isso seja uma defesa do regime monárquico, mas apenas a constatação de que o debate poderia ser ainda mais rico. A autora afirma que as vozes dos monarquistas foram abafadas pela euforia dos republicanos logo após a proclamação, que foram reforçados pelos adesistas, que logo quiseram demonstrar fidelidade ao novo regime. No entanto, afirma a autora, a versão dos monarquistas não havia desaparecido. Eles continuavam interpretando os fatos e tiveram a adesão de republicanos desiludidos.¹⁹⁵

Aqueles eram representantes de uma ordem tradicional que ou pretendiam manter o *status quo* do regime deposto, ou de alguma forma buscavam adaptar os novos tempos a um discurso conservador. Seria nesse bojo que o pensamento romântico se sustentaria com mais força. Voltemos rapidamente às definições de Romantismo de Löwy e Sayre.

O Romantismo conservador não quer restabelecer um passado longínquo, como muitas vezes o reconstitutivo sugere, mas seu intento é manter um estudo tradicional da sociedade. No caso europeu a intenção era preservar uma ordem política estabelecida no século XVIII ou especificamente no caso francês, de restabelecer o *status quo de* antes da revolução de 1789. Como ressalta os autores, é antes de tudo a defesa de sociedades em pleno desenvolvimento capitalista, mas que são apreciadas justamente por aquilo que

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 388.

¹⁹⁵ *Ibidem*, p.392-393.

conservam de formas anteriores à modernidade.¹⁹⁶ Além disso, os autores apontam que existe um conservadorismo não romântico que busca justificar e defender uma ordem capitalista contra quaisquer críticas propostas tanto em nome do passado quanto do futuro. Só é possível falar do Romantismo conservador na medida em que se revela crítico à modernidade capitalista-industrial, a partir de valores orgânicos do passado. Assim, da forma que já evidenciamos, as fronteiras desse Romantismo com o do tipo Restitucionista é imprecisa. Do ponto de vista desses autores, o que os diferencia é a aceitação ou não da ordem capitalista.¹⁹⁷ No caso que apresentamos essas fronteiras são ainda mais imprecisas.

Para fechar esse quadro ainda temos o Romantismo Resignado, que surge a partir da segunda metade do século XIX frente ao fortalecimento da industrialização capitalista e da possibilidade de restauração das relações pré-capitalistas do início daquele século. Se dá na aceleração do capitalismo. O Romantismo Resignado se aproxima dos dois primeiros modelos, mas sua crítica social é mais intensa.¹⁹⁸ E por fim, o Romantismo Reformador diferente do resignado também se pretende transformador, mas enquanto o resignado é dotado de uma postura paliativa, o reformador acredita no retorno efetivo de valores antigos.¹⁹⁹

No Brasil do final do século XIX entendemos que no processo de manutenção de uma ordem romântica, fosse através de manutenção de um decoro parlamentar muito referenciado aos debates do século XIX, seja pela recuperação estética de alguns elementos da literatura e da historiografia, o Pós-Romantismo por aqui possuía um caráter conservador, que tendo em vista as definições de Löwy e Sayre pode ser considerado o modelo convergente. A restauração era improvável, então se buscava prender em valores nostálgicos para, ao menos, constituir um projeto que para uns pode parecer reacionário, mas que em grande instância é mais uma peça do repertório político-intelectual disponível no final do século XIX. Considerando, naturalmente, a instabilidade política daquele momento. Como interpretação possivelmente isenta do cenário político, Emília Viotti traz o relato do viajante francês Max Leclere, que em seu *Cartas do Brasil* diz:

O edifício imperial construído, edificado para outros tempos e outros destinos, já não bastava às necessidades dos nossos, incapaz de resistir às pressões das ideias, das coisas e dos homens novos, já se

¹⁹⁶ LÖWY, Michel; SAYRE, Robert. **Revolta e Melancolia**, p. 91.

¹⁹⁷ *Idem*.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 98.

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 100.

tornara caduco e tinha seus alicerces abalados. Aqueles a quem abrigava, em vez de reparar a injúria dos anos e dos homens, arrancavam por sua conta mais algumas pedras e contribuíam para a ruína definitiva.²⁰⁰

O impacto do Romantismo no Brasil persiste de maneira negativa ou positiva, nos debates político e intelectuais no Brasil no avançar do século XX. A herança indesejada desse movimento se fixava como marca da identidade do Brasileiro, e se desvincular disso para alguns intérpretes era fundamental para que o país então pudesse se desenvolver intelectualmente. A negação ao Romantismo solidificava sua influência.

Um importante ensaio para pensarmos o legado do Romantismo no Brasil é o capítulo sobre Romantismo no livro *Retratos do Brasil*, de Paulo Prado. O autor logo no início de seu texto deixa claro seu posicionamento em relação ao Romantismo: *o mal romântico*. Admite que definir Romantismo é difícil, seu fenômeno é extenso e complexo, que passa pelos mais variados momentos políticos e históricos. Grande parte do pensamento ocidental de alguma forma teve a visão de tomadora do romantismo como base de sua constituição.²⁰¹

O autor reduz o Romantismo à Rousseau, o egocentrismo sentimental e exibicionista, o fechamento em si provocando solidão e sonhos inúteis, orgulho e espírito de revolta. As tentativas iniciais de desenvolver o nacionalismo em nosso território estavam ligadas aos principais episódios do Humanismo do século XVIII, principalmente a declaração de Independência dos EUA. Eram elas: sabedoria do povo, liberdade individual, igualdade racial e política, infalibilidade da nação. Esse era o campo ideal para o surgimento do romantismo literário, influenciador das ideias e sentimentos da alma nacional.

A chegada do Romantismo foi possível no Brasil mediante as condições ideais baseadas nas incertezas sociais e políticas do movimento histórico. A situação de colônia, o escravismo eram sintomas de um *topos* tipicamente português: o atraso

[...] Pelos sertões tinham desaparecido as tradições seculares que promoveram, no período heroico, a descoberta, o povoamento e a exploração do país. São Paulo dormia ainda o sono de hibernação sob o domínio dos governadores fidalgos. Minas era um deserto de ruínas, onde se refugiava o latinório dos administradores obsoletos um ou outro vestígio de cultura própria de gente que fora rica e o arcadismo português dos poetas da Inconfidência. O

²⁰⁰ LECLERE, Max. *apud* COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República**, p. 395.

²⁰¹ PRADO, Paulo. **Retratos do Brasil**: Ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1981, p. 113.

Nordeste vivia isolado no seu pastoreio. Para o interior profundo do país se refazia o deserto, já sem pioneiros.²⁰²

O autor salienta que o ambiente social da colônia no momento da chegada da família Real e da imposição de seu modelo autoritário expôs o quadro de atraso que contrastou com algumas figuras cultas, desafinadas com os interesses das massas impunham um projeto intelectual e moral particular, com uma estética que pouco dizia sobre o brasileiro. O ensaísta faz uma crítica contundente ao livro, *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães. Embora considerasse a obra medíocre, entendia que ela era composta em um momento de transformação de sensibilidade, que se mostrava latente e possuía laços na política nacional.²⁰³

O autor conta uma anedota, que ao mesmo tempo é engraçada e bizarra de Álvares de Azevedo, Adriano Lessa e Bernardo Guimarães, de quando estudavam direito em São Paulo e no horror da inspiração do byronismo, da boemia paulistana praticavam rituais macabros que misturava deboche com uma espécie de contemplação da morte. Uma vida bem intensa. Argumenta sobre o mal gosto artístico do romantismo, do divórcio entre a realidade e o artifício. Além disso, dois princípios patológicos caracterizavam então o romantismo paulistano que irradiava para o resto do país: hipertrofia da imaginação e exaltação da sensibilidade

Deformou insidiosamente o organismo social, muitas vezes sob o disfarce de inteligências brilhantes em que a facilidade de apreensão e de expressão substitui a solidez do pensamento e do estudo. Dá ao Brasil, neste momento de progresso material e de mentalidade prática e concisa, o aspecto anacrônico de gente viver falando uma língua morta. Tudo avassalou: política, literatura, artes, viver cotidiano, modos de sentir, afeições.²⁰⁴

Uma característica herdada do Romantismo e que caracterizou fortemente o grupo intelectual que se formou ao redor da Faculdade de Direito do Recife foi o bacharelismo. De acordo com Roberto Ventura, seus componentes eram guiados por orientações de cunho idealista focados principalmente pelos aspectos jurídicos, filosóficos e políticos, deixando em segundo plano a literatura ou a organização social e econômica.²⁰⁵ Podemos perceber,

²⁰² *Ibidem*, p. 119.

²⁰³ *Ibidem*, p. 120.

²⁰⁴ *Ibidem*, p. 125.

²⁰⁵ VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 121.

no entanto, que esse “bacharelismo”, muito criticado por Paulo Prado na, tem traços semelhantes ao Romantismo, mas com ligeiras diferenças, visto que a questão do lirismo não aparece aqui tão evidente.

Novamente podemos nos deparar com a questão de “atraso”. Romero criticava esse posicionamento da intelectualidade ou pelo menos dos homens letrados que deixa o Brasil com passos atrás no progresso intelectual e político. Vivíamos por esse período de “reformismo” na política e “esterilidade dos partidos”. Essas eram claras marcas românticas que só seriam expurgadas pelas ideias naturalistas. Tobias Barreto também criticou o excesso de retórica e eloquência dos parlamentares como se tivessem as condições sozinhas de promover reformas sociais.²⁰⁶

Ventura nos demonstra um fato interessante aqui. A segunda metade do século XIX, e talvez pudéssemos enfatizar o último quartel do século, passou por uma significativa transição da oralidade para a escrita. Havia a constituição de novas relações entre o desenvolvimento do pensamento e sua difusão, que através do texto exigia certas formas de registro. Dessa maneira, regras e normas se fixavam através de códigos e leis, de escritas normativas genéricas, indo de encontro com valores tradicionais associados à oralidade e religiosidade.

À medida que a comunicação escrita adquire um valor de verdade e autoridade em relação às formas orais, cresce a importância dos letrados e especialistas, educados segundo princípios laicos e científicos. A expansão, ainda que restrita da escrita e da literalidade contribuiu para fortalecer as instituições burocráticas e distanciar o Estado da Igreja, gerando um dualismo entre o poder religioso e o secular.²⁰⁷

Foi, portanto, na segunda metade do Oitocentos que houve, no Brasil, um aumento, mesmo que pequeno, de cursos de direito, medicina e engenharia que formou um grande quadro para o aparelho político e administrativo do império. Dessa maneira, a visão autocrática de modernização social, auspiciado por setores oligárquicos e agrários. Os bacharéis passaram também por alguma instância educacional criticando a ordem tradicional e impedia que as convergências se convertessem em antagonismo.²⁰⁸

O autor diz que a historiografia exagera a ruptura entre bacharéis e a ordem oligárquica, que embora houvesse certos ruídos entre os dois, a tensão entre o bacharelado

²⁰⁶ *Ibidem*, p.121-122.

²⁰⁷ *Ibidem*, p.122.

²⁰⁸ *Idem*.

tendia à conciliação. A urbanização causava uma diferenciação social bem visível, mas as cidades eram praticamente restritas ao setor de serviços e alguma estrutura burocrática ligada à agroexportação.

Faltava ao bacharel o “chão” necessário à implantação de reformas mais profundas, ou seja, não havia bases sociais que lhe permitissem rever à frente suas reivindicações mais radicais ou estruturais.²⁰⁹

A oposição do bacharel ao patriarca, diz Ventura, estava ligada a contestação do *status quo*, que incapaz de promover uma esfera de superação. O autor salienta que nos discursos de Romero e Barreto existia um descompasso entre a crítica da sociedade e a proposição de soluções. Na maior parte dos casos, os bacharéis não se auto moldavam a uma classe social e se omitiam quanto agentes capazes de realizar as reformas pretendidas para impor um predomínio político das oligarquias.²¹⁰

Crítica interessante de Roberto Ventura faz sobre uma passagem de Silvio Romero onde o autor faz uma narrativa romântica e nostálgica sobre sua infância no engenho Moreira, muito parecido com Joaquim Nabuco em Massangana.

Neste breve artigo de Romero se mostra como uma pérola para o desenvolvimento do meu argumento sobre o falar sentimental da historiografia brasileira. O crítico literário é marcado por contradições internas de sua produção, que o fazia ora um ferrenho crítico da estética e herança do romantismo, como por ora se pautava disso para compor a sua figura de intelectual em um ambiente político que favorecia essa gangorra. Em carta a João do Rio, Romero responde o questionamento de cronista carioca: “*De seus trabalhos quais as cenas ou capítulos, quais os contos, quais as poesias que prefere?*” Podemos afirmar que essa passagem seja um lampejo romântico, carregado de sensibilidade e nostalgia em meio à manutenção de um belicismo característico.

Romero “confessa” que sua produção literária foi pouca. Algumas poesias e contos que talvez não fossem vastos o suficiente para compor um corpus literário de um intelectual de carreira longa. Tentando fugir de uma modéstia afetada afirmava que não possuía qualquer precocidade. Afirma que seu temperamento, que suas características (caráter) como indivíduo são as mesmas desde sua infância. Sua vida foi diretamente afetada por eventos terríveis, duas epidemias que devastaram o país na segunda metade do

²⁰⁹ *Ibidem*, p. 123.

²¹⁰ *Idem*.

Oitocentos, uma que inclusive atingiu sua mãe, que não podendo amamenta-lo, e até mesmo pelo perigo iminente de também ser acometido pela febre amarela, foi levado, quando ainda tinha seis semanas de vida, do engenho de seus avós maternos: *Engenho Moreira*.²¹¹

Na carta ele afirmava que todo o seu nativismo e brasileirismo advinha desse momento no *Engenho Moreira*. Lembrava com emoção uma cantoria cuja simples e monótona melodia o remetia com triste saudade momentos de prazer raro (ou raro prazer) em sua vida. A outra marca, segundo ele, foi à religião, prática introduzida por sua “mucama de estimação”. Assim como em Joaquim Nabuco percebe-se no tom da narrativa a evocação de certa “*saudade do escravo*”. Romero descreve a doçura e quase infantil fidelidade cristã de Antônia. Tal figura, embora seja descrita com certo carinho era ainda uma mucama de estimação.²¹²

No afã de seu cientificismo, Romero dizia não rezar mais. No entanto, havia ainda, mesmo que dormente certo resquício de religiosidade. Esse talvez fosse um dos elos com o passado, uma forma não de criar um presentismo, mas conservar traços de identidade e formação que vão além do engajamento intelectual. Outros surtos epidêmicos de febre amarela e cólera forçaram Silvio Romero a abandonar o engenho Moreira e voltar para a casa dos pais. Na casa dos pais também a “peste” havia chegado. Sua irmã Lydia estava gravemente doente. Não tardou para que falecesse. Sua mãe morreu logo em seguida. Aquela casa para ele era símbolo de tristeza que produzia uma profunda saudade do engenho que o acompanha grande parte de sua vida.

Romero expõe um fator fundante de sua postura crítica, ácida e belicosa. Ele atribui essa característica à sua infância, principalmente com os irmãos mais velhos, que pelo fato de Romero ter sido criado nos primeiros anos de sua vida em outra casa os irmãos o tratavam mal, faziam “troça” dele e por essa relação ruim com os irmãos acabou criando algumas “cascas”.

Existem em mim, encerram os germes de minhas tendências de analista e **crítico**. Aliadas às que tiveram origem no engenho **Moreira** explicam, em grande parte, toda minha vida e toda a minha obra.²¹³

²¹¹ ROMERO, Silvio. O momento literário. In: **Outros estudos de litteratura contemporanea**. Lisboa. Typographia da "A Editora", 1905, p. 219.

²¹² *Ibidem*, p. 220-221.

²¹³ *Ibidem*, p. 222-223.

A “*saudade do engenho*” é um traço de certa produção romântica amada entre os intelectuais da época. A crítica que Ventura faz é em relação ao Joaquim Nabuco afirmado que em *Massangana* é uma “*síntese da imagem patriarcal e benevolente do cativo e da visão política e sentimental das relações entre senhor e escravo*”.²¹⁴

Ventura continua com a crítica apontando que a imagem que Nabuco compõe em *Minha Formação* contribui para um discurso que tendia a minimizar os impactos da escravidão, pelo menos como construção sentimental a relação de benevolência poderia ser facilmente visto no engenho onde vivia, o colocando em um patamar mais humanizado.

Massangana é o elo afetivo que dá sentido à sua trajetória política: a irrupção da consciência abolicionista e o engajamento no movimento se dão a partir da ruptura com a imagem benevolente do cativo, desencadeada pelo infortúnio que se abater sobre os escravos.²¹⁵

O Pós-Romantismo no Brasil, como observamos, ganhou força, principalmente, no discurso envolto aos estudos literários. Entendemos que esse campo do conhecimento mobilizou inúmeros fatores como a própria crítica e também a historiografia. Havia no país um público leitor que ao mesmo tempo sentia as transformações temporais, sociais, filosóficas e científicas, ainda consumiam uma literatura sentimental e fantasiosa. Essa convergência de gosto possibilitava o surgimento de um estilo híbrido.

Lenister de Oliveira Esteves em seus estudos sobre a construção da literatura de horror no Brasil no final do século XIX evidencia alguns elementos que são caros para entender a força de permanência do Romantismo como elemento literário que causava, ainda, forte interesse do público leitor. A fantasia, o misticismo, o gosto pelo desconhecido, pelo não físico. Ao mesmo tempo, havia o interesse por desvendar os mistérios pela ciência, pela explicação dos fatos. Essa articulação entre Romantismo e Naturalismo se evidenciava quando se tinha a composição de uma cena que apresentava a descrição detalhada de um corpo em decomposição em meio às declarações de amor eterno e culto à beleza.²¹⁶ Podemos ver essas características no conto de Aluísio Azevedo *Demônios*.

²¹⁴ VENTURA, Roberto. *Op. Cit.*, p. 124.

²¹⁵ *Ibidem*, p. 125.

²¹⁶ ESTEVES, Lenister de Oliveira. **Literatura nas sombras**. Usos do horror na ficção brasileira do século XIX, Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2014, p.213.

No entanto, o que nos interessa aqui é a composição de uma obra que é curiosa desde seu momento de preparo até os efeitos de sua leitura. *A Mortalha de Alzira*, obra que fora posteriormente creditada à Aluísio Azevedo, foi assinada por Victor Leal, uma criação coletiva de Coelho Neto, Pardal Mallet, Olavo Bilac e, é claro, Aluísio Azevedo. Essa figura divertida e controversa produziu algumas histórias de fantasia e ficção que flertavam com a imaginação e deixava à vista os pensamentos científicos em voga na época. Apesar das críticas pelo flagrante romantismo, Victor Leal um autor romântico expunha muito mais a atmosfera de seu tempo, do que revelava ser a máscara de seu verdadeiro autor. *A Mortalha de Alzira* foi escrita por Aluísio Azevedo, que confessando ser o compositor daquela peça revelava de maneira contundente as fronteiras porosas do gênero.

Expunha-se com essa obra a pluralidade da literatura brasileira. Ela ao mesmo tempo despertava para as tendências modernas em vigência e nutria suas raízes com uma leitura mais tradicional. Aluísio ao propor uma obra de inspiração romântica, afinal fora contratado para isso, revelava a manutenção do desejo em se consumir uma obra daquele porte, bem como revelava, na opinião de Olavo Bilac, o artista que em meio a sua capacidade de investigação da verdade, não omitia sua imaginação poética. Havia, portanto, uma defesa do Romantismo, que pode ser entendida como um desvio no olhar que ampliava os horizontes das tendências literárias brasileiras. Assim, reabilitar o Romantismo diante de uma desagradável realidade nacional, era uma forma de restabelecer a imaginação marginalizada.

Francamente romântica, a obra serve para dar vazão a um estilo pouco explorado pelo autor, a válvula de escape que lhe permitiria desenvolver temas que normalmente não apareceriam nos romances que constituem sua verdadeira e honradíssima família literária. Devaneio de quem abandona a seriedade para se deixar levar pelas emoções, filho bastardo que reconhece sem negar um constrangimento inicial, o romance é apresentado quase com pedido de desculpas. A fantasia que o define também não deve ser motivo de vergonha para o leitor, que é alertado para não esquecer as obras que realmente importam, ciumentas possivelmente por não serem tão populares.²¹⁷

O prefácio da edição de 1894 de *A Mortalha de Alzira*, Aluísio Azevedo apresenta sarcasticamente suas explicações acerca do livro de dividia a opinião do público leitor. Cabe de antemão dizer que Azevedo, um dos grandes expoentes do Naturalismo brasileiro,

²¹⁷ ESTEVES, Lainister de Oliveira. Horror e imaginação romântica: como Aluísio Azevedo se apropria de “A morte amorosa” de Théophile Gautier em *A mortalha de Alzira*. **SOLETRAS**, N. 27 (jan.-jun. 2014), p. 116.

muitas vezes e quase de forma inevitável era comparada com Emile Zola. Talvez a partir daí fosse cobrado, tomando as devidas ressalvas, como o literato francês. Assim, certas inspirações sejam notáveis, ou ao menos aos olhos viciados da historiografia algumas posturas possam ser forçosamente semelhantes. O Naturalismo de inspiração zoloriana tinha, a princípio, a incumbência de revelar pela literatura a realidade cotidiana das mais variadas almas que compunham a malha nacional. Esperava-se do autor um compromisso com o verdadeiro mais do que com o verossímil, que pudesse expor o que havia de verdadeiro no espírito do povo. Não obstante, assim como revelaria no fim de sua carreira, Zola, antes de ser um naturalista, Azevedo era um poeta. Com isso, carregava todo um *pathos*, imaginação e sensibilidade de um literato. Sua obra, em última instância, era de ficção e não um relatório.

No referido texto, Azevedo esclarece que a *Gazeta de Notícias* havia encomendado um romance que deveria ter algumas características específicas. O enredo não importava aos editores do periódico, contanto que a obra não fosse naturalista, mas romântica e, é claro, fantasiosa. Essa obra tinha por finalidade atender o gosto de um enorme público de “*leitores sentimentais*”, mas que ao mesmo tempo não caísse em desagrado daqueles que não admitiam uma “obra sem arte e arte sem verdade”.²¹⁸ Isso nos é bastante revelador, pois demonstra que embora houvesse um número significativo de pessoas que buscassem uma literatura comprometida com a verdade. O desafio, segundo o autor, era bem difícil, mas a empreitada traria benefícios como boa remuneração e direitos sobre a obra. Além disso:

Ora, eu que precisava repousar um pouco o espirito num romance de fantasia, e que, de muito tempo essa ponte sentia falta de um adversário literário, cujas obras, francamente românticas, servissem de ativa e ferosa oposição aos meus tranquilos, pacientes e cansativos estudos do natural, obtidos a frio esforço de observação e análise, lembra-me de fazer guerra a mim mesmo e aceitei a proposta da *Gazeta de Notícias* com a condição de substituir o meu nome pelo pseudônimo de *Victor Leal*.²¹⁹

Aluizio Azevedo revelava que o público possivelmente acreditaria na existência do romântico Victor Leal, assim como a parceria de Olavo Bilac e Pardal Mallet, que sob esse pseudônimo já haviam escrito a fantasia *O Esqueleto* também publicado na *Gazeta*. Normalmente Azevedo se utilizava de um tom divertidamente irônico para falar de Victor

²¹⁸ AZEVEDO, Aluísio. *A mortalha de Alzira*. Rio de Janeiro: Fauchon & Cia, 1893, p.XIII-XIV.

²¹⁹ *Ibidem*, p. XIV.

Leal como um forte oponente literário como talvez sendo o único a esboçar qualquer tipo de “ameaça” à veia naturalista do autor.²²⁰

A história desse livro de sua escrita, é bem curiosa e o próprio Aluísio Azevedo alguns trechos do artigo de introdução ao folhetim. A criação do personagem de Victor Leal é curiosa. Defende um Romantismo caricato, que provoca o Naturalismo de forma cartunesca, mas que não deixa de pautar um debate interessante sobre o impacto dos estilos literários no Brasil do final do dezenove.²²¹

O romance, quando digno desse nome, deve desvendar defronte dos nossos olhos sublimes quadros e edificantes exemplos de moral e ridículos da vida de todo o dia, da vida tema a tema, que nenhum interesse pode despertar em quem quer que seja, como também nenhum ensinamento pode trazer aqueles que leem com o louvável fim de se instruir, formando e desenvolvendo conjuntamente o seu caráter.²²²

O bom romance deve tanto deleitar o espírito, quanto confortar o coração. Para Victor Leal a poesia, o lirismo, a imaginação eram os componentes para a confecção de uma boa obra de arte.²²³ Nas palavras do próprio Aluísio Azevedo, *A Mortalha de Alzira* é um livro que apresenta um estudo só as dores mais profundas que o coração humano pode suportar.²²⁴

Esteves destaca o constrangimento que rodeou a obra em seu momento de publicação, que estava diretamente ligado ao posicionamento do gênero de horror na literatura brasileira. Mesmo que aguçasse as emoções dos leitores, ela estava fora dos padrões considerados então ideais. O entretenimento era garantido ao público, mas se limitava a isso, ou seja, seu efeito era bem pontual. Essa obra desviante embora carregada de um romantismo envergonhado também evidenciava o projeto literário de Azevedo. O livro que traz em seu enredo a bizarra história da relação entre o sacerdote Ângelo, que em vigília era um fervoroso religioso e devasso durante o sono, com a fria cortesã Alzira. O ponto alto da história se dá após a morte de Alzira, onde em se encontravam em uma relação amorosa conturbada e fantástica. Ao declarar seu amor ao cadáver, Alzira despertava brevemente à vida e os dois se beijaram em uma cena aterrorizante. Tudo isso

²²⁰ *Idem.*

²²¹ *Ibidem*, p. XVI.

²²² *Idem.*

²²³ *Ibidem*. p. XVIII.

²²⁴ *Ibidem*, p. XIX.

assistido pelo Dr. Cobalt, personagem que aparece pontualmente na trama para contrabalancear os elementos fantásticos com explicações de cunho científico, psicologizante. Ele fornece a resposta verossímil para um distúrbio, ao mesmo tempo que o suicida Ângelo satisfaz os desejos sentimentais do público leitor.

Aluísio Azevedo, então, evocava o discurso científico para explicar fenômenos naturais que aguçam o imaginário das pessoas pelas suas características fantásticas. Ao mesmo tempo, *A Mortalha de Alzira* é construída sob a plataforma da imaginação romântica, que fugia do Realismo e do Naturalismo em voga, cujo próprio autor dessa obra era um importante signatário, mas que dava os contornos para as mais variadas experimentações com a literatura, com a sensibilidade e com o tempo. Na leitura de Jamil Haddad, este livro é o retrato do Brasil do final do século XIX, marcado por um catolicismo corrompido pela escravidão. A articulação entre o sagrado e o profano revelava certa psicologia coletiva brasileira que revelava não haver evasão romântica que desarticulasse realização ficcional e realidade nacional.

Nessa chave, o romantismo aparece como um esforço imaginativo de negação da realidade, agregando em si deferentes possibilidades de fabulação. Na medida em que seu sentido é garantido pela oposição ao realismo, transforma-se em um epíteto da fantasia ficcional que reúne o fantástico, o maravilhoso e o Gótico em seus desdobramentos e atualizações. No entanto, parece não poder se realizar completamente. Frustrado, deixa entrever uma realidade por trás das aparências que revela a força da verdade diante do mero artifício. Essa chave interpretativa reconhece a virtude na falha para defender o que aparenta ser indefensável, consagrando ora uma imaginação que fracassa, ora uma genialidade que esconde o que só a romântica ideia de uma leitura profunda pode ressaltar. Revelando o mistério, essa análise “mais atenta” transforma em nacional mesmo o que não parece projetado para ser. Aponta a verossimilhança do que busca prioritariamente uma sincera comoção; e se estrutura no universo dos fenômenos naturais como caminho para uma versão fantástica do discurso científico.²²⁵

Em meio a um ambiente literário marcado pelo ímpeto naturalista não perdia a “velha alma romântica”, de um lado pela própria disposição dos autores, por outro o público leitor do final do século XIX ainda tinha enraizado uma afetação sentimental. O dualismo que forçava a separação entre a verdadeira literatura então capaz de traduzir para as letras a representação da realidade nacional contra o artificialismo romântico produzia um efeito circunstancial, uma construção de distância que não levava em consideração o amadurecimento ou transformação estética da literatura e da história. O Romantismo que em meados do Oitocentos assumia a centralidade da interpretação

²²⁵ ESTEVES, Lainister de Oliveira. **Horror e imaginação romântica**, p. 121.

nacional e construção do ideário literário, fora jogado para à margem no final do século pela força artificial de um cientificismo que queria a todo custo ser a chave de explicação da sociedade, mas que em efeito se distanciava pouco do movimento anterior. O projeto indianista aos poucos foi perdendo força, deixando de ser o principal interprete da nação sendo caracterizado como menor. No entanto, em nossa hipótese, do ponto de vista da crítica e historiografia, esse movimento era um artifício, um modulador de distância que apenas trocou a roupagem da mesma leitura da modernidade brasileira.

4. PARA ALÉM DO SENTIMENTO: A NOSTALGIA PRODUTORA DE PASSADOS

4.1. Nostalgia como moduladora do tempo: intercâmbio entre as noções de nostalgia restauradora e a reflexiva

Saudade não é apenas uma palavra triste quando se perde um grande amor. Parafraseando a letra da canção popular *Meu primeiro amor*,²²⁶ eternizada pelas encantadoras vozes de Cascatinha e Inhana lançamos um olhar que se recusa a congelar a imagem historicamente negativa desse sentimento que carrega em sua composição a marca indelével do tempo. Nem tão pouco ousamos aqui fazer qualquer tipo de apologia a ele. Sob a ótica da História da Emoções e da História da Historiografia, propomos nesta seção, portanto, discutir as dimensões sociais e históricas de certas emoções e, subsequentemente, seus usos como potenciais moduladores do tempo. O conceito a ser destacado é o de *Nostalgia*. Nosso intento é discutir sua relação com a modernidade, bem como através de sua decomposição evidenciar a *Saudade*, realização particular da nostalgia, como produtora de distâncias.

Defrontar com essa experiência sensível nos induz a pensar a complexidade de sua composição considerando tanto a relação direta entre o indivíduo e sua vivência, quanto as formas de representação. A nostalgia como experiência e condição humana pode ser reconhecida em diversos lugares e épocas distintas. Um sentimento universal, e há quem diga metahistórico, veste diferentes roupagens adquirindo especificidades. Particularidade esta que confere a ela uma relação ambivalente ao se manifestar, produzindo uma melancolia de certa forma prazerosa.²²⁷ Ao ser comparada por André Freixo, Marcelo Abreu e Sérgio da Mata com o *trauma*, outro sentimento que tem sido frequentemente recuperado pela historiografia desde meados do século XX, em que se entende as experiências traumáticas como feridas difíceis de serem curadas, abertas em um passado que não passa, o que pode gerar rememoração profundamente doloridas, a nostalgia, ao contrário, não se enxerga mais hoje como algo que precisa de *tratamento*.

²²⁶ A canção “Meu primeiro amor”, gravada em 1952 é de autoria de H. Gimenez com versão de José Fortuna e Pinheirinho Jr.

²²⁷ FREIXO, André de Lemos; ABREU, Marcelo Santos de; MATA, Sérgio da. A nostalgia como problema metahistórico: uma introdução. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 23, abril de 2017, p. 139.

Naturalmente que as manifestações sentimentais são contingentes. Ao afirmarmos que a nostalgia provoca uma sensação de melancolia prazerosa estamos qualificando formas de experimentar essa emoção. Iniciamos este capítulo lembrando uma canção que destaca o sofrimento do Eu lírico frente a dor de perder um grande amor, o primeiro de sua vida. A imagem da perda predomina na manifestação da saudade. Ela se mantém pela constante rememoração da coisa perdida, “[...] *na estrada longa da vida/ eu vou chorando a minha dor [...]*”. A experiência nostálgica produz aqui uma forte sensação de passagem do tempo. Por não ser estática ela expõe o afastamento daquilo que se está lembrando, e pela relação estética com o sentimento a possibilidade de alcançar aquilo que é desejado desperta esperança, “[...] *igual a uma borboleta/ vagando triste por sob a flor! [...]*”.

Uma das representações mais belas da saudade parte das românticas e realistas pinceladas do pintor paulista José Ferraz Almeida Júnior (1850-1889). Sua obra *Saudade*, de 1889, retrata com toda sensibilidade e elegância a experiência sentimental que nos é cara. Ambientada em um rústico casebre interiorano, sem luxo ou ornamentos, marcado pelos tijolos quebrados das paredes e o piso surrado pelos pés nervosos que o pressionam diariamente, abriga a figura de uma mulher, que com uma correspondência nas mãos chora a ausência de um ente. Seria este ser oculto o dono do chapéu de palha que aponta para aquele pedaço de papel? As escolhas das cores e o cenário indicam a ambivalência que o sentimento nostálgico provoca. A figura feminina (própria da alegoria da saudade) vestida em tons escuros volta-se para o interior da casa e imediatamente, ao envolver-se em uma echarpe preta, fecha-se em si mesma.

Nesta composição, a saudade é experimentada melancólica e individualmente. Suas costas estão voltadas para o lado de fora da janela, que aberta não apresenta absolutamente nada além da luz branca que ilumina o triste rosto que contempla, por inimagináveis vezes, aquela missiva. No entanto, essa mesma luz e a representação do nada não marca um vazio qualquer. A janela aberta é a possibilidade. O contraste luminoso permite que a escuridão do interior da casa não domine o sentimento melancólico ali latente. A figura feminina quando projeta as suas costas para o lado de fora da casa não se fecha para o futuro, mas deixa um caminho aberto a ele.



Saudade, de José Ferraz Almeida Júnior (1889)

As pesquisas desenvolvidas por Durval Muniz de Albuquerque Junior nos últimos anos têm contribuído para a compreensão das dimensões polivalentes da nostalgia e da saudade. Há de um lado uma perspectiva tradicional e, às vezes, negativa que destaca a saudade, para seguirmos com a expressão mais corriqueira em seus escritos, associada à ideia de perda. Além disso, a ausência, mudanças indesejadas, desaparecimento e distanciamento de algo ou alguém que se tem algum laço afetivo ou existencial também configuram como sinais da saudade. O autor compreende que isso é um forte processo de deterioração subjetiva, da perda de um lugar existencial. A saudade, desta forma, seria a projeção de um lugar ideal de tempo e espaço que antecede seu declínio.²²⁸ De outro lado a saudade pode ser apreendida a partir de formas de representação, e seu valor estético

²²⁸ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas. A vida e o trabalho do poeta e professor português António Corrêa d'Oliveira. **Revista História Hoje**, v.2, n.4, 2013, p. 161.

toma lugar como estratégia política que é evocada justamente para quebrar com discursos e práticas naturalizadas que atreladas ao tradicionalismo supracitado engessa uma visão arcaizante do passado.²²⁹

O autor em dois momentos distintos destaca como a saudade se manifesta como sentimento e como narrativa. Em ambos, Durval Muniz apresenta poetas portugueses que têm a saudade como mote para falar de si, da nação, do passado português, do corpo feminino, da terra perdida, daquilo que poderia ter sido e daquilo que não se é mais. António Corrêa d'Oliveira e Maria Teresa Horta vêm de momentos diferentes da história de Portugal, mas como mantenedores ou desafiadores da tradição cultural do país ibérico que coloca o sentimento nostálgico como marca formadora da identidade do povo, utilizam-se do *topos* para a modulação do tempo.

O poeta e professor António Corrêa d'Oliveira é tido como um pedagogo da saudade lusitana. Afetado por inúmeras perdas ao longo da vida, tais como a fortuna da família, a morte do irmão, o fim da monarquia portuguesa, são alguns dos motivos para que esse intelectual inserisse o peso do passado e suas marcas nostálgicas para restaurar uma dada nação que se transformara e que parecia não se encaixar em seu projeto. Maria Teresa Horta, por outro lado, buscava através de uma poesia feminista, desafiadora e progressista além de romper com uma fórmula poética amarrada no tradicionalismo, chamava a atenção para o corpo da mulher tanto como resistência a uma sociedade submersa em um regime fascista dominado pela figura opressora do homem; assim como era uma redescoberta de si, dos prazeres do sexo para o desejo e para emancipação. O sentimento nostálgico não é apresentado como uma forma de se “voltar ao passado”, como lembrança de um tempo perdido, mas é uma construção retórica daquilo que não era dito, mas que possuía um lugar de latência que deveria ser recuperado.

Esses dois breves exemplos estudados por Durval Muniz apontam para formas de apreender e representar a saudade. O olhar sensível para o tempo cumpre mais de um papel quando os autores expressam através da literatura, de manuais ou pinturas uma visão particular do passado e também do presente, que mais do que descrever seus sentimentos, os usam como discurso estético e político. A partir dessa leitura compreendemos que o sentimento nostálgico embora tenha uma relação íntima com o passado não se prende a ele. Ao contrário do que alguns autores possam defender, a

²²⁹ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Vestida de saudade viva: o sentimento saudoso como tra(d)ição na poesia de Maria Teresa Horta. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 23, n. 35, set. 2016., p. 303.

nostalgia não pode ser encarada como um conceito ahistórico ou anti-moderno. Mesmo quando mantedor ou supostamente restaurador de uma dada tradição, ou rompendo com certas matrizes, ele tem um papel de ação e transformação forte.

A sociedade que se acredita ocidental contemporânea está envolta a um mundo carregado pela industrialização e por modelos de consumo que ditam os ideais de felicidade. O papel da mídia e dos projetos de desenvolvimento capitalista contribuem sobremaneira para a intensificação de um ideal de felicidade a partir de tais modelos. Como condição humana, podemos afirmar, que um dos grandes anseios da humanidade é a busca pela felicidade. Pensadores tais como Friedrich Nietzsche, Sigmund Freud e Hannah Arendt já apontaram para diferentes formas de se alcançá-la, mas essa tarefa é muito mais árdua do que se possa supor em texto de Filosofia ou Teoria da História.

Arendt ocupa-se em compreender diferentes níveis de manifestação da felicidade em momentos de transformações políticas, sociais e temporais que acompanham a modernidade. A felicidade acompanha homens e mulheres como condição humana e está ligada à ação política, ao bem-estar individual e ao prazer. No advento das revoluções francesa e norte-americana, a relação entre a esfera pública e a esfera privada, ainda em processo de distinção, contribuíram para o desenvolvimento do conceito de felicidade para o sujeito moderno. Percebemos que, a partir da análise da autora, havia a possibilidade de se alcançar a felicidade nas duas esferas, mas elas possuíam substâncias diferentes. Alcançar a felicidade no final do século XVIII era também alcançar a liberdade pública ou política.²³⁰ A busca pela felicidade no Iluminismo flutuava entre a manutenção do bem-estar individual que poderia ser obtido apenas no âmbito privado e a participação política na esfera pública.²³¹

Em outra perspectiva, Freud destaca que uma das principais e mais insolúveis inquietações dos seres humanos é sobre a finalidade da vida. A resposta é mais fácil e óbvia, a felicidade. Não obstante, sua manifestação não se dá de forma tão simples e objetiva. Para o psicanalista austríaco, a busca pela felicidade se apresenta em duas vias, uma positiva e outra negativa. Ou seja, ao mesmo tempo o indivíduo busca a vivência de fortes prazeres e também deseja se manter afastado da dor e do desprazer. Freud afirma que aquilo que chamamos de felicidade advém da satisfação repentina de necessidades

²³⁰ ARENDT, Hannah. *Op. Cit.*, p. 99.

²³¹ *Ibidem*, p. 103

que foram ou estão fortemente represadas, e que são possíveis de serem alcançadas apenas de maneira episódica.²³²

Nesta perspectiva, uma vez que a situação desejada pelo princípio do prazer é então alcançada, diz Freud, ela apenas resulta um morno bem-estar. Isso quer dizer que muitas vezes desejamos alcançar um objetivo acreditando que ele é a fonte para a nossa felicidade, seja ele um bem material, uma situação, um encontro afetivo. No entanto, uma vez esse objetivo atingido a felicidade é liberada em seu estado máximo por apenas um curto e determinado momento. Talvez não seja inoportuno recuperar aqui a imagem do velho Kramer, que se apaixonou pela corista Olga, e passava em frente à casa da amada todas as manhãs, mas nunca se encontravam. No fundo, Kramer sabia que se um dia se deitasse com Olga o seu sonho terminaria.²³³ Atrevemo-nos a completar essa elegante proposição de Hilda Hilst. Não apenas o sonho de Kramer terminaria com o suposto encontro, como, sob a perspectiva freudiana, a felicidade do ato seria meramente efêmera.

Freud ainda afirma que a própria constituição humana restringe a felicidade, e que experimentar, ao contrário, a infelicidade é bem menos difícil. Dessa maneira, a iminência do sofrimento nos afeta em três instâncias: pelo corpo, pelo mundo externo da natureza e pelas relações sociais com outros seres humanos. Os indivíduos constantemente lutando contra um desses fatores, ou contra os três ao mesmo tempo para tentar evitar a ampliação da fonte do desprazer. Para Freud, o programa de ser feliz imposto através do princípio do prazer é irrealizável, mas ao mesmo tempo nos é vetado o abandono dos esforços para tornar menos distante essa realização.²³⁴ Além disso, as próprias convenções sociais e culturais das ditas sociedades civilizadas impõem barreiras para o alcance pleno da felicidade.

A terceira perspectiva sobre a felicidade que queremos destacar aqui advém da leitura que Nietzsche elabora sobre o pensamento histórico. A felicidade, neste caso, também é uma máxima que os seres humanos buscam alcançar e, também, apresenta as suas dificuldades. Em última instância, a felicidade se manifesta a partir da capacidade que temos de nos relacionar com o esquecimento. Esta faculdade própria do humano é um modulador entre tempo e sentimento. O autor ressalta o movimento de se produzir lembrança e encaminhar para a produção, conseqüentemente, de esquecimento gera a

²³² FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 29-31.

²³³ HILST, Hilda. **Estar sendo. Ter sido**. São Paulo: Globo, 2006, p. 51.

²³⁴ FREUD, Sigmund. *Op. Cit.*, p. 40.

felicidade. Isso está intimamente ligado à condição de se pensar e viver historicamente. A busca pela felicidade é o que faz, segundo Nietzsche, com que o vivente continue atrelado à vida.²³⁵ Ainda, agindo contra a efemeridade, a felicidade por menor que seja, mas constante, é melhor do que um pico exacerbado de felicidade que se esgote em um instante.

A faculdade de esquecer é um dos fatores, novamente, primordiais para se alcançar a felicidade. Nietzsche cria a imagem de um homem qualquer, que supostamente não possui a capacidade de esquecer. Lembraria, dessa forma, de tudo. Segundo o autor, esse homem perderia em um dado momento a sua crença em si mesmo, perderia a capacidade de acreditar no seu vir-a-ser. Essa suposição nos faz lembrar imediatamente de Funes, o memorioso. No conto de Jorge Luis Borges nos deparamos com a história de um jovem rapaz chamado Funes. Habitante da charmosa Fray Bentos, no Uruguai, o rapaz possuía a incrível habilidade de sempre saber a hora certa sem precisar do auxílio de relógios. Isso já seria impressionante se não fosse por um acidente de cavalo que o deixou paraplégico. Funes passou a se lembrar de tudo, desde os mais insignificantes detalhes. Podia descrever com perfeição formatos de nuvens e compará-las com as dobras de páginas de algum livro, reconhecer cada folha de uma árvore, nominar cada imagem produzida pelo movimento de um cachorro. Habilidade esta que o prendia em uma dolorosa e solitária vida, em que a incapacidade de esquecer limitava profundamente a sua capacidade de abstrair, de generalizar e de pensar.²³⁶ Ao seguirmos na perspectiva de Nietzsche, o excesso de história, e por que não memória, o homem deixa de ser homem. Funes perdeu a sua capacidade de viver, à força da necessidade, ahistoricamente.²³⁷

Assim compreendemos que a busca pela felicidade e as definições de sua manifestação perpassa por níveis diferentes da existência humana. Manifestar esse sentimento pode ser ao mesmo tempo um ato político – direto ou indireto -, um conflito físico, psicológico, natural e social, bem como temporal. Nos três exemplos supracitados podemos perceber que a manifestação da felicidade, como sentimento, não é exclusivamente subjetiva. Separar as emoções da racionalidade é negligenciar os complexos entrelaçamentos cotidianos entre essas duas esferas da existência humana, e não percebemos, ou fingimos não perceber, que todo sistema racional possui uma base

²³⁵ NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 9.

²³⁶ BORGES, Jorge Luis. Funes, el memorioso. **Petrotecnica**, pp. 94-96, junio 2004.

²³⁷ NIETZSCHE, Friedrich. *Op. Cit.*, p. 11

emocional.²³⁸ As emoções, evidentemente, não podem ser mensuradas, mas podem ser incorporadas em conjuntos de explicações de comportamentos e eventos. Ela nos incita a debruçar sobre o espectro do comportamento humano. Isso significa que é possível verificar manifestações e prevalências de diferentes emoções em distintos locais e épocas.

As emoções possuem história. Como apontado por Rob Boddice, elas não são apenas brilhos de uma longa narrativa que se desenvolve a partir de escolhas racionais, ou que são meramente efeitos de história. Elas têm um lugar significativo que se agrupou com a razão e a sensação no processo constitutivo da história.²³⁹ Embora não seja um debate inédito, o problema das emoções sempre gerou pouco eco entre os historiadores. Boddice sugere que um certo desconforto pairava entre os profissionais da história quando se deparavam com as emoções, e o questionamento se elas seriam encontradas na natureza ou eram nutridas na cultura era inevitável.

Falar das emoções parecia ser um problema quase exclusivo da psicologia, com as devidas interferências da antropologia e até da neurociência. Não obstante, essa questão não deixa de ser, em hipótese alguma, polêmica. Na perspectiva psicologizante, os estudos sobre história das emoções ainda têm girado em torno de um clássico estudo de Paul Ekman, onde o pesquisador propõe que as emoções são universais e que podem ser evidenciadas através de comportamentos faciais específicos. Assim, Ekman apresentou uma série de imagens para membros da cultura Fore, na Nova Guiné, e cada uma delas com representação de pessoas expressando facialmente uma emoção. Os participantes do experimento, então, deveriam identificar qual a emoção estava ali representada. Com isso, o psicólogo conseguiria identificar a universalidade das emoções.²⁴⁰

No entanto, esse método, por mais que ainda seja fortemente recuperado, apresenta controvérsias. Outras áreas de pesquisa, como a neurologia e a genética também ocupam, de alguma forma, em estudar as emoções, e nem sempre apresentam algo em comum, mas, segundo Barbara H. Rosenwein, quase todos esses estudos tendem a ser “presentistas”, sugerindo que as emoções são atemporais, ou seja, as emoções de hoje

²³⁸ MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 15.

²³⁹ BODDICE, Rob. The History of Emotions: Past, Present, Future. **Revista de Estudos Sociais** 62: 10-15, 2017, p. 11.

²⁴⁰ FRIESEN, Wallace V. Constants across cultures in the face and emotion. **Journal of Personality and Social Psychology**, vol. 17, n. 2, 124-129, 1971,

seriam as emoções do passado e continuarão sendo as do futuro.²⁴¹ A autora diz que os psicólogos evolucionistas poderiam refutar essa visão presentista, mas não o fazem. Para esses pesquisadores, segue, a mente humana funciona como uma máquina de processamento que foi projetada para solucionar problemas adaptativos ao longo do processo de evolução, e que está inserida na mente humana desde, ao menos, a era paleolítica.²⁴²

Segundo Rosenwein, há uma série de estudiosos que confrontam essas duas vertentes criticando os experimentos dos psicólogos e as suposições dos evolucionistas que produziram, segundo ela, essas explicações universalistas e presentistas. Uma das críticas aos testes de Ekman é sobre a forma que as perguntas foram conduzidas ao expor as imagens aos participantes. Antes da indicação de qual emoção a foto representava, os assistentes de Ekman davam uma breve descrição do que estaria acontecendo com a pessoa no momento do clique da foto. As respostas eram então influenciadas por esse breve relato. Estava-se, assim, muito mais respondendo a uma situação do que expressando, necessariamente, uma emoção. Além disso, as fotos não eram “naturais”, o que evidenciava uma forte artificialização da suposta emoção.²⁴³

A autora argumenta que a evolução das emoções humanas nada tem a ver com os genes, e está em constante processo adaptativo. As emoções podem mudar ao longo do tempo e a sua história é tão possível quanto necessária para a compreensão da condição humana.²⁴⁴ Para Boddice, defrontar com esse tema nos impõe algumas cautelas. O primeiro passo que devemos dar ao falar das emoções é propor, inicialmente, sua generalização. Definir que as experiências sensíveis são iguais e se repetem universalmente nem sempre, ou poucas vezes, dará a dimensão do que é a emoção. Traduzir e tentar recuperar as experiências linguísticas mais diversas para compor um grande quadro implica no risco de anacronismos, aqui visto como negativo, e simplificações.²⁴⁵

A história das emoções como campo de investigação não pode ser reduzida à história *sobre* emoções. Ela deve evitar, ou rejeitar, qualquer experiência psicologista que

²⁴¹ ROSENWEIN, Barbara H. Problems and Methods in the History of Emotions. **Passions in Context I** (1/2010) p. 4.

²⁴² *Ibidem*, p. 7.

²⁴³ *Idem*.

²⁴⁴ *Ibidem*, p. 8.

²⁴⁵ BODDICE, Rob. *Op. Cit.*, p. 11.

essencialize o que as emoções não são.²⁴⁶ Desse modo, argumenta Rosenwein, ao trabalharmos com as emoções devemos fazê-lo a partir de certo construcionismo social, que sugere que as emoções, como são experimentadas, expressadas e interpretadas, são moduladas pelas sociedades que estão inseridas. Diferentes culturas podem encabeçar diferentes avaliações emocionais.

Emotional communities are largely the same as social communities—families, neighborhoods, syndicates, academic institutions, monasteries, factories, platoons, princely courts. But the researcher looking at them seeks above all to uncover systems of feeling, to establish what these communities (and the individuals within them) define and assess as valuable or harmful to them (for it is about such things that people express emotions); the emotions that they value, devalue, or ignore; the nature of the affective bonds between people that they recognize; and the modes of emotional expression that they expect, encourage, tolerate, and deplore.²⁴⁷

Boddice afirma que a categoria “emoção” é escorregadia. A modernidade ao tentar qualificar, medir e materializar as emoções transformaram entendimentos científicos sobre o que eram as emoções e como elas funcionavam. O autor ainda fornece uma definição sofisticada para as emoções ou, ao menos, para seu estado quando diz que as emoções são praticadas de acordo com a relação dinâmica no âmbito de uma epistemologia que a emoção pertence. As emoções seriam parte da história biocultural do ser humano.

The biocultural turn conceptualises human culture, in all its infinite varieties and materialities, as part of the natural and exaptive evolution of the species in its environment. It has become meaningless to talk of affects that are, as it were, “natural,” and of “emotions” as phenomena limited to that which is consciously self-managed. There is no reason to think that phenomena that appear “as if” automatic, to borrow Sara Ahmed’s formulation, take place outside of a cultural framework [...]. Even if it were possible to conceive of such automaticity in the human body outside of a cultural context, it would be impossible to find such a human body. This observation throws open the scope of the history of emotions and points it in the direction of experience more broadly conceived. We cannot simply analyse conventions of expression in historical context and avoid the conclusion that, in documenting the historicity of gesture and utterance, we are also historicizing the experience of gesturing and uttering. We cannot simply analyse those emotional experiences — however dynamically they involve body and context— that we are conscious of, without also acknowledging that such emotive processes are running in the background. Our bioculturality does not afford us a “natural” realm to which to refer automatic processes.²⁴⁸

²⁴⁶ *Idem.*

²⁴⁷ ROSENWEIN, Barbara H. *Op. Cit.*, p. 10.

²⁴⁸ BODDICE, Rob. *Op. Cit.*, p. 11.

O autor propõe para que a história das emoções funcione, devemos eliminar o dualismo natureza/cultura. Assim, afirmar simplesmente que as emoções mudam ao longo do tempo não corresponde com a ideia de que as emoções transcendam manifestações básicas. Ainda é notável que haja uma virada social no olhar da neurociência que leva em consideração que em um contexto de mudanças a expressão emocional e sua qualidade se alteram. Para Boddice, dizer que as emoções são manifestações naturais ou fenômenos conscientemente autogerenciados não produz mais efeito. Em uma esfera cultural, os fenômenos não acontecem de forma autônoma. Tratar da história das emoções é se deparar com a historicidade da experiência humana.²⁴⁹

As emoções podem se manifestar, como observou Freud, de maneira física, o que se associa com determinadas condutas, e do ponto de vista analítico o historiador precisa ficar atento a uma investigação mais profunda de vocabulário e gestos de emoções em particular.²⁵⁰ Uma das formas de elucidar as emoções é, na perspectiva de Theodore Zeldin, descompondo-as em elementos que as configura, e usar isso como ferramentas para um tipo individual de exploração histórica.

Uma das maneiras de realizar uma “exploração histórica” das emoções a partir de sua decomposição é lançar olhos à sua dimensão temporal. Mais do que isso, talvez seja melhor pensar na associação entre as emoções e a temporalidade. Com isso, nossos esforços investigativos abre um leque de possibilidades, ao passo que exige certas restrições. Procuraremos demonstrar nesta tese tal associação através do estudo da História da Historiografia. Esta subdisciplina tem ocupado um importante espaço entre as pesquisas historiográficas no Brasil. Como aponta Valdei Lopes de Araujo, além da busca em demonstrar o seu potencial de autonomia no ponto de vista metodológico, a disciplina tem ainda outro desafio, o de dimensionar os fenômenos que lhe são próprios,²⁵¹ tal qual a historicidade, entendida aqui como “a estrutura do acontecer humano, ou a *temporalização da temporalidade*”.²⁵²

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 12-13.

²⁵⁰ ZELDIN, Theodore. História Pessoal e História das Emoções. **História: Questões & Debates**, Curitiba, 12(22-13): p. 39-40, jun-dez.-1991.

²⁵¹ ARAUJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, n. 12, agosto de 2013, p. 36.

²⁵² *Ibidem*, p. 39.

O autor parte das proposições heideggerianas sobre o fenômeno da temporalidade e a relação do ser humano com o tempo para pensar em uma atuação da disciplina que não se encerre em uma autorreflexão do campo ou na descrição do fazer historiográfico. Esse olhar metodologicamente orientado para a temporalidade é denominado *analítica da historicidade*. Os seres humanos são dotados de experiências que perpassam por todas as esferas temporais. Nos relacionamos com a história e desenvolvemos nossas identidades não como simplesmente seres inseridos “no tempo”, mas sim como seres que constitui e é constituído por ele.

Visto desta forma, propor uma historiografia analítica é pensar em formas diferenciadas de acessar o passado e compreender as possíveis experiências históricas atingidas pelas investigações das formas de continuidade e descontinuidade. Não se trata um olhar para as narrativas do passado e ordená-las no tempo e no espaço, mas de compreender as transformações do tempo em tempo histórico.²⁵³ A relação entre tempo e as emoções nos é caro na medida em que estas possuem uma natureza semelhante na composição do ser humano e têm elas mesmas sua historicidade. Nosso interesse, portanto, não é apenas compreender a sua historicidade e as suas transformações no tempo, embora isso seja inevitável, mas é de demonstrar que as emoções podem também compor o tempo. Essa composição, no entanto, não se dá apenas pela vivência, mas, sobretudo, pela narrativa. Destacaremos *saudade* e *nostalgia* como tipos de emoções que possuem uma relação íntima com o tempo e com a história.

Em muitas interpretações a saudade é atrelada diretamente à ideia de perda, de ausência, de mudanças não desejadas. Se manifesta a partir do desaparecimento e distanciamento de algo ou alguém em que se tenha algum laço afetivo. Durval Muniz entende que este é um processo de deteriorização subjetiva, de perda de um lugar existencial e projeta a construção de um lugar ideal de tempo e espaço que antecede seu declínio.²⁵⁴ A saudade pode ser considerada uma experiência universal, mas não arriscamos em afirmar que é meta-histórica, que envolve duração, demarcação e consciência de tempo e distância concretizada no sentir falta ou tristeza pela ausência.²⁵⁵

²⁵³ *Ibidem*, p. 41.

²⁵⁴ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas. A vida e o trabalho do poeta e professor português António Corrêa d'Oliveira. **Revista História Hoje**, v.2, n.4, 2013, p. 161.

²⁵⁵ TRUZZI, Oswaldo; MATOS, Maria Izilda. Saudades: sensibilidades no epistolário de e/imigrantes portugueses (Portugal-Brasil 1890-1930). **Revista Brasileira de História**, vol. 35, n. 70, 2015, p. 265.

No entanto, embora não seja um argumento novo, queremos destacar que há dimensões da saudade que carregam positividade tanto em vivência quanto em narrativa. Dessa maneira, Roberto DaMatta nos ajuda a pensar a saudade como um constructo social e ideológico, que mobilizada como uma categoria de pensamento e ação possui em si uma capacidade performativa.²⁵⁶ Para o antropólogo, a saudade não é uma categoria que se possa explicar através de imposições e negociações que se cristalizam em uma linguagem e memória coletiva como uma espécie de reflexo empírico da perda. Ela, na verdade, é uma categoria do espírito humano que manifesta estruturas de valores e ideologia.

Lendo, pois, a *saudade* como categorial social, começamos a perceber que ela é a expressão de uma concepção social, começamos a perceber que ela é a expressão de uma concepção específica de tempo. Entretanto, mais do que ser uma forma de estabelecer sulcos externos ou descontinuidades na duração infinita e contínua que nos envolve, como fazem os ponteiros de um relógio ou as folhas de um calendário, a saudade fala do *tempo por dentro*. Da temporalidade como experiência vivida e reversível que cristaliza uma dada qualidade. Assim, pela saudade, podemos invocar e dialogar com pedaços do tempo e, assim fazendo, trazer os momentos especiais e desejados de volta. Por isso a saudade exprime igualmente como duração que pode ser (re)vivida e (re)experimentada generosa e positivamente. Com isso a saudade acena para uma percepção do tempo como experiência interna, dentro de uma hermenêutica social balizada que passa de geração para geração.²⁵⁷

Ao assumirmos, portanto, a dimensão temporal da saudade como objeto de análise, será necessário definir pontos de leitura que clarificarão nossa hipótese acerca dos usos das emoções como moduladores do tempo e motivação historiográfica. A saudade em alguns momentos se confundirá com outra categoria que mobilizaremos ao longo do texto para tratarmos dessa sensibilidade, ou seja, a já mencionada nostalgia. Não entendemos saudade e nostalgia como sendo a mesma coisa, mas partimos da ideia de que a nostalgia carrega uma força narrativa que permite uma maior decomposição de sua estrutura, a saudade aparece como uma de suas dimensões. A literatura que trata dessas duas categorias poucas vezes as distinguem. Nem é nossa intenção aqui fazer uma diferenciação entre elas, ao mesmo tempo em que trataremos de coisas radicalmente distintas.

²⁵⁶ DAMATTA, Roberto. **Conta de Mentiroso**: sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. p. 19.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 22. (grifos do autor)

Como uma condição humana, a nostalgia é um elemento que acompanha as transformações da modernidade. Ela faz parte de um repertório básico de experiências.²⁵⁸ Como conceito forte, seja por tradição seja por um tempo que não existe mais ou nunca existiu,²⁵⁹ ela possui a capacidade de modular memórias individuais e coletivas.²⁶⁰ A nostalgia por muito foi entendida como um sintoma ou causa de buracos entre significantes e significados, uma doença que passou do estágio físico para o social e se transformou em, numa análise conservadora, uma abdicação da memória, um desejo inútil por um mundo ou um modo de vida do qual alguém é irrevogavelmente separado.²⁶¹

O neologismo nostalgia, criado por Johanes Hofer em sua tese de medicina *Dissertatio medica de nostalgia*, publicada em 1688, une duas raízes gregas: *nostos* (voltar à casa) e *algia* (anseio). Esse desejo de voltar para casa ao longo de sua história passou por diversos usos e significados, de doença com grande impacto físico no ser humano a um uso político anti-histórico. A tese de Hofer, e aqui muito reduzida, recaía na hipótese dos soldados suíços que serviam em terras estrangeiras sofreram de uma doença melancólica atribuída à saudade da terra natal. Uma doença da memória que trazia para o corpo a aversão aos costumes estrangeiros, propensão ao isolamento, notável senso de injustiça, frustrações, e uma série de outros sintomas.²⁶² Uma doença que supostamente afligia apenas soldados suíços também pode ser identificada em outros contextos, inclusive não europeu.

Já no século XIX, Joaquim Manuel de Macedo apresentava sua tese de medicina intitulada *Considerações sobre a nostalgia*, de 1844. Em seu ensaio, que parece mais apresentar o histórico e os principais sintomas da doença do que propor tratamentos mais complexos, Macedo pondera que a nostalgia não era comum entre os brasileiros uma vez que a jovem nação não dispunha de soldados em *fronts* externos. Assim, os sintomas

²⁵⁸ FREIXO, André de Lemos; ABREU, Marcelo Santos de; MATA, Sérgio da. A nostalgia como problema metahistórico: uma introdução. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 23, abril de 2017, p. 139.

²⁵⁹ BOYM, Svetlana. Mal-estar na nostalgia. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n.23, abril de 2017, p. 153.

²⁶⁰ SCANLAN, Sean. Introduction: Nostalgia. **Iowa Journal of Cultural Studies** 5 (2004), p. 3-4.

²⁶¹ STAROBINSKI, Jean. The idea of nostalgia. **Diogenes** 54, Summer 1966, p. 101.

²⁶² DIEGO, Feliberto Fuentesnebro de; OTS, Carmen Valiente. Nostalgia: a conceptual history. **History of Psychiatry**. Vol. 25(4), 2014, p. 405.

coletivos eram incomuns. No entanto, entre os negros africanos os diagnósticos eram mais visíveis, principalmente naqueles que tinham suas chegadas recentes ao país.²⁶³

A tese de Macedo revela uma outra leitura para a nostalgia que estava diretamente ligada ao Romantismo: o fenômeno filosófico da nostalgia. Essa virada, que embora não se afastasse completamente dos preceitos médicos apresentados no século XVII, já apontava para uma ressignificação da relação entre nostalgia e a história. Entre os estudiosos do conceito em questão, foi Jean Jacques Rousseau que abriu o caminho para essa nova forma de pensar a nostalgia, mesmo não usando o termo, quando inclui em seu *Dicionário de Música*, de 1767, o estudo sobre o *ranz des vaches*. Esse gênero musical, segundo Rousseau, amado pelos suíços, era proibido de ser executado para as tropas sob pena de morte. Ele despertava forte emoção que levava os soldados às lágrimas, desejo de deserção ou até mesmo à morte. Como observa Rousseau, esses efeitos são nulos aos estrangeiros e seria vã a tentativa de se localizar o acento energético para descobrir as causas que produziam tais efeitos. A hipótese que o filósofo levanta é que o *ranz des vaches* não surtia efeito em “outros”, pois tais propriedades não eram da música em si, mas sim um sinal memorativo que despertava emoções daqueles que estavam intimamente ligados à terra pátria, a Suíça nesse caso.²⁶⁴

Para Niels Feurhahn, Rousseau além de desnacionalizar ele desnatura a nostalgia. Nessa perspectiva, ela passa a ser mais um distúrbio psicológico do que físico propriamente. A ela, segundo o filósofo iluminista, não deveria ser atribuída uma característica natural, mas sim entendida como uma característica de enculturação. O nostálgico está longe da pátria e é atormentado pela sua memória com certa faculdade mental que armazena imagens, e que ao mesmo tempo se remete ao passado, mas não o representa como tal.²⁶⁵ Ao longo dos séculos XVII e XIX a noção de nostalgia passou por transformações significativas. Ao ser cada vez mais associada às emoções, à uma era de sensibilidade, o conceito se aproximou da visão de mundo romântica.²⁶⁶

Das transformações e usos do conceito de nostalgia, o que mais nos chama atenção, e recai para as disputas contemporâneas acerca de sua definição, é a nostalgia

²⁶³ MACEDO, Joaquim Manuel de. **Considerações Sobre a Nostalgia**; estabelecimento do texto: Ronald Polito; posfácio e notas: Myriam Bahia Lopes e Ronald Polito. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 51.

²⁶⁴ ROUSSEAU, Jean Jacques. **A Complete Dictionary of Music**, trans. William Waring. 2nd edn. Dublin: Luke White, 1779, p. 266-267.

²⁶⁵ FEUERHAHN, Niels. **Nostalgia and the Displacement of Identity: A Time-Based Analysis of the Unheimlichkeit of Nostalgia** (PhD Thesis). Guelph: University of Guelph, 2015, p. 9-10.

²⁶⁶ DIEGO, Feliberto Fuentes de; OTS, Carmen Valiente. *Op. Cit.*, p. 408.

como um problema de ordem política e histórica. Marcos Piason Natali compreende a nostalgia como um movimento que por vezes se mostra anti-histórico, indo na direção contrária à modernidade. Ele entende que foi na promessa de futuro e na compreensão da irreversibilidade do tempo que a nostalgia pode ser vista como prejudicial ao bem-estar dos indivíduos e das coletividades. Seria, portanto, com a consolidação da historiografia como gênero dominante de representação do passado que a nostalgia pode ser censurada devido as suas imprecisões.²⁶⁷ Essa visão negativa acerca da nostalgia possui seus pontos necessários de divergência. Em um futuro aparentemente cada vez mais catastrófico o estudo sobre a nostalgia e sua capacidade de modulação do tempo nos parece urgente. Entendemos que a sua estrutura é complexa e atende dimensões que variam de doença cerebral e desespero sobre passados perdidos à elevação de conceituais de emoção positiva e de felicidade.²⁶⁸

Dessa maneira, nossas investigações procuram estabelecer uma relação com a nostalgia que evidencia suas características políticas e estéticas como prerrogativas emocionais para se representar e modular o tempo. A concepção trabalhada por Svetlana Boym nos é cara nesse sentido. A nostalgia, mais do que uma expressão de saudade, configura-se como chave para compreender o tempo e o espaço,²⁶⁹ podendo evidenciar e provocar distâncias. Como ato de sensibilidade podemos esperar certas contradições. Uma delas é que mesmo dotando a ideia de nostalgia como um sintoma da modernidade, ela também exalta certas quebras de concepções fechadas de tempo. Voltando-se simultaneamente para o futuro e para o passado, a nostalgia é o anseio por um tempo diferente, não necessariamente a saudade de um lugar, como a etimologia da palavra supõe. Isso a torna complexa na medida em que podemos entendê-la não somente como um apoio sentimental para algo depositado no passado e que não se pode mais ter acesso, mas também como artifício que pode gerar sensações de presença através das possibilidades do ter sido.

O perigo da nostalgia é que ela tende a confundir o verdadeiro lar com aquele imaginado. Em casos extremos ela pode criar uma terra natal fantasma, em nome da qual alguém está pronto a morrer ou a matar. A nostalgia irrefletida

²⁶⁷ NATALI, Marcos Piason. **A política da nostalgia**: Um estudo das formas do passado. São Paulo: Nankin, 2006, p. 68.

²⁶⁸ SEDIKIDES, Constantine; WILDSCHUT, Tim; BADEN, Denise. “Nostalgia: Conceptual Issues and Existential Functions”. In: GREENBERG, Jeff; KOOLE, Sander; PYSZCZYNSKI, Tom (eds.). **Handbook of Experimental Existential Psychology**. New York: Guilford, 2004, p. 200–214.

²⁶⁹ BOYM, Svetlana. *Op. Cit.*, p. 154.

pode gerar monstros. Contudo, o sentimento propriamente, a dor do deslocamento e da irreversibilidade temporal, está no cerne mesmo da condição moderna. Ao reclamar uma pátria pura e limpa, a política da nostalgia comumente produz um híbrido “glocal” de capitalismo e fundamentalismo religioso ou de estado corporativo e patriotismo eurásico. A mistura de nostalgia e política pode ser explosiva²⁷⁰.

Boym caracteriza dois tipos básicos de nostalgia: a restauradora e a reflexiva. De acordo com a autora, a nostalgia restauradora não se percebe como nostalgia, mas como verdade e tradição. Busca, quase melancolicamente, o retorno a um original que ao mesmo tempo está distante e é recuperável. A nostalgia reflexiva, por sua vez, coloca em dúvida a verdade absoluta dando espaço para o pertencimento e saudade humanos, não se desviando das contradições da modernidade. Ponto que nos parece fundamental acerca da nostalgia reflexiva é a sua forte preocupação com o tempo histórico, com a irrevogabilidade do passado e da finitude humana.²⁷¹ Embora seja possível a sobreposição, em momentos chave, desses dois tipos de nostalgia, nosso trabalho se interessa, principalmente, com a reflexiva, pois, entendemos que a partir de sua mobilidade, e aqui projetamo-nos para o final do Oitocentos brasileiro, o passado poderia ser ressignificado.

4.2. A última flor do império: Joaquim Nabuco entre a política e a sensibilidade

Se foi necessário abrir o primeiro capítulo de nossa tese com a incansável memória sobre Massangana, onde se evidencia a mais sensível representação da experiência vivida²⁷² de Nabuco, essa seção também se inicia com um texto emblemático de *Minha Formação*, que contribui para a compreensão da virada romântica que identificamos no memorialista pernambucano:

Por onde quer, entretanto, que eu andasse e quaisquer que fossem as influências de país, sociedade, arte, autores, exercidas sobre mim, eu fui sempre interiormente trabalhado por outra ação mais poderosa, que, apesar, em certo sentido, de estranha, parecia operar sobre mim de dentro, do fundo hereditário, e por meio dos melhores impulsos do coração. Essa influência, sempre presente por mais longe que eu me achasse dela, domina e modifica todas as outras, que invariavelmente lhe ficam subordinadas. É aqui o momento de falar dela, porque não foi uma influência propriamente da infância nem do primeiro verdor da mocidade, mas do crescente e amadurecimento do

²⁷⁰ *Ibidem*, p. 155.

²⁷¹ *Ibidem*, p. 159-161.

²⁷² BOSI, Alfredo. Joaquim Nabuco memorialista. *Estudos Avançados* 24 (60), 2010, p. 87.

espírito, e destinada a aumentar cada vez mais como tempo e a não atingir todo o seu desenvolvimento senão quando póstuma. Essa influência foi a que exerceu meu pai...²⁷³

A figura referencial passa da madrinha-mãe para o pai, antes ausente, que se torna o seu baluarte político. O conselheiro Nabuco de Araújo, na visão do filho, era o mais proeminente fruto do gabinete da *Conciliação*. Tido por Joaquim Nabuco como um período de verdadeira busca por paz e tranquilidade no Império, marcando o fim da era das revoluções a partir do fracasso da Praieira. A instabilidade no Brasil, acentuada durante a Regência parecia estar, no período da Conciliação, cada vez mais próximo de ceder espaço para um cenário de ordem. Foi um momento de renovação política que alavancaria o país para um outro estágio civilizatório.

Com tudo isso, foi visivelmente uma época de renascimento, de expansão, de recomeço, em que se renovou o antigo sistema político decrépito, em que se criou o aparelho moderno de governo, e se dilatou extensivamente, não para a classe política somente, mas para todas as classes, o horizonte que as comprimia.²⁷⁴

Para o autor de *Um Estadista do Império*, Nabuco de Araújo carregava, naturalmente, as melhores condições de pautar para o país uma agenda que, patriótica, daria as condições do Brasil adentrar na modernidade que a década de 1850 pleiteava. Destacava-se pela habilidade de “*adaptar os meios aos fins*” sem deixar que os interesses de qualquer doutrina ou inspiração ideológica se sobrepusesse aos interesses do povo. O tom laudatório que lançado ao pai expõe uma figura quase infalível, que uma vez predestinada possuía todas as faculdades necessárias para o equilíbrio da monarquia. O autor ao redigir tanto a biografia do pai, quanto as suas próprias memórias não abandonara, embora pareça querer demonstrar o contrário, suas características pretensiosamente aristocráticas.

Havia por detrás da biografia de Nabuco de Araújo um projeto. Não se tratava apenas de dar luz aos espólios do pai, mas organizar uma narrativa que orientasse uma postura política diante da nova condição do país. *Um Estadista do Império* já em seu momento de publicação chamava a atenção não para a biografia em si, mas pelo uso histórico (e historiográfico) daquele personagem como mote para se falar da história do

²⁷³ NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*, p. 149.

²⁷⁴ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Volume I. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949. p. 178.

segundo reinado.²⁷⁵ Esta obra marca em sua trajetória política o peso de seu monarquismo. Esta instituição não era apenas uma forma de governo, mas um imprescindível fator identitário. Defender a monarquia era defender as bases que sustentava a nação, ou ao menos a nação que ele desejava. A partir do momento em que o regime imperial mostrou-se inconsistente, a república pode repousar os seus tentáculos.²⁷⁶ Assim, sua identidade, seu monarquismo e posicionamento aristocrático lançavam ao pai não apenas a constatação da proeminência de sua figura como político, mas também a ambição de preservar tal condição no seio da família.²⁷⁷

Família essa que Joaquim Nabuco ousou formar apenas em 1889, ano da proclamação da República. Esse novo fato político o pegara em um momento de felicidade, que unia tanto a nova fase pessoal quanto aos ganhos que obtivera com a desejada abolição da escravatura. O turbilhão de acontecimentos instaurava uma certa crise temporal. A República, grosso modo, oferecia a ruptura com um tempo que parecia cada vez mais distante da realidade social do país. Esse distanciamento, como vimos no capítulo anterior, também atrelado à manutenção do *status quo* institucional e personalista. Dessa forma, seria lícito se manter na vida pública diante de um fenômeno que não atingia somente o setor administrativo do Estado, mas com toda uma ordem sociocultural. Para os seus correligionários sim, para ele não necessariamente. Aderir a República era ir de encontro a um projeto histórico, da manutenção de uma visão de mundo e de país bastante particular. O estrato temporal também não mudara imediatamente. A Monarquia que, simbolicamente, já se transformava em passado, mantinha-se viva no presente de Nabuco.

Eu sei que em política razões excelentes para se sustentar o que existe podem não servir para querer voltar ao passado. Há mesmo sempre a questão de saber até que ponto instituições podem ser consertadas. Compreendo que muitos dos que sustentavam a monarquia somente por motivos empíricos, por tradição histórica, por gratidão nacional, achem hoje alguma razão para serem republicanos. Do mesmo modo não me admiraria ver com tendências monárquicas muitos dos que esperavam outra coisa da república, ou que eram republicanos porque tanta gente era monarquista. Todos os dias vê-se algum antigo personagem monárquico procurando convencer-se pela imprensa de que não deixou de ser leal, agradecido, e coerente, seguindo a nova bandeira. A monarquia estava nos últimos tempos na posição do paganismo no século IV:

²⁷⁵ SANTOS, J. dos. *Chronica litteraria. A Notícia*. Rio de Janeiro, n. 235, 4 de outubro de 1899, p. 2. Disponível em: <http://tiny.cc/42updz>. Acesso: 25/09/2019.

²⁷⁶ SOUZA, Ricardo Luiz de. Tradição, identidade nacional e modernidade em Joaquim Nabuco. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, jan./dez. 2004, p. 321-322.

²⁷⁷ NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*, p. 154.

era uma crença da qual se podia ainda fazer profissão e tirar vantagens temporais, mas que ninguém mais tinha. Nem a posse dos mais altos cargos, nem o uso dos títulos, nem a convivência do paço, queria dizer convicção monárquica.²⁷⁸

No capítulo “Meu pai”, que integra o livro *Minha Formação*, Nabuco reserva a maior parte do espaço para destacar os feitos do ex-ministro da justiça no gabinete Paraná. Não obstante, reserva um momento confessional e sensível onde se dedica a descrever a forte influência do conselheiro Nabuco de Araújo em sua trajetória. É notável que, embora tenha “conhecido” o pai apenas aos 8 anos de idade, e não ter crescido tão próximo assim dele, a forma com que Joaquim Nabuco descreve essa relação, por ora quase unilateral, lapidando uma aproximação empática com aquele sujeito, deixando o suposto afastamento, como biógrafo, em outra esfera. Durante a sua juventude, para construir esse distanciamento, faltaram-lhe as faculdades ou a maturidade para isso. Porém, com o passar dos anos essa relação ficou notadamente mudada. Joaquim Nabuco, então, criava diferentes referências sobre a mesma pessoa, isto é, o homem e o estadista. Essa figura se misturava em uma imagem nostálgica onde, mais uma vez, a casa se manifestava como um poderoso lugar de memória.²⁷⁹

Era na casa do Flamengo que conseguia congregiar nomes de políticos pernambucanos e da corte. Era um ambiente que se sentia à vontade e na intimidade do lar, no ponto de vista de Joaquim Nabuco, poderia pôr em prática todo labor de uma vida totalmente dedicada ao trabalho e a política, sem deixar - em algum momento - de estar próximo à família. A imagem do homem de poucos vícios, exceto o de trabalhar exaustivamente, que tinha como raro momento de lazer o caminho de carruagem da casa até o Senado, é evocada como virtude e modelo ideal de conduta, ao menos para o filho, que se lamentava por não ter se saturado da presença e ensinamentos do pai.²⁸⁰ O Joaquim Nabuco experiente se confronta com o jovem, que no ímpeto de independência intelectual se descolou do pai, mas que já em idade avançada mergulhava na nostalgia de uma convivência fragmentada.

Feito este ato de constrição pelo que deixei de aproveitar dele para minha própria formação e pelo que deixei perder ao seu espólio intelectual, a verdade

²⁷⁸ NABUCO, Joaquim. **Porque continuo a ser monarquista**. Londres: Abraham Kingdom & Newnham, Impresores, p. 1890, p. 3-4.

²⁷⁹ Cf. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

²⁸⁰ NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**, p. 157.

é que nenhuma sanção moral foi tão forte para mim como a consciência da relação que me prendia a ele e que em todo o tempo estive sempre pronto a renunciar a uma palavra dele - que a não disse - a minha inspiração pela sua, o papel que eu ambicionasse pelo que ele me desse. Como eu disse, só muito mais tarde, vinte anos depois de o ter visto pela última vez, pude avaliar o que chamo hoje o seu gênio político e sentir por ele toda a admiração consciente, objetiva, de que sou capaz.²⁸¹

A narrativa que Joaquim Nabuco constrói sobre o pai quase sempre é de profunda admiração. O constante tom laudatório cede pouco espaço para uma leitura crítica sobre a figura de Nabuco de Araújo, seja como homem, seja como estadista. Sobre essa questão, inclusive, há pouca separação entre um e outro. O filho assume que o pai dedicou a vida em prol a ação pública fundindo a esfera pública com a esfera privada. Isso nos parece bastante evidente quando nos deparamos com o capítulo final *de Um Estadista do Império*. O biógrafo, então, intencionava de uma certa forma estabelecer uma relação entre o Nabuco de Araujo pai de família preocupado com o estabelecimento do lar e a figura política. No entanto, esse segundo aspecto prevalece sobre o primeiro.

Quando esse método de estudar a nossa história política do século XIX tiver cultores entre as futuras gerações, tenho esperança de que a figura de Nabuco avançará cada vez mais no prosclênio entre os estadistas da era imperial [...]. No decurso do tempo será talvez Nabuco, dentre os nossos antigos estadistas, o guia mais seguro dos espíritos positivos, que aliam, como Burke, o liberalismo utilitário e conservantismo histórico [...]. O traço, porém, que melhor definirá sua carreira e sua existência, o estadista e o homem que ele foi, a ação ou influência que exerceu e a impressão que deixou será este - bondade intelectual.²⁸²

A historiografia tem apontado exaustivamente, ao longo do século XX, o peso e a importância da obra de Joaquim Nabuco para o desenvolvimento do pensamento político e intelectual brasileiro. Como destaca Valdei Lopes de Araujo, o livro mais importante de Nabuco, o já citado aqui *Um Estadista do Império*, através da biografia de seu pai oferece aquela que pode ser a primeira grande síntese sobre o Império brasileiro.²⁸³ Esta obra foi concebida em um momento político nacional peculiar. Publicada entre 1897 e 1899, esse trabalho de fôlego carregava não a missão de elencar eventos notáveis da política imperial, levando em consideração que a discussão cultural, literária, social etc.,

²⁸¹ *Ibidem*, p. 158-159.

²⁸² NABUCO, Joaquim. NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume IV. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 154-155.

²⁸³ ARAUJO, Valdei Lopes. Política como História, como literatura: Um Estadista do Império. In: ROCHA, João Cezar de Castro (org.). Com a colaboração de Valdei Lopes de Araujo. **Nenhum Brasil Existe**: Pequena Enciclopédia. Rio de Janeiro: Topbooks; UniverCidade Editora, 2003. p. 303.

possuem um lugar secundário no escopo geral desse estudo, mas lança mão de uma agenda política que não era necessariamente monarquista, mas que a centralidade do regime deposto ainda vivia como possibilidade política em meio a um republicanismo descompassado.

Uma ética patriótica se estabelecia esboçando um sentimentalismo que atribuía à República as impossibilidades do avanço. Toda a chance de o país entrar em um estágio civilizatório organizado havia, para Nabuco, morrido com o fim da monarquia. Os primeiros anos da República foram marcados por tentativas de golpe de pouco diálogo entre o poder executivo e o legislativo, estados de sítio, violência urbana e institucional etc., e que Nabuco não via, a princípio, grande caminho para sair dessa situação pouco favorável. O jogo que se constituía, como discurso temporal e político, estava pautado em como apresentar a República e suas grosserias distanciando-se do regime, estabelecendo uma ideia de que ela não era consequência natural dos desdobramentos sociais e partidários no país em fins do século, e encontrava-se em um profundo estado de degeneração.

Desde 15 de novembro, a política neste país é um mercado de prostituição – tudo pelo dinheiro. O José Luís com descaramento singular defende no Congresso a jogatina dos frontões como o modo de formar os cidadãos da jovem república. Os homens da monarquia enriqueceram também nessa chamada orgia financeira do Provisório e que tem sido não só do Provisório, mas de toda República, na capital e nos estados. Os pais desmoralizam-se em companhia com os filhos. Não há mais respeito nas famílias. Ao sair da academia, o filho tem vencimentos maiores (colhidos por algum colega de pândega, que esteja no governo) do que o pai nunca sonhou. [...] Tudo que é honesto, sério, normal, em outros países, está atrofiado – tudo que é instinto torpe, cobiça, podridão interior, isso sim desenvolve-se e domina a sociedade.²⁸⁴

A Monarquia era para Nabuco a forma de governo mais bem direcionada para o desenvolvimento e estrutura da sociedade brasileira. Mesmo sendo monarquista convicto, Nabuco, porém, admitia, já na condição de embaixador do Brasil republicano, que o Brasil estivesse preparado para receber a República, mas não necessariamente o povo estivesse. Nabuco acreditava que a sociedade brasileira ainda precisava de uma espécie de tutela.²⁸⁵ Como aponta Christian Lynch, o historiador pernambucano acreditava que

²⁸⁴ NABUCO, Joaquim. **Diários**: 1873-1910. Volume 2. Prefácio e notas de Evaldo Cabral de Mello, org. Lélia Coelho Frota. Rio de Janeiro: Be-Te-Vi; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2005, p. 69.

²⁸⁵ LYNCH, Christian Edward Cyril. O Império é que era a República: A Monarquia republicana de Joaquim Nabuco. **Lua Nova**, São Paulo, 85: 277-311, 2012, p. 298.

havia sido através da dissidência liberal que o Partido Republicano se fundara, sob o signo do idealismo. Esse suposto idealismo republicano já o acompanhava desde os anos iniciais do novo regime. No panfleto, de 1891, *Agradecimento aos pernambucanos*, Nabuco dizia:

Eu simpatizo cordialmente com esses republicanos que sonhavam e sonham *outra* república, influenciada pelo seu ideal. Mas, mesmo desse ponto de vista, o único meio de termos um dia a *outra* república, seria destruir a que temos. É inútil enxertar nesta um galho do bom tronco; muito menos querer renegá-la, incitando-a a colocar acima de instintos irrepreensíveis uma consciência que ela não tem.²⁸⁶

A visão do declínio, de um estágio degenerado de civilização pode ser considerado como um *topos* das narrativas políticas e historiográficas do Brasil oitocentista. Monarquistas e republicanos apresentavam seus argumentos para explicar o atraso do país em relação à outras nações ocidentais. As formas de se ler a sociedade e o(s) governo(s) poderiam se antagonizar, mas todas questionavam os rumos da modernidade e o que isso significaria para o Brasil. As transformações temporais no país, que de alguma forma contribuem para as narrativas sobre os “estágios” de desenvolvimento da nação, ficavam muitas vezes amarradas no perene embate sobre modernidade e tradição. Essa tônica das classes dominantes brasileiras, que se baseia na ideia do modernizar para conservar, expõe as ambiguidades e contradições dos projetos identitários que foram impostos ao longo da história de nosso país. Seja por aspectos morais atrelados à religião, católica ou protestante, ou pela busca pela cientificização da sociedade, o país sempre parecia estar um passo atrás.

A segunda metade do século XIX ficou caracterizada como um período de expansão da economia imperialista mundial. O Brasil se viu inserido no processo capitalista global a partir de sua produção cafeeira, principalmente. Inúmeras outras transformações, como já apontadas no segundo capítulo de nossa tese, expõe as tentativas, conscientes ou não, do país se filiar a uma dada modernidade. A aceleração do tempo, por aqui, também era possível de ser sentida a partir do movimento abolicionista, dos impactos políticos após a Guerra do Paraguai, das primeiras manifestações do Partido Republicano, da imigração. Um bando de ideias novas, como diria Silvio Romero, ocupava as rodas intelectuais como o evolucionismo, materialismo e o positivismo, por

²⁸⁶ NABUCO, Joaquim. **Agradecimentos aos pernambucanos**. Londres: Abraham Kingdon & Newnham, Impressores, 1891, p. 9. – grifos do autor.

exemplo. A ciência pedia espaço nas políticas públicas que forçavam, ao menos nos grandes centros da época, o relativo progresso.²⁸⁷ Uma série de outras transformações, operadas sob a bandeira da aceleração, poderiam ser elencadas. O que estava em vista era exatamente o retirar o país da estagnação.

José Murilo de Carvalho, no entanto, pondera que mesmo esse ímpeto modernizante tenha sido evidente e que de fato trouxe transformações importantes para a sociedade brasileira, ou uma parte interessada, a reação foi igualmente notória. A visão do progresso muitas vezes difundida pelos próprios modernizadores, demonstra apenas uma parte daquilo que conhecemos do período.²⁸⁸ Alguns dos velhos costumes, tradições ou crenças, no momento em que se viam ameaçadas de alguma maneira, provocava a reação de grupos que buscavam a manutenção de valores enraizados, na maioria das vezes, em âmbito local. Os movimentos messiânicos das primeiras décadas da República, as revoltas sertanejas, tais como Canudos, Contestado e Juazeiro são mostras que o atraso de uns, era a tradição de outros. Ainda podemos ler esse suposto dualismo, ao menos por parte dos reacionários, de uma reação à degeneração do povo e da política.

O constante desejo de enxergar o atraso em tudo, e no campo da política partidária isso poderia ser identificado tanto em republicanos quanto monarquistas, poderia ser notado também na literatura. No segundo capítulo de nossa tese já expusemos nossa leitura sobre a relação entre historiografia e literatura na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do XX, no Brasil. Não obstante, cabe recuperar alguns elementos dessa discussão aqui. Marca de um momento específico da história política brasileira, Lima Barreto apresenta em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, através de seu protagonista, a possibilidade de convergência de sentimento que misturavam certo nacionalismo alienado, idealismo moderno, e individualismo. Esses elementos compõem um personagem ambíguo, que dotado de princípios morais bem particulares, se vê perdido em um mundo simbolicamente em ruínas. Major Quaresma era de todos os lugares, mas ao mesmo tempo de lugar nenhum.

Não se sabia bem onde nascera, mas não fora decerto em S. Paulo, nem no Rio Grande do Sul, nem no Pará. Errava quem quisesse encontrar nele qualquer regionalismo; Quaresma era antes de tudo brasileiro. Não tinha predileção por esta ou aquela parte do país, tanto assim que aquilo que o fazia vibrar de paixão não eram só os Pampas do Sul com o seu gado, não era o café de S. Paulo, não

²⁸⁷ CARVALHO, José Murilo de. Brasil 1870-1914 - a força da tradição. In: CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados**. Belo Horizonte- Ed. UFMG, 1998, p. 107-112.

²⁸⁸ *Idem*, p. 112.

eram o ouro e os diamantes de Minas, não era a beleza da Guanabara, não era a altura de Paulo Afonso, não era o estro de Gonçalves Dias ou o ímpeto de Andrade Neves – era tudo isso junto, fundido, reunido sob a bandeira estrelada do Cruzeiro.²⁸⁹

O país enfrentava transformações que procuravam expurgar a tradição monarquista, mas o passado imperial não se descolava totalmente da mitologia política brasileira. Esse aspecto é notório quando nos deparamos, por exemplo, como dualismo americanistas/iberistas.²⁹⁰ Policarpo Quaresma é, em sua composição e interpretação, um herói popular, tipicamente brasileiro, que se projetava em um país que prometia uma nova sociedade. Essa nova sociedade que se prometia, a mesma em que Lima Barreto se encontrava, não se concretizava, apenas figurava como um projeto que servia para as velhas oligarquias que se mantinham travestidas no poder, mas não para o povo. As contradições de uma sociedade racista e segregadora, submersa em uma perene crise econômica. Para muitos que confiavam na positividade dessa república em ascensão, ou pelo menos no seu estabelecimento, o Império seria o culpado pelo atraso em geral, bem como pelas deficiências institucionais que travam qualquer tipo de equidade cidadã no país.²⁹¹

Seja no aspecto urbano/sanitário, como vimos no segundo capítulo de nossa tese ao nos deparar com o estudo de Sidney Chalhoub acerca dos cortiços no Rio de Janeiro, ou no âmbito de ordem pública nacional em que a Constituição Federal, de 1891, a primeira republicana, deixou o povo de fora das decisões do estado, há um movimento histórico que tentou desqualificar o povo brasileiro. A construção da ideia de povo no final do século XIX passava muitas vezes por disputas intelectuais que não alcançavam o próprio povo. Definir isso era, também, de certa forma, definir os planos de elaboração de uma sociedade moderna e civilizada. Como aponta Magali Gouveia Engel, o que se esperava do novo regime era a concretização de um projeto histórico que seria a “vitória das *Luzes*” e do saber, que conduzia o processo de construção da nação.²⁹²

²⁸⁹ BARRETO, Lima. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira, 1948, p. 16-17.

²⁹⁰ Cf. MARTINS, Maro Lara. Entre americanos e ibéricos: teoria social na Primeira República brasileira. *Política & Sociedade*. Volume 9 – Nº17 – pp. 231-257, outubro de 2010.

²⁹¹ STRÄTER, Thomas. Tristeza tem seu fim: sentido e crítica de um estado de espírito (“stimmung”) na obra de Lima Barreto. **Agenda Social**. Revista do PPGPS / UENF. Campos dos Goytacazes, v.2, n.3, out-dez / 2008, p. 16.

²⁹² ENGEL, Magali Gouveia. Povo, política e cultura. um diálogo entre intelectuais da Primeira República. *Usos do Passado*’ — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006, p. 293-294.

Ricardo Salles demonstra que certa “mentalidade” monárquica persistiu ao longo de nossa era republicana ancorada na ideia de que o regime não conseguiu cumprir com os avanços sociais e materiais que havia prometido, desde o momento de contestação da Monarquia até o início do Estado Novo.²⁹³ A década de 1870 e seus desdobramentos, argumenta o autor, foi o período de discurso contra o atraso brasileiro em relação a outros países capitalistas. Os intelectuais brasileiros, entre eles Joaquim Nabuco, ancorados nas ciências, ou até mesmo à certa moral cristã, assumiram, ao menos do ponto de vista teórico, o papel de modernizar o país. Não obstante, assumir o atraso e a necessidade de transformações de ordem política e social impunham certos limites.

A visão do declínio se estabelece diante de conflitos de ordem econômica e política. A degeneração do país estava atrelada, também, a perda de valores que antes se mostravam fortes no Império e, mais do que isso, estava diretamente ligada à uma ordem promovida pelas classes dominantes.²⁹⁴

Eu disse uma vez, escreve o Dr. Nabuco, que o último aderente da República seria o espírito de nacionalidade. Mas chegou o momento, em que este espírito nos deve gritar a todos: - Esquecei vossas dissensões políticas; o país está chegando ao grau de fraqueza do qual nenhuma nação se levanta, e quando tiver caído, acreditais que ficará salva a vossa responsabilidade de brasileiros com a resposta: - "Nós nada tínhamos com isto; éramos monarquistas"? É tempo de cessar em todos os lábios o grito de quanto pior melhor. Um pouco mais é a bancarrota, e a bancarrota pode arrastar a nacionalidade. Quem o sabe? Mais um ato e pode ser o epílogo. O espírito de partido matou o império; desta vez não matará a República; mata o país. O instinto do território é o último que uma raça perde. Aceitei essa missão, como teria talvez aceitado nas novas condições do país, da América e do mundo, uma cadeira no parlamento. Com ressalva das minhas ideias monarquistas e do quanto tenho dito e escrito posso entrar por toda parte para defender a causa nacional. Nada me liga à República; hei-me desligado da monarquia, ficarei tendo um só partido, o da pátria.²⁹⁵

No discurso ufanista, *A República é incontestável*,²⁹⁶ já na condição de embaixador do Brasil nos EUA, Joaquim Nabuco professa não sua conversão ao republicanismo, mas a sua visão de Brasil depois de uma década após a proclamação. Expunha uma nova visão de país, de um convertido que se apoiava na condição para se

²⁹³ SALLES, Ricardo. Introdução. In: _____. **Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013, p. 23-24.

²⁹⁴ SOUZA, Ricardo Luiz de. **Op. Cit.**, p. 326.

²⁹⁵ NABUCO, Joaquim. Carta. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, terça-feira, 11 de abril de 1899, n. 101, p. 1 <http://tiny.cc/7lyddz>. Acesso: 25/09/2019

²⁹⁶ NABUCO, Joaquim. *A República é incontestável*. In: _____. **A abolição e a República**. Recife: Editora da UFPE, 1999. p. 93-102.

ajustar a uma realidade que não era mais inédita, mas que naquela altura era irreversível. Não obstante, essa "conversão" não se dava de maneira conteste. Deixava claro que os primeiros anos que se seguiram após o golpe de 1889 foram dedicados à causa monárquica. Seu empenho político e intelectual foi um esforço para salvaguardar a memória e o sentimento do império. O movimento abolicionista, desse modo, teria sido o último e grande momento do regime deposto, mas que a saudade daquele momento de luta ainda podia ser notado em sua veia política.

Posso dizer que assim fiquei preso à causa monárquica somente pelo sentimento que, muitos não podem compreender, porque nunca o tiveram, e que me ligava à Princesa Imperial pelo fato de 13 de Maio.

Eu tenho consciência de que muito trabalhei, de que muito fiz para a levar a perder um momento na assinatura daquela lei, e custava-me mais do que tudo me custou na vida pública quebrar o laço que me prendia a ela e que eu sentia ser um grande consolo no seu exílio.

A pátria, porém, estava acima de tudo [...]. Eu pessoalmente nenhuma reparação devia à dinastia. Eu lhe havia aconselhado a abolição, que lhe deu a imortalidade, e lhe havia aconselhado a federação, que, estou certo, a teria salvado.²⁹⁷

Nabuco considerava a palavra saudade uma poderosa expressão da língua portuguesa, que conseguia cristalizar tamanho sentimento. Segundo o autor, o vocábulo em questão era, então, o mais bonito em qualquer idioma, e converge ao mesmo tempo as “*lembranças tristes da vida*” e as suas “*esperanças imperceptíveis*”. O conceito de saudade seria, assim, bem versátil. Ele dá conta de traduzir as marcas temporais da solidão produtora de ruínas, mas que não deixa de ser um alento. O peso dessa palavra é, em português, o que particulariza a representação do sentimento. Argumenta que para o seu sentido ser transplantado para a língua inglesa, por exemplo, seria necessárias quatro palavras: *remembrance, love, grief e longing*.²⁹⁸ A escolha dessas quatro palavras formando o conjunto no qual Nabuco argumenta que se retirar uma delas a ideia de saudade se perde, não nos parece fortuita. Cada uma delas pode ser um fragmento da decomposição desse sentimento polivalente.

Quando transpomos esses termos para a língua portuguesa obtemos: lembrança, amor, pesar e anseio. Esses quatro elementos configuram parte daquilo que podemos considerar peças essenciais que compõem a saudade, tal como pudemos ver na seção

²⁹⁷ **Ibidem**, p. 97.

²⁹⁸ NABUCO, Joaquim. Camões, poeta lírico. Conferência no Colégio de Vassar em 21 de abril de 1909. In: **Pensamentos soltos Camões e assuntos americanos**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 389.

anterior. A saudade é um sentimento híbrido, que por ser temporal é, antes de tudo, múltiplo. Temos insistido que embora usualmente vemos a saudade como algo carregado de tristeza, embalada pela perda de algo significativo, ela é também a possibilidade. Assim, essas quatro expressões juntas revelam o caos emocional provocado pela saudade. Elas nos parecerem antagônicas, ao mesmo tempo que se completam.

Falar, portanto, de lembrança é se ater aos domínios da memória. A lembrança é, para Paul Ricoeur, uma espécie de presentificação intuitiva, que está intimamente ligada ao tempo.²⁹⁹ A lembrança está em constante embate com a imaginação. Ambas estão atreladas à representação, mas possuem condições diferentes. A lembrança pode ser entendida como uma espécie de mantedora do passado que a presentifica levando em consideração certas vivências. A imaginação, embora não esteja ligada à recuperação de uma dada verdade, discutimos brevemente esse assunto no capítulo anterior ao tratarmos do Romance Histórico, por traços estéticos, ela também se preocupa em revelar o ausente. Para explorar sua argumentação, Ricoeur parte da obra de Henri Bergson quando este faz a distinção entre a *lembrança pura* e a *lembrança-imagem*. A citação a seguir contribui para o entendimento da questão:

Para evocar o passado sob forma de imagens, é preciso poder abstrair-se da ação presente, é preciso atribuir valor ao inútil, é preciso poder sonhar. Talvez o homem seja o único ser capaz de um esforço desse tipo. Ademais, o passado, ao qual assim remontamos, é hábil, sempre a ponto de nos escapar, como se aquela memória regressiva fosse contrariada pela outra memória, mais natural, cujo movimento para a frente nos leva a agir e viver.³⁰⁰

A lembrança é também, como já vimos, um componente da saudade. Não há a manifestação deste sentimento sem que de alguma forma projetemos nossa memória para algo perdido na duração. A saudade provoca no indivíduo o *anseio*, a *vontade* de voltar ao seu lar físico ou simbólico. Por isso Joaquim Nabuco também escolhe o vocábulo *grief* como parte da composição do sentimento saudosista na língua inglesa. Seja como reflexão ou restauração, o passado não pode se materializar. Reviver aquilo que se tem saudade não é trazer o passado de volta, mas é construir imagens que podem representar isso. A materialização desse passado transformada em imagem atinge tanto a nossa forma

²⁹⁹ RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 62.

³⁰⁰ BERGSON, Henri apud RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. p. 67.

de nos relacionar com a lembrança/memória, como a maneira que a sentimos corporalmente.³⁰¹

Nabuco não queria trazer o passado de volta. O que se projetava era uma tentativa de se estabelecer no presente marcas vivas do passado. Manter o sentimento de amor vivo era também propor interpretações para a realidade nacional. No entanto, a leitura proposta por Nabuco, orientada por certo cosmopolitismo tropical, se mostrava confusa e por vezes contraditória. O intelectual pernambucano projetava a nacionalidade brasileira na saudade do passado europeu, ou daquilo que deveria ter sido. Havia toda a potencialidade modernizante depositada em um passado que talvez não se fizesse presente, o que fazia emergir a sua “moléstia”, como mais tarde definiria Mário de Andrade.

Na conferência intitulada *O Espírito de Nacionalidade na História do Brasil*, proferida na Spanish Club da Universidade de Yale, em 1908, Nabuco expõe sua interpretação sobre a realidade nacional carregada de certo conservadorismo. Esse movimento propunha o estabelecimento do espírito de nacionalidade brasileira atrelado às raízes lusitanas. A religiosidade era apontada como elemento identitário e formador do povo e do território brasileiro. A moral cristã era defendida por Nabuco também como uma espécie de artefato político indissociável da História do Brasil. Os jesuítas unindo-se aos colonos defenderam o território contra os invasores despertando desde cedo o que era entendido por ele como “vida nacional”.³⁰² A Colônia proveu os primeiros passos para o desenvolvimento, que eram limitados pelos domínios portugueses, mas que nutria a partir daí o nativismo que definiria a identidade do povo. No entanto, seria com a chegada da Família Real, em 1808, que os verdadeiros contornos do Brasil seriam delimitados.

O fato do herdeiro da Coroa ter preferido se estabelecer como mandatário da nova nação fez com que o desenvolvimento do Brasil não enfrentasse um retardamento precoce. Seria no Império que o país encontraria o movimento de ordem, levemente abalado no período regencial, mas novamente restabelecido com o abnegado Pedro II. O fator “ordem” é aquele que em seu entendimento fez com que esse espírito nacional vigorasse. Mesmo com o advento da República teria sido a ordem aquela que garantiria a liberdade por aí, caso contrário aos nossos vizinhos.

³⁰¹ Toda consciência de alguma coisa presente, Bergson dá o nome de percepção. Seja ela interna ou externa a formação da percepção acontece ao mesmo tempo da lembrança. A percepção é a relação do indivíduo com o mundo e as coisas. O autor argumenta que haveria inicialmente um estado psicológico presente, que à medida que deixa de existir, a lembrança desse estado ausente se manifesta predominantemente.

³⁰² NABUCO, Joaquim. *O Espírito de Nacionalidade na História do Brasil*. p. 121.

Bem sei que a ordem precede a liberdade, e que baldados são os empenhos para ter liberdade onde a ordem não se acha assegurada, e portanto nunca deixaria de render homenagem aos grandes governantes que surgem como salvadores da sociedade, onde a liberdade abala e destrói os seus necessários alicerces, que são a ordem.³⁰³

A grandeza do Brasil nem sempre parecia ser resultado das políticas internas. O idealismo era uma das principais características do brasileiro, que se projetava se espelhando na Europa e nos Estados Unidos, que eram suas referências de democracia e modernidade. Os grandes momentos políticos do Brasil em sua visão foram frutos desse idealismo, a Independência, a Abolição e a República.³⁰⁴ Dessa maneira, podemos perceber que entre o idealismo, a saudade e projetos políticos híbridos, Joaquim Nabuco se estabelecia como um dos mais proeminentes intelectuais de sua geração, que embora tivesse em mente discursos nacionalistas, sua excessiva admiração da Europa o transformou em sinônimo de patriotismo frágil.

³⁰³ *Ibidem*, p. 131

³⁰⁴ *Ibidem*, p. 134-135.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma pesquisa histórica é muito mais do que a junção de trabalho investigativo em fontes documentais e narrativa logicamente encadeada. A História com “H” maiúsculo não se restringe à representação do passado, ou de textos teóricos herméticos que muitas vezes deixa o leitor com a sensação de um esvaziamento de sentido. Escrever História é antes de tudo um ato político que através da estética empregada, do senso de empatia estabelecido, da forma do texto e de supostas intencionalidades, um tempo se molda ao texto, que nos permite ter contato com uma minúscula fração do tempo. Não é matéria nova discutir a impossibilidade de se tocar o passado, de compreender e narrar tudo aquilo que aconteceu e como realmente aconteceu. Tal como apresentado anteriormente, em nossa tese, restringir os debates sobre o alcance da historiografia apenas com a constatação de que a prática não dá conta do real. Por mais verdadeiro que isso possa parecer, entendemos ser pouco para vislumbrarmos os caminhos que o historiador do século XXI precisa tomar.

O historiador contemporâneo se vê como Alice diante do Gato de Cheshire. Questiona-se, diante de um problema, qual caminho deve seguir. A resposta é óbvia, mas não o seu enfrentamento: depende de onde quer chegar. A historiografia como um campo ativo do conhecimento permite que vislumbremos diversos caminhos para que seja possível chegar ao destino que queremos. Não obstante, esse ponto final na maior parte dos casos não se apresenta plenamente claro, são possibilidades em aberto. Atingir apenas um que seja requer um esforço muito além da subjetividade que a área nos impõe.

Dessa maneira, entendemos claramente que o fazer historiográfico se dá por escolhas, sendo subjetivo por definição. O historiador escolhe o tema, as fontes, a metodologia, as estratégias narrativas etc. Tudo isso soa bastante comum. No entanto, em alguns momentos chave esse formato mecanicista retira do fazer historiográfico seus traços mais sensíveis. Em nosso entendimento, o objeto primordial da História é o Tempo. A partir da compreensão de como o tempo modifica e é modificado pelos grupos sociais podemos perceber as transformações do mundo. O tempo não pode ser tratado apenas como um módulo específico em cadeiras de Teoria da História em cursos de graduação, mas precisa ser assumido como o ponto de partida e o ponto de chegada de qualquer investigação histórica. Porém, não basta isolar o tema em capítulos introdutórios ou seções avulsas. O Tempo como objeto da história está no evento narrado, no próprio ato

de narrar e da leitura. O Tempo se manifesta em inúmeras etapas do fazer historiográfico, e cabe ao historiador operacionalizar isso. A História da Historiografia como uma subdisciplina que se desenvolve a partir das múltiplas leituras e narrativas sobre o tempo e o passado, majoritariamente, tem possibilitado a criação de ferramentas que colaboram com a Teoria da História no processo de análise dessa grandeza.

Rodrigo Turin diz que falar sobre História da Historiografia é pensar a escrita da História em sua historicidade e relações com diferentes culturas históricas. Além disso, pode-se afirmar que ela também possui objetos de análises as indeterminações dos diferentes futuros que orientam as experiências do passado.³⁰⁵ O século XIX e boa parte do XX entenderam a disciplina como uma espécie de evidência da História e que não necessitava de um questionamento do gênero. O autor enxerga uma mudança dessa interpretação, principalmente a partir da década de 1980, quando nos deparamos com a necessidade de legitimação e redefinição do gênero, por se entender que havia o esvaziamento da clareza do conteúdo do gênero historiográfico.

Para ele, uma das principais transformações da História da Historiografia nos últimos anos foi ela mesma ter se tornado objeto de reflexões teóricas, isso muito em função de sua problematização. Como aspecto formal, a disciplina está inserida em um esforço de fundação e legitimação disciplinar. No contexto Iluminista, diz o autor, onde se pode evidenciar os primeiros esforços de se produzir algo que se se aproximasse da História da Historiografia, escrever sobre ela poderia ser entendida como ato de definir a história no presente, ou a escrita da história propriamente. No século XIX, por sua vez, escrever a história dos historiadores inseria-se num esforço de fundar e legitimar uma disciplina, e falar de seu passado era uma forma de defini-la.³⁰⁶

A História da Historiografia como um campo do saber historiográfico pode ser identificada, à primeira vista, com a função de memória disciplinar. Do final do século XIX até grande parte do XX os autores que se propuseram a pensar sobre o tema trabalhavam com a seleção, interrogação e ordenação dos intelectuais classificados como historiadores e seus textos de história, fossem universais ou nacionais. Turin indica que para haver funcionalidade e eficácia na historiografia era necessário identificar a evidência da história bem como do historiador, que partilham determinados códigos,

³⁰⁵ TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 13, dezembro de 2013, p. 80.

³⁰⁶ **Ibidem**, p. 84-85.

mesmo díspares ou temporalmente afastados. Por isso, a História da Historiografia seria a enunciação da forma, dos objetos, a escrita da história em si e o historiador orienta e é orientado em seu trabalho de imersão no texto. Nas palavras de Turin é a busca sobre o que é “*efetivamente historiador no texto*”.³⁰⁷

Há na tradição de Meinecke a busca pelo estabelecimento de critérios que permitem sistematizar a narrativa dos autores estudados e assim estabelecer os padrões para uma dada História da Historiografia. Isso, no Brasil, pode ser evidenciado a partir de José Honório Rodrigues. Os critérios adotados por ele abarcam os elementos metodológicos e político do historiador por ele estudo. Havia neste autor o afastamento entre História da Literatura e estudos historiográficos, por apresentarem critérios formais e estilísticos diferentes. Isso vai de encontro ao que demonstramos no segundo capítulo desta tese. A historiografia e os estudos literários, no século XIX, se aproximavam entendendo justamente que esses critérios eram suficientemente próximos. Portanto, para Rodrigues, era importante a emergência do documento e da crítica.

Turin ainda defende uma espécie de “função orientadora” para a História da Historiografia, que ao mesmo tempo que apresenta certa normatividade do campo, não pode se desvincular dos embates e performances que demarcam cada campo intelectual. Seria, portanto, na inserção desses espaços que se daria o encontro entre forma e historicidade. Isso se estabelece na medida em que o gênero se atualiza e incorpora novos conteúdos vindos da experiência. A História da Historiografia elabora uma narrativa sobre as formas de se escrever a história ao longo do tempo, e se inscreve como prática de temporalização no e do presente.

A consolidação do gênero esteve inserida, portanto, em diferentes processos de institucionalização da disciplina histórica, respondendo a demandas específicas de mediação da identidade disciplinar, seja com a literatura, com a filosofia, com a antropologia ou com a sociologia. Não por acaso, talvez seja possível perceber nos momentos iniciais de institucionalização e nos momentos de crise a tendência a uma maior intensidade de produção da história da historiografia. As características que definem o gênero, os enunciados sedimentados em sua forma, se atualizam a partir e em função de lutas de definição e orientação disciplinar, ao mesmo tempo em que as possibilitam. A forma, portanto, como tradição materializada, no mesmo movimento que permite a vivência de experiências, é por estas transformada, caracterizando a própria historicidade do gênero.³⁰⁸

³⁰⁷ *Ibidem*, p. 86.

³⁰⁸ *Ibidem*, p. 89.

A sua emancipação nos últimos anos permitiu que os pesquisadores pudessem voltar seus esforços investigativos para fora dos grandes centros intelectuais. Mesmo que em alguns momentos nos deparemos com o ultra específico, ao modular diferentes interpretações do tempo, fugir do cânone se torna cada vez mais possível, se não necessário. Naturalmente que a proposta de “fugir do cânone” não é uma caça à exceção, mas uma forma de demonstrar através dessas leituras o quanto o tempo pode ser construído. Em nossa breve trajetória como historiador procuramos abrir as possibilidades periféricas e compreender como a História era percebida, interpretada e narrada de acordo com interesses locais, mas que ao mesmo tempo não se descolava da forma de pensar a história em outros lugares do país.

Ao longo de nosso trabalho procuramos demonstrar o significativo peso da modulação do tempo na produção de distâncias e como isso contribui para a compreensão e representação da História Nacional em um momento de fortes transformações. A troca de sistema de governo, do monarquista para o republicano, trouxe problemas de representação que exigiam, também, que o passado fosse lido de modo diferente, bem como o fazer historiográfico. Embora em uma de nossas hipóteses a interseção entre literatura e historiografia estabelecia formas claras de produção de conhecimento e identidades, enfrentavam o grande desafio de ordenação do tempo. A escrita da história era um meio fundamental para se restabelecer uma ordem temporal que parecia atrapalhada pela efervescência política e social.

Esse problema nos chama atenção desde o desenvolvimento de nossa dissertação de mestrado. Na ocasião estudamos o historiador mineiro Diogo de Vasconcellos, autor de *História Antiga das Minas Gerais*, considerada por muitos como a primeira obra síntese sobre o estado, no início do século XX. Conservador de formação e monarquista por convicção, Vasconcellos entendia que a desordem temporal estava diretamente ligada à transição política. Enquanto o país estava sob o governo monarquista e centralizado havia uma nítida ordem do tempo que segue o modo romântico de ler a nação, assegurada pela Constituição, pelo Poder Moderador e pela própria figura do imperador. Com a República essa ordem desaparece frente à federalização do Estado, à visão cientificizada do mundo e a incerteza em relação ao futuro, que afetavam tanto a política quanto a história.³⁰⁹ A ciência, por exemplo, uma das responsáveis por sua amada Ouro Preto, na

³⁰⁹ Sobre a questão da ordem e desordem temporal em Diogo de Vasconcellos ver: SILVA, Rodrigo Machado da. "A História como orientadora política e moral na historiografia de Diogo de Vasconcellos (1887-1904)". In: MOLLO, Helena Miranda; SILVA, Rodrigo Machado da (Orgs.). **Abordagens e**

visão do historiador mineiro, perder o posto de capital do estado para Belo Horizonte, em 1897. Assim, o nosso grande interesse foi trabalhar essa questão não mais a partir de um lugar periférico e localizado, mas entender como a intelectualidade brasileira de forma mais ampla lidava com esta questão.

Desenvolver nossos estudos a partir de Joaquim Nabuco, por sua vez, nos abriu importantes portas por entendermos que a complexidade da obra desse intelectual é uma resposta para o ambiente de desordem temporal que supostamente vigorava no final do dezenove. Bem como apresentado brevemente no primeiro capítulo da tese, alguns autores que se dedicaram a estudar vida e obra de Nabuco destacam a virada “reacionária” desse intelectual como algo negativo, uma espécie de retrocesso em seu modo de ver e narrar a política nacional. Em interpretações como a de Antonio Candido, a postura liberal e progressista, ou radical, foi um “*lapsos*” na história de Nabuco. Para aquele crítico, o autor de *Um Estadista do Império*, membro da aristocracia pernambucana que saiu por um tempo do círculo de interesses de sua classe, que ao longo de sua campanha abolicionista enxergou “*além do seu tempo*” e compreendeu a sociedade brasileira real.³¹⁰ No entanto, o radicalismo de Nabuco em relação à sua posição social foi temporário. Com a abolição da escravatura e o fim do Império Nabuco reassume sua posição de classe e potencializa seu monarquismo.

Marco Aurélio Nogueira ainda aventou a hipótese de que Nabuco em sua atuação política alinhou-se de maneira veemente ao Império e isso o impediu de perceber as mudanças que estavam em curso no país, não rompendo verdadeiramente com o seu caráter conservador. Sobre essa visão de Nogueira entendemos que a oscilação de posicionamento foi resultado de transformações políticas e sociais muito mais rápidas do que ele poderia conceber, e que evidenciaram os contrastes de suas “fases” como político e intelectual. Reproduziremos uma passagem longa mas interessante na análise de Nogueira que nos abre caminho para o desenvolvimento de nossa hipótese partindo da leitura de Joaquim Nabuco:

Abolicionista intransigente sob a monarquia, monarquista errante sob a república, republicano em nome do pan-americanismo. Paradoxal? Nem tanto: o abolicionista também era monarquista e o monarquista, depois de republicano, jamais abandonará o liberalismo. Porém, por mais que o “novo” liberal surgido em 1889 já estivesse em germe no antigo, o descompasso foi

representações narrativas: problemas para a história da historiografia. Ouro Preto: Editora UFOP, 2015, p. 207-227.

³¹⁰ CANDIDO, Antonio. Radicalismos. *Estudos Avançado*. Vol. 4, n. 8. 1990, p. 7.

marcante. Não ocorrerá apenas uma mudança de tom, mas uma alteração de fundo. Já não haverá mais qualquer apelo ao povo, aos “artistas” e operários, às reformas sociais, como uma campanha abolicionista; o isolamento e a meditação intimista substituirão a praça pública, a historiografia (arte de embelezar o passado) fará as vezes da política renegada, os *meetings* cederão seu posto para a peregrinação literária fadada ao insucesso: de panfleto em panfleto, livro em livro, o monarquismo tentará se afirmar em vão. O liberalismo, por sua vez, far-se-á conservador, alterando sua qualidade e feição. O mesmo “transformismo” que o historiador registraria como praga na história política do Império iria tê-lo como vítima.³¹¹

Como desenvolvido em nossa dissertação com Diogo de Vasconcellos percebemos que havia mudanças de posturas que eram necessárias como sobrevivência política. Para que a manutenção de Ouro Preto pudesse ser efetivada, o conservador e defensor das tradições encabeçou um grande projeto reformador e modernizador da cidade. Foi um movimento de “modernizar” para conservar. Poderia parecer uma contradição, mas em nossa hipótese era um movimento consciente e bem planejado de luta política. Nogueira, em alguma medida, aponta para isso quando admite a coexistência de posicionamentos

A História da Historiografia tem buscado nos últimos anos “recuperar” a Primeira República para se pensar as formas de leitura do passado pelo ponto-de-vista republicano em forma ainda instável. Ou seja, por tempos nossa historiografia construiu um hiato entre a *Geração de 1870* e a *Geração Modernista*, como se não houvesse nenhuma representação ou discussão relevante sobre história, filosofia, literatura, etc., nesse período.³¹² No entanto, trabalhos que se empenham em demonstrar a reorganização do IHGB já sem o mecenato imperial, por exemplo, têm explorado mais a complexidade da ação intelectual na reorganização do tempo e da política nos anos iniciais da República. Além da clássica tese de livre docência de Lúcia Guimarães que se dedicou ao estudo do IHGB no momento imediato da queda da Monarquia e o forte impacto na organização do instituto,³¹³ trabalhos como o de Rodrigo Turin sobre o discurso etnográfico e histórico como conhecimento e representação da sociedade,³¹⁴ de Hugo Hruby que se dedicou ao

³¹¹ NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As desventuras do liberalismo**: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 219.

³¹² GONTIJO, Rebeca. Tal história, qual memória? Capistrano de Abreu na História da Historiografia Brasileira. **Projeto História** nº 41. Dezembro de 2010. p. 496.

³¹³ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**: da *Escola Palatina* ao **Silogeu** (1889-1938). [Tese apresentada ao concursos público de professor titular do Departamento de História na área de Historiografia]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999.

³¹⁴ TURIN, Rodrigo. **Tessituras do Tempo**: Discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio De Janeiro: Editora UERJ, 2013.

estudo da Revista do Instituto entre 1889 e 1912 para perceber as transformações na concepção de história nacional para o IHGB naquele momento,³¹⁵ e de Francisco Gouvea de Sousa que analisou sob a chave de leitura das molduras da história a relação as múltiplas visões dos sócios em relação ao evento da República, sendo mobilizada como anarquia, revolta, e proclamação³¹⁶ são exemplos de pesquisas em História da Historiografia que lançam olhares para esse período tão conturbado.

Nossa intenção foi, na esteira desses trabalhos e de outros tantos que seguem a mesma linha, contribuir para o enriquecimento do debate sobre a escrita da história na primavera republicana. Nossa pretensão foi enfatizar as transformações na concepção de Tempo. Isso está diretamente ligada, também, a abertura da historiografia como um campo proto-científico. Além disso, destaca Angela de Castro Gomes, há em nossa historiografia, hoje, uma necessidade de desnaturalização da própria classificação temporal *Primeira República*, pois, de acordo com a proposição da autora, periodizar e nomear um tempo é um ato de poder,³¹⁷ e ao nos dedicarmos a pensar sobre esse período nos desvinculando de uma leitura que ou se mostra tradicional demais corroborando a chave de leitura que consagrou a ideia de República Velha, ou que entende as impossibilidades de se conceber uma produção intelectual original relegando uma posição periférica o Brasil, como procurou romper Christian Lynch.³¹⁸

A tensão entre ordem e desordem no limiar da República, em nossa hipótese, nada mais é do que uma extensão política de distanciamento. Analisamos fontes historiográficas que nos permitiram confrontar autores que entendiam a desordem como um problema negativo imposto pela incerteza de futuro que chegou junto com a República, e autores que viam, a partir da pluralidade, os caminhos para a modernização do país. Naturalmente a questão da Distância Histórica no final do século XIX e início do XX não se esgotada no trabalho que se seguiu. No entanto, acreditamos que nossa

³¹⁵ HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra**: A História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

³¹⁶ SOUSA, Francisco Gouvea de. **Proclamação e revolta**: Recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900). [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

³¹⁷ GOMES, Angela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 21.

³¹⁸ LYNCH, Christian Edward Cyril. Por Que *Pensamento* e Não *Teoria*? A Imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970). **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, no 4, pp. 727-767, 2013.

pesquisa pode contribuir minimante para o lançamento de novas questões para a temporalidade brasileira e as formas de compreender a nossa historiografia.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. *In: Ensaios e estudos: crítica e história*. 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1975.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas. A vida e o trabalho do poeta e professor português António Corrêa d'Oliveira. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4, p. 149-174, 2013.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Vestida de saudade viva: o sentimento saudoso como tra(d)ição na poesia de Maria Teresa Horta. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 285-315, set. 2016.

ALENCAR, José Martiniano de. Pós-Escrito [Ao romance Diva]. *In: SOUZA, Roberto Acízelo de (org.). Historiografia da Literatura Brasileira: Textos fundadores (1825-1888)*. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2014, p. 499-504.

ALMEIDA, Carlos Eduardo. Polêmicas Literárias no Império da Retórica. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, p. 159-173, jul/dez. 2013.

ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes. o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. *NOVOS ESTUDOS CEBRAP*, 85, p. 131-148, novembro 2009.

ALONSO, Angela. Crítica e Contestação: O movimento reformista da geração 1870. *RBCS*, v. 15, n. 44, p.35-54, outubro/2000.

ALONSO, Angela. **Ideias em Movimento: A Geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Angela. O Positivismo de Luís Pereira Barreto e o Pensamento Brasileiro no final do Século XIX. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**. Disponível em: <http://tiny.cc/ny5rdz>. Acesso em: 02 out. 2019.

ANKERSMIT, Frank. Tiempo. *In: MUDROVCIC, María Inés; RABOTNIKOF, Nora (Coords.). En busca del pasado perdido: Temporalidad, historia y memoria*. México: Siglo XXI Editores/Universidad Nacional Autónoma de México, 2013, p. 29-50.

ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. A "Terra" de Emilio Zola e o "Homem" de Aluizio Azevedo. *Novidades*, n. 40. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1888.

ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. **Carta Sobre a Litteratura Brazilica**. Rio de Janeiro: Typ. De J. A. dos Santos Cardoso, 1869.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. **RIHGB**. T. 57, v. 90, pt. 2, p. 259-290, 1894; 58(91):343, 1895

ARAUJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 6, n. 12, p. 34–44, 2013.

ARAUJO, Valdei Lopes de; RANGEL, Marcelo de Mello. Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 8, n. 17, 2015.

ARAUJO, Valdei Lopes. Política como História, como literatura: Um Estadista do Império. *In*: ROCHA, João Cezar de Castro (org.). Com a colaboração de Valdei Lopes de Araujo. **Nenhum Brasil Existe: Pequena Enciclopédia**. Rio de Janeiro: Topbooks; UniverCidade Editora, 2003, p. 303-312.

ASSIS, Machado de Assis. A nova Geração. **Revista Brasileira**, Ano I, Tomo 2. Outubro a Dezembro de 1879.

AZEVEDO, Aluísio. **A mortalha de Alzira**. Rio de Janeiro: Fauchon & Cia, 1893.

BENZAQUEN, Ricardo. O linho e a seda: Notas sobre o catolicismo e a tradição inglesa em Minha Formação, de Joaquim Nabuco. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 83, p. 8-13, setembro/novembro 2009.

BEVERNAGE, Berber; LORENZ, Chris. Breaking up time – Negotiating the borders between present, past and future. An introduction. *In*: _____ (orgs.). **Breaking up time: negotiating the borders between present, past and futures**. Göttingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 2013.

BEVIR, Mark. Porque a distância histórica não é um problema. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 8, n. 18, 2015.

BILAC, Olavo. **Registro: Crônicas da Belle Époque carioca**. SIMÕES Jr. Alvaro Santos (Org.). Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou, o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BODDICE, Rob. The History of Emotions: Past, Present, Future. **Revista de Estudos Sociais**, n. 62, p. 10-15, 2017.

BORGES, Jorge Luis. Funes, el memorioso. **Petrotecnica**, pp. 94-96, junio 2004.

BOSI, Alfredo. Joaquim Nabuco memorialista. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 60, p. 86-104, 2010.

BOYM, Svetlana. Mal-estar na nostalgia. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 10, n. 23, p. 153-165, 2017.

BOYM, Svetlana. Nostalgia and its Discontents. **Hedgehog Review**, v. 9 Issue 2, p. 7-18, Summer 2007.

BRESCIANI, Stella. Identidades inconclusas no Brasil do Século XX de um lugar comum. *In*: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 403-429.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

CAIRO, Luiz Roberto. **O Salto por cima da própria sombra**: o discurso crítico de Araripe Júnior: uma leitura. São Paulo: Annablume, 1996.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**: Momentos decisivos. 6ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos (1750-1880). Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2017.

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**: resumo para principiantes, 3. ed.– São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 1999.

CANDIDO, Antonio. Radicalismos. **Estudos Avançado**, v. 4, n. 8, p. 4-18, 1990.

CAPRARA, Bernardo Mattes. A resistência dos trabalhadores na Primeira República através do jornal gaúcho O Exemplo (1908-1911). **Revista Eletrônica Cadernos de História**, v. 6, n. 2, dezembro de 2008.

CARVALHO, José Murilo de. Brasil 1870-1914: a força da tradição. *In*: CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 107-127.

CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. Discurso. **Revista do IHGB**. Tomo LV, Parte II. 1893.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Carlos. **A revista no Brasil do século XIX**: A história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro. São Paulo: Alameda, 2012.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 2ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

COUTINHO, Afrânio. Introdução. *In*: COUTINHO, Afrânio (org.) **A polêmica Alencar-Nabuco**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965, p. 5-13.

DAMATTA, Roberto. **Conta de Mentiroso**: sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DIEGO, Feliberto Fuentenebro de; OTS, Carmen Valiente. Nostalgia: a conceptual history. **History of Psychiatry**, v. 25, n. 4, p. 404-411, 2014.

DIEHL, Astor Antonio. Teoria Historiográfica: Diálogo entre Tradição e Inovação. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 368-394, Jul/Dez 2006.

DILTHEY, Wilhelm. O Surgimento da Hermenêutica (1900). **Numen**: revista de estudos e pesquisa da religião. Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 11-32, Jan-Jun de 1999.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. A pulsão romântica e as ciências humanas no ocidente. **RBCS**, V. 19, n. 55, p. 5-18, junho/2004.

DUARTE, Urbano. O Naturalismo. **Revista Brasileira**. Rio de Janeiro: N. MIDOSI, Editor, 1880.

EAGLETON, Terry. Introdução: O que é literatura?. In: EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 1-22.

ENGEL, Magali Gouveia. Povo, política e cultura: um diálogo entre intelectuais da Primeira República. In: Usos do Passado' - XII Encontro Regional de História - ANPUH-RJ 2006, **Anais...** Rio de Janeiro: UFF, 2006, p. 1-10.

ESTEVES, Lainister de Oliveira. Horror e imaginação romântica: como Aluísio Azevedo se apropria de "A morte amorosa" de Théophile Gautier em A mortalha de Alzira. **SOLETRAS**, n. 27, p. 112-124, jan.-jun. 2014.

ESTEVES, Lainister de Oliveira. **Literatura nas sombras**. Usos do horror na ficção brasileira do século XIX. 2014, 250f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2014.

FARIA, José Roberto. **Ideias Teatrais**: o século XIX no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2001.

FELIPPE, Eduardo Ferraz. Renovar votos com o futuro: nostalgia e escrita da história. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 10, n. 25, p. 117-134, 2018.

FEUERHAHN, Niels. **Nostalgia and the Displacement of Identity**: A Time-Based Analysis of the Unheimlichkeit of Nostalgia. 2015, 377f. PhD Thesis. Guelph: University of Guelph, 2015.

FREIXO, André de Lemos; ABREU, Marcelo Santos de; MATA, Sérgio da. A nostalgia como problema metahistórico: uma introdução. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 10, n. 23, p. 138-141, 2017.

FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FRIESEN, Wallace V. Constants across cultures in the face and emotion. **Journal of Personality and Social Psychology**, vol. 17, n. 2, 124-129, 1971,

GOMES, Angela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

GONÇALVES DE MAGALHÃES, Domingos José. Discurso sobre a história da literatura do Brasil. Rio de Janeiro: Casa Fundação Rui Barbosa, 1994.

GONTIJO, Rebeca. Tal história, qual memória? Capistrano de Abreu na História da Historiografia Brasileira. **Projeto História**, n. 41, p. 491-526, dezembro de 2010.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: da Escola Palatina ao Silogeu (1889-1938)**. [Tese apresentada ao concurso público de professor titular do Departamento de História na área de Historiografia]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999.

HELENA, Lucia. **A Solidão Tropical: O Brasil de Alencar e da Modernidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

HILST, Hilda. **Estar sendo. Ter sido**. São Paulo: Globo, 2006.

HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: A História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. 2007, 234f. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

JAMESON, Fredric. O Romance Histórico ainda é possível?. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 77, p. 185-203, março 2007.

JESUS, Ana Paula de, *et al.* O Jornal como espaço para debates de ideias através da polêmica literária no final do século XIX. **Revista Enagrama**. Ano 4 – Edição 3, p. 1-7, março-maio de 2011.

KOSELLECK, Reinhart. Historia Magistra Vitae: sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. *In*: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contratempo: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 41-60.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A leitura rarefeita: Livro e literatura no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

LÖWY, Michel; SAYRE, Robert. **Revolta e Melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUKÁCS, György. **O Romance Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O Império é que era a República: A Monarquia republicana de Joaquim Nabuco. **Lua Nova**, São Paulo, n. 85, p. 277-311, 2012.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O Império é que era a República: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco. *In*: LYNCH, Christian Edward Cyril. **Da monarquia à oligarquia**: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930). São Paulo: Alameda, 2014, p. 169-199.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Por Que *Pensamento* e Não *Teoria*? A Imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970). **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, pp. 727-767, 2013.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Considerações Sobre a Nostalgia**; estabelecimento do texto: Ronald Polito; posfácio e notas: Myriam Bahia Lopes e Ronald Polito. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

MAGALHÃES, Valentim. Critica Scientifica. **A Semana**. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1885. Anno I, n.2.

MARSON, Izabel. 'Conciliação' e esquecimento: Nabuco e a revolução. *In*: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 173-196.

MARTINS, Eduardo Vieira. Alencar e Nabuco. **O eixo e a roda**: v. 19, n. 2, p. 15-32, 2010.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. Como se deve escrever a historia do Brazil. **Revista do IHGB**. 6:381-403, 1844.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MOSER, Walter. Spätzeit. *In*: MIRANDA, Wander Melo (org.). **Narrativas da Modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 33-54.

MURAT, Luiz. Poesia e Poetas. **A Semana**. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1885. Anno I, n. 4, p. 3.

NABUCO, Carolina. **A vida de Joaquim Nabuco**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1979.

NABUCO, Joaquim. "Academia Brasileira - Discurso de Inauguração (1897)". *In*: **Escritos e Discursos Literários**. Rio de Janeiro: Garnier, 1901.

NABUCO, Joaquim. "Aos domingos – O Globo, 3-10-1875". *In*: COUTINHO, Afranio (org.). **A polêmica Alencar-Nabuco**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965.

NABUCO, Joaquim. "Aos Domingos – Servindo de Prólogo". *In*: **O Globo**, n.216. Rio de Janeiro, 08/08/1875.

NABUCO, Joaquim. "Aos Domingos - Estudos sobre o Sr. José de Alencar". *In*: **O Globo**, Rio de Janeiro, 17/10/1875.

NABUCO, Joaquim. A República é incontestável. *In*: _____. **A abolição e a República**. Recife: Editora da UFPE, 1999.

NABUCO, Joaquim. **Agradecimentos aos pernambucanos**. Londres: Abraham Kingdon & Newnham, Impressores, 1891.

NABUCO, Joaquim. Camões, poeta lírico. Conferência no Colégio de Vassar em 21 de abril de 1909. *In*: **Pensamentos soltos Camões e assuntos americanos**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

NABUCO, Joaquim. Carta. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, terça-feira, 11 de abril de 1899, n. 10. Disponível em <http://tiny.cc/7lyddz>. Acesso: 25/09/2019

NABUCO, Joaquim. **Diários: 1873-1910**. Volume 2. Prefácio e notas de Evaldo Cabral de Mello, org. Lélia Coelho Frota. Rio de Janeiro: Be-Te-Vi; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2005.

NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Petrópolis: Vozes, 2012.

NABUCO, Joaquim. O Espírito de nacionalidade na História do Brasil. *In*: Discursos e Conferências nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Editor Benjamin Aguila, s/d.

NABUCO, Joaquim. Os Lusíadas como a epopeia do amor. *In*: **Discursos e conferências nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Editor Benjamin Aguila, s/d.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Vol 1. Rio de Janeiro: H. Garnir, 1897.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume I. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume IV. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

NATALI, Marcos Piason. **A política da nostalgia: Um estudo das formas do passado**. São Paulo: Nankin, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NOVICK, Peter. **That Noble Dream: The "Objectivity Question" and the American Historical Profession.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. Herdeiros e vítimas da "conciliação": política e História em Joaquim Nabuco. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 65, p. 231-244, 2009.

PEREIRA, Milena da Silveira. A Polêmica no Final do Oitocentos Brasileiro. **Histórica** (São Paulo. Online), v. 20, p. 1-9, 2007.

PHILLIPS, Mark Salber. History, Memory, and Historical Distance. *In*: SEIXAS, Peter (ed.). **Theorizing Historical Consciousness.** Toronto/Buffalo/London: University of Toronto Press, 2004.

PHILLIPS, Mark Salber. Relocating Inwardness: Historical Distance and the Transition from Enlightenment to Romantic Historiography. **PMLA**, v. 118, n. 3, Special Topic: Imagining History, may, 2003.

PHILLIPS, Mark Salber. Rethinking Historical Distance: From Doctrine to Heuristic. **History and Theory**, Theme Issue , n. 50, p. 11-23, december 2011.

PRADO, Paulo. **Retratos do Brasil: Ensaio sobre a tristeza brasileira.** São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1981.

RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdeci Lopes de. Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 8, n. 17, p. 318-332, 2015.

RICOUER, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICUPERO, Bernardo. Da formação à forma: Ainda as 'ideias fora do lugar'. **Lua Nova**, São Paulo, n. 73, p. 59-69, 2008.

RIO, João do. O momento literário. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1908(?).

ROMERO, Silvio. **Cantos do Fim do Século.** Rio de Janeiro: Typografia Fluminense, 1878.

ROMERO, Silvio. Explicações Indispensáveis. *In*: BARRETO, Tobias. **Vários Escritos.** Sergipe: Ed. Do Estado de Sergipe, 1926,. p. IX-LIII.

ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira** (Tomo Segundo: 1830-1877). Rio de Janeiro: B. L. Garnier - Livreiro Editor, 1888.

ROMERO, Sílvio. **O Naturalismo em literatura.** São Paulo, SP: Tipografia da Província de São Paulo, 1882.

ROMERO, Silvio. **Outros estudos de litteratura contemporanea.** Lisboa. Typographia da "A Editora", 1905.

ROMERO, Silvio; ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. **Lucros e Perdas**. Rio de Janeiro: Livraria Contemporanea de Faro Lino, 1883.

ROSENWEIN, Barbara H. Problems and Methods in the History of Emotions. **Passions in Context I** (1/2010).

ROUSSEAU, Jean Jacques. **A Complete Dictionary of Music**, trans. William Waring. 2nd edn. Dublin: Luke White, 1779.

RÜSEN, Jörn. Emocional Forces in Historical Thinking: Some Metahistorical Reflections and Case of Mourning. **Historien**, volume 8, 2008.

SALIBA, Elias Thomé. **As utopias românticas**; São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

SALLES, Ricardo. Introdução. **Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

SANTOS, J. dos. Chronica litteraria. **A Noticia**. Rio de Janeiro, n. 235, 4 de outubro de 1899, p. 2. Disponível em: <http://tiny.cc/42updz>. Acesso: 25 set. 2019.

SCANLAN, Sean. Introduction: Nostalgia. **Iowa Journal of Cultural Studies** 5 (2004).

SCHAPP, Wilhelm. **Envolvido em Histórias: Sobre o Ser do Homem e da Coisa**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2007.

SCHILLER, Friedrich. Sobre poesia ingênua e poesia sentimental. In: LOBO, Luíza (org.). **Teorias Poéticas do Romantismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SEDIKIDES, Constantine; WILDSCHUT, Tim; BADEN, Denise. Nostalgia: Conceptual Issues and Existential Functions. In: GREENBERG, Jeff; KOOLE, Sander; PYSZCZYNSKI, Tom (eds.). **Handbook of Experimental Existential Psychology**. New York: Guilford, 2004.

SERRA, Tânia Rabelo Costa. Utopia e hegemonia no indianismo. **CERRADOS**, Brasília, n.6, p. 113-118, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____. (org.) **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Joaquim Norberto Souza e. Discurso. **Revista do IHGB**. Tomo LII, Parte II, 1889.

SILVA, Rodrigo Machado da. As letras da civilização. Língua, literatura, cor local e periodização no Romantismo Nacionalista. **R.IHGB**, Rio de Janeiro, a.176 (468):77-110,jul./set.2015.

SILVA, Rodrigo Machado da. "A História como orientadora política e moral na historiografia de Diogo de Vasconcellos (1887-1904)". In: MOLLO, Helena Miranda; SILVA, Rodrigo Machado da (Orgs.). **Abordagens e representações narrativas: problemas para a história da historiografia**. Ouro Preto: Editora UFOP, 2015.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. In: FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira - o Brasil Republicano: estrutura de poder e economia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUSA, Francisco Gouvea de. Revolta e proclamação como molduras da história: escrita da história e olhares para a República entre os sócios do IHGB. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n.18. p. 213-230, Agosto de 2015.

SOUSA, Francisco Gouvea de. **Proclamação e revolta: Recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900)**. [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Tradição, identidade nacional e modernidade em Joaquim Nabuco. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, jan./dez. 2004.

SOUZA, Ricardo Luiz. Nabuco, Rebouças, Patrocínio: monarquismo e abolicionismo. **Impulso**, Piracicaba, 17(43): 33-44, 2006.

SOUZA, Roberto Acízelo de. A crítica no romantismo brasileiro: práticas e matizes. **Teresa** revista de Literatura Brasileira [12|13]; São Paulo, 2013.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **O Império da Eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: EdUERJ: EdUFF, 1999.

STAROBINSKI, Jean. The idea of nostalgia. **Diogenes** 54, Summer 1966.

STRÄTER, Thomas. Tristeza tem seu fim: sentido e crítica de um estado de espírito ("stimmung") na obra de Lima Barreto. *Agenda Social*. Revista do PPGPS / UENF. Campos dos Goytacazes, v.2, n.3, p.1-43, out-dez / 2008.

TRUZZI, Oswaldo; MATOS, Maria Izilda. Saudades: sensibilidades no epistolário de e/immigrantes portugueses (Portugal-Brasil 1890-1930). **Revista Brasileira de História**, vol. 35, n. 70, 2015.

TURIN, Rodrigo. **Tessituras do Tempo: Discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2013.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, n. 2, pp. 12-28, março/2009.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 13, dezembro de 2013.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). **Tempo** [online]. vol.18, n. 32, 2012.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WEINHARDT, Marilene. Considerações sobre o romance histórico. Letras, Curitiba, n. 43, 1994. Editora UFPR.

ZELDIN, Theodore. História Pessoal e História das Emoções. **História: Questões & Debates**, Curitiba, 12(22-13), jun-dez.-1991.

ZOLA, Emile. **O romance experimental e o Naturalismo no teatro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

ZOLA, Emile. Sobre la novela. (em linha). Disponível em: <https://goo.gl/o1bmoT>. Acesso em: 28 jun. 2018.